



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – UERN
FACULDADE DE LETRAS E ARTES – FALA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PROPEG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA LINGUAGEM – PPCL**

NAYARA NICOLY BRAGA

**RELAÇÕES DE PODER-SABER, CORPO E SUBJETIVIDADE: A CONSTITUIÇÃO
DISCURSIVO-MIDIÁTICA DO SUJEITO TRANS**

**MOSSORÓ/RN
2024**

NAYARA NICOLY BRAGA

**RELAÇÕES DE PODER-SABER, CORPO E SUBJETIVIDADE: A
CONSTITUIÇÃO DISCURSIVO-MIDIÁTICA DO SUJEITO TRANS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem (PPCL), da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), como requisito para defesa.

Linha de Pesquisa: Linguagens e práticas sociais

Orientadora: Profa. Dra. Lúcia Helena Medeiros da Cunha

Coorientador: Prof. Dr. Marcos Paulo de Azevedo

**MOSSORÓ/RN
2024**

© Todos os direitos estão reservados a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. O conteúdo desta obra é de inteira responsabilidade do(a) autor(a), sendo o mesmo, passível de sanções administrativas ou penais, caso sejam infringidas as leis que regulamentam a Propriedade Intelectual, respectivamente, Patentes: Lei nº 9.279/1996 e Direitos Autorais: Lei nº 9.610/1998. A mesma poderá servir de base literária para novas pesquisas, desde que a obra e seu(a) respectivo(a) autor(a) sejam devidamente citados e mencionados os seus créditos bibliográficos.

Catálogo da Publicação na Fonte.
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

B813r Braga, Nayara Nicolý
 Relações de poder-saber, corpo e subjetividade: a
 constituição discursivo-midiática do sujeito trans. / Nayara
 Nicolý Braga. - Mossoró, 2024.
 129p.

 Orientador(a): Profa. Dra. Lúcia Helena Medeiros da
 Cunha.
 Coorientador(a): Prof. Dr. Marcos Paulo de Azevedo.
 Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-
 Graduação em Ciências da Linguagem). Universidade do
 Estado do Rio Grande do Norte.

 1. Transexualidade. 2. Poder. 3. Corpo. 4.
 Subjetividade. 5. Dispositivo. I. Medeiros da Cunha, Lúcia
 Helena. II. Universidade do Estado do Rio Grande do
 Norte. III. Título.

O serviço de Geração Automática de Ficha Catalográfica para Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC's) foi desenvolvido pela Diretoria de Informatização (DINF), sob orientação dos bibliotecários do SIB-UERN, para ser adaptado às necessidades da comunidade acadêmica UERN.

NAYARA NICOLY BRAGA

**RELAÇÕES DE PODER-SABER, CORPO E SUBJETIVIDADE: A
CONSTITUIÇÃO DISCURSIVO-MIDIÁTICA DO SUJEITO TRANS**

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-graduação em Ciências da
Linguagem(PPCL), da Universidade do
Estado do Rio Grande do Norte (UERN),
como requisito para defesa.

Aprovada em 02/09/2024.

Banca Examinadora

Documento assinado digitalmente
 **LUCIA HELENA MEDEIROS DA CUNHA**
Data: 29/10/2024 12:23:32-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Lúcia Helena Medeiros da Cunha (Orientadora - UERN/PPCL)

Documento assinado digitalmente
 **JOSE ROBERTO ALVES BARBOSA**
Data: 29/10/2024 20:50:29-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. José Roberto Alves Barbosa (Examinador interno - UERN/PPCL)

Documento assinado digitalmente
 **JOSE JOSEMIR DOMINGOS DA SILVA**
Data: 30/10/2024 23:30:03-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. José Domingos (Examinador Externo - UEPB/PPGFP)

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de financiamento 001.

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 0001,

Aos meus pais, sem os quais nada disso seria possível.

AGRADECIMENTOS

Aos Deuses, pela força espiritual, por apontar o caminho e conceder força e sabedoria necessárias para trilhar esta árdua caminhada.

Aos meus pais, pelo suporte integral. De forma singular, à minha mãe, minha força motivadora, pelo que sou. Esse título é seu porque eu sou você.

Aos dissidentes de gênero que, para além de toda a produção epistemológica, têm lutado para existir. Uma dívida impagável e fundamental para que eu pudesse realizar este trabalho.

Aos meus estimados orientadores, Profa. Dra. Lúcia Helena Medeiros da Cunha e Prof. Dr. Marcos Paulo de Azevedo, pela confiança, orientações, pelo tempo investido.

Aos membros da banca examinadora pela disponibilidade, direcionamento e pelas contribuições feitas.

Aos meus colegas de turma, pela nobreza da companhia e partilha do saber, por tornarem o processo mais leve, pela amizade sincera e extemporânea.

Ao Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem (PPCL), pela oportunidade de aprendizado e aperfeiçoamento.

À Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), por ser esta circumspecta instituição que tanto me fez crescer e construir conhecimento.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo financiamento desta pesquisa.

A todos e a tudo que, direta ou indiretamente, contribuíram para a efetivação deste gesto pessoal e profissional. Encerro esta odisseia em débito com inúmeros sujeitos que têm feito de suas existências meio de produção de conhecimento.

Se o “eu” e o “tu” devem existir previamente, e se é necessário um quadro normativo para esse surgimento e encontro, então a função das normas não é só direcionar minha conduta, mas também condicionar o possível surgimento de um encontro entre mim mesmo e o outro.

Quem eu poderia ser para mim mesma?, devo também perguntar “Que lugar existe para um ‘eu’ no regime discursivo em que vivo?” E “Que modos de considerar o si-mesmo foram estabelecidos com os quais eu possa me envolver”?

Judith Butler, Relatar a si mesmo: crítica da violência ética (2015)

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo principal investigar o processo de constituição dos sujeitos transexuais a partir de vídeos contidos na plataforma *YouTube*. Com o intuito de alicerçar nosso prisma de investigação, a presente pesquisa se fundamenta nos postulados teóricos-metodológicos dos Estudos Discursivos Foucaultianos. Trata-se, então, de um estudo de viés descritivo-interpretativo, baseado em uma abordagem qualitativa. Ademais, o método arqueogenealógico foi utilizado como ponto de partida para a análise das materialidades, já que o referido aparato metodológico privilegia uma análise do discurso que considera os aspectos sócio-históricos, além dos modos de produção de subjetividade. O aporte teórico que balizou esta pesquisa adveio, sobretudo, das contribuições reflexivas empreendidas por Michel Foucault (1999a; 1999b; 2004; 2006; 2008a; 2008b; 2008c; 2010a; 2010b; 2014a; 2014b; 2016; 2019a; 2019b; 2019c) que discorrem acerca das relações de poder-saber, bem como acerca da vontade de verdade, da sexualidade e dos processos de objetivação e subjetivação. Para tratarmos sobre os processos de dessubjetivação, baseamo-nos em Milanez (2013; 2021). Para discutirmos acerca de gênero e transexualidade, apoiamo-nos em Bento (2006; 2008; 2023), Butler (2010), entre outros. Para a realização da pesquisa, escolhemos o *Canal das Bee* e, de forma complementar e com o intuito de estabelecer um recorte temporal, utilizamos, também, o canal *Paula Ferreira* e o canal *Fernanda Vasconcelos*. Os três canais dispõem de conteúdos relacionados às vivências da comunidade LGBTQIAPN+. Para compor o *corpus* desta pesquisa, selecionamos oito vídeos postados nos mencionados canais, os quais abordam o seguinte trajeto temático: mercado de trabalho; corpo e saúde e relações afetivas. O movimento de análise evidenciou que o processo de constituição dos sujeitos trans se sucede em meio a um intrincado agrupamento de relações de poder-saber que se sustentam a partir da união de diferentes dispositivos de controle advindos das instâncias políticas, sociais, econômicas, culturais.

Palavras-chave: Transexualidade. Poder. Corpo. Subjetividade. Dispositivo.

ABSTRACT

This dissertation aims to investigate the process of constituting transsexual subjects through videos on the YouTube platform. To underpin our investigative perspective, the research is based on the theoretical and methodological postulates of Foucauldian Discourse Studies. This is a descriptive-interpretative study employing a qualitative approach. Additionally, the archaeogenealogical method (Foucault, 2008a) was used as the starting point for analyzing the materialities, given that this methodological framework privileges discourse analysis considering socio-historical aspects and modes of subjectivity production. The theoretical foundation of this research primarily draws from Michel Foucault's contributions (1999a; 1999b; 2004; 2006; 2008a; 2008b; 2008c; 2010a; 2010b; 2014a; 2014b; 2016; 2019a; 2019b; 2019c), which discuss power-knowledge relations, the will to truth, sexuality, and processes of objectification and subjectification. To address processes of desubjectification, we relied on Milanez (2013; 2021). For discussions on gender and transsexuality, we referred to Bento (2006; 2008; 2023), Butler (2010), among others. For the research, we selected the "Canal das Bee" and, to establish a temporal cut, we also used the "Paula Ferreira" and "Fernanda Vasconcelos" channels. These channels contain content related to the experiences of the LGBTQIAPN+ community. Nine videos were selected for the research corpus, addressing themes such as the labor market, body and health, and affective relationships. The analysis highlighted that the process of constituting trans subjects occurs amid an intricate network of power-knowledge relations sustained by the union of various control mechanisms from political, social, economic, and cultural instances.

Keywords: Transsexuality. Power. Body. Subjectivity. Apparatus.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: A mídia nos criminaliza, nos patologiza e nos exotifica.....	39
Figura 02: Tirinha Muriel.....	40
Figura 03: Os subempregos são a única alternativa para mulheres trans.....	47
Figura 04: A empresa não respeitou meu nome social.....	59
Figura 05: Post Miss Trans Maranhão 2022.....	75
Figura 06: O Processo Transexualizador exige que você se hormone.....	80
Figura 07: Não temos direitos sobre o nosso próprio corpo.....	87
Figura 08: Tem pessoas que morrem sem conseguir acesso à cirurgia.....	93
Figura 09: A carência muitas vezes nos mata.....	110
Figura 10: Somos excluídas da possibilidade de vivenciar o amor.....	112

LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

AD – Análise do Discurso

ANTRA – Associação Nacional de Travestis e Transexuais

CID – Classificação Internacional de Doenças

DSM - Manual Diagnóstico e Estatístico das Desordens Mentais

LGBTQIAPN+ – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, *Queer*, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais e Não-binárias

MS – Ministério da Saúde

OMS – Organização Mundial de Saúde

PrTr – Processo Transexualizador

SUS – Sistema Único de Saúde

SLI – Silicone Líquido Industrial

UNAIDS – Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	14
2 “EU VEJO A PROSTITUIÇÃO COMO ALGO COMPULSÓRIO”: RELAÇÕES DE PODER-SABER E PRÁTICAS DE GOVERNAMENTALIDADE.....	31
2.1 As relações de poder-saber.....	31
2.2 As estratégias de resistência.....	49
2.3 As práticas de governo.....	52
3 “SOMOS OBRIGADAS A TOMAR O HORMÔNIO”: CORPO E DISPOSITIVO DA TRANSEXUALIDADE.....	63
3.1 O corpo como discurso.....	63
3.2 O Processo Transexualizador.....	72
3.3 O corpo e a saúde transexual.....	85
4 “NÓS VIVEMOS EM UM LIMBO AFETIVO”: SUBJETIVAÇÃO E DESSUBJETIVAÇÃO.....	95
4.1 Subjetividade, sujeito e modos de subjetivação.....	95
4.2 Vontade de verdade e dessubjetivação.....	99
4.3 Transexualidade e afetividade.....	104
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	119
REFERÊNCIAS	

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Os procedimentos de mobilidade e de trânsito entre os gêneros ocorrem, de forma histórica, nas mais diversas culturas. Há relatos de indivíduos que se identificavam com o gênero oposto ao que lhe foi atribuído biologicamente em culturas antigas de todo o mundo. Compreende-se que o desejo de adequar o corpo à identidade de gênero reconhecida é anterior à criação e ao desenvolvimento do termo transexualidade. A identidade trans, que engloba travestis, transexuais e demais pessoas transgênero, possui uma história muito mais antiga do que o senso comum nos faz pensar.

Com o intuito de exemplificar que a transexualidade não representa um advento pertencente à contemporaneidade, Bento (2008) rememora a história de Chevalier D'Eon, espadachim e agente secreto do monarca Luiz XV. Segundo a autora, Chevalier, durante 49 anos, viveu como Madame Beaumont e, por quase meio século acreditou-se que o funcionário do Estado Francês era uma mulher que, às vezes, vestia-se de homem. A autora enfatiza que isso se dava em virtude do exercício de sua função de espião encarregado de missões secretas na Rússia e na Inglaterra “ou porque se sentia confortável em ser reconhecido/a socialmente como mulher, Chervalier D'Eon/Madame Beaumont não teve sua posição na corte francesa ameaçada” (Bento, 2008, p. 14).

A autora faz, ainda, referência à existência de outros estudos que apontaram processos de trânsito entre os gêneros em culturas e períodos históricos distintos, como o estudo de Wikan (1998), que pesquisou a existência de homens que viviam como mulheres na sociedade Omán e o estudo de Poasa (1998), que investigou a comunidade Fa'afafines, pertencente à Samoa, considerados como terceiro-gênero. Além de, também, as inúmeras pesquisas realizadas por Bullough (1998) acerca de casos de mudança de gênero que ocorreram ao longo da história.

De acordo com Bento (2008), no âmbito teórico, a primeira referência conceitual acerca da transexualidade pode ser encontrada na obra “O fenômeno transexual”, de 1953, escrita pelo médico endocrinologista Harry Benjamin. No livro, o autor estabelece a transexualidade em relação distinta à homossexualidade, ao hermafroditismo e ao transvestitismo, com o intuito de traçar o perfil e definir os elementos característicos do denominado “transexual

falso” e “transexual verdadeiro”. Conforme aponta a referida autora, a mencionada obra atribui definição à transexualidade, conferindo peculiaridades específicas de uma patologia sexual.

Nesse contexto, em conformidade com Bento (2006), a partir do século XX, observou-se o aumento na quantidade de publicações que buscavam explicar a origem da transexualidade. Para a autora, a inclusão da transexualidade no Código Internacional de Doenças (CID), ocorrida em 1980, representou um importante acontecimento pertencente a um processo que já vinha se alicerçando desde a década de 1950. A referida inclusão foi entendida como um “avanço da ciência” e, conseqüentemente, celebrada pela comunidade científica, posto que a compreensão da transexualidade como patologia revelava “as origens de uma ‘doença’ presente em todos os tempos e culturas” (Bento, 2006, p. 22).

Desde 1993, de acordo com o CID, os indivíduos transexuais eram compreendidos como portadores de um Transtorno de Identidade Sexual. No período compreendido entre 1994 e 2013, no Manual Diagnóstico e Estatístico das Desordens Mentais (DSM), considerava-se que os indivíduos transexuais eram possuidores de um Transtorno de Identidade de Gênero. Em 2014, o DSM alterou a referida denominação, substituindo-a pela Disforia de Gênero. Para as mencionadas classificações, o indivíduo é identificado como transexual caso possua o desejo de viver como uma pessoa do gênero oposto, necessariamente acompanhado de um sentimento de inadequação com relação ao seu sexo biológico.

Nesse sentido, para que se consiga refletir acerca do percurso de constituição dos sujeitos transexuais, deve-se considerar, inicialmente, as condições sócio-históricas referentes à produção de saberes acerca dos indivíduos pertencentes a essa comunidade. Assim, de acordo com Bento (2006), em função dos saberes clínicos advindos das ciências *psi* – psicologia, psiquiatria e psicanálise –, que relegavam a transexualidade a uma categoria médica, o sujeito e o corpo transexual emergiram enquanto objetos de estudo profundamente atravessados por uma ótica patologizante.

A produção de saberes patológicos em torno da transexualidade foi construída no decorrer da história, sobretudo, pela instância médica, como mencionamos. Há de se notar, no entanto, que tais saberes foram disseminados e naturalizados, também, por outras instâncias, como a midiática. Nessa lógica,

cabe pontuar que a instância midiática representa um dos principais mecanismos utilizados com o intuito de moldar e cristalizar padrões que obedeçam às regras sociais impostas pelos mecanismos de poder. A mídia, como significável recurso de produção de discursos, possui o arbítrio de propagar verdades através da transmissão instantânea constante de informações.

Conforme aponta Tavares (2012, p. 49), “na modernidade, constata-se uma fabricação de indivíduos que são, a todo momento, compelidos pelo discurso midiático, pois, a mídia, seja pelos jornais, revistas, TV ou *Internet* invade a vida do sujeito contemporâneo”. Ainda de acordo com a referida autora, durante o processo de constituição do sujeito em suas práticas discursivas, a mídia é usada como um mecanismo de controle, isto é, um tipo de poder disciplinar que possui o intuito de designar os sujeitos aos seus devidos lugares. Pode-se afirmar que a mídia gerencia a vida dos sujeitos através de artifícios de produção de discursos compreendidos como regra universalizante.

De forma histórica, a veiculação de discursos proliferados pela mídia privilegiam e naturalizam saberes estruturados a partir de uma matriz heteronormativa de gênero. Dito de outro modo, as normas sociais difundidas pela mídia estabelecem a heterossexualidade como padrão desejado, produzindo uma ótica negativa em torno dos sujeitos que desviam desse modelo hegemônico, no caso, os sujeitos transexuais, considerando-os como *abjetos* (Louro, 2004). Tais concepções acentuam os estigmas em torno da comunidade, fazendo com que o sujeito trans desponte em sociedade atravessado por uma série de saberes socialmente institucionalizados que, factualmente, buscam patologizar sua existência.

Entretanto, hodiernamente, as mídias digitais sociais permitem aos sujeitos trans, historicamente restritos à instância da marginalidade e anormalidade, possibilidades de ocupar posições de resistência face às prescrições impostas pelas *relações de poder* (Foucault, 2019a), referentes às práticas de normatização de seus corpos baseados em uma lógica binária e cristalizada de gênero. É nessa perspectiva que emerge a necessidade de se investigar os processos de produção de novos modos de subjetividade transexual no contexto das *audiovisualidades* (Milanez, 2019) pertencentes à instância midiática. Nesse contexto, nesta dissertação, utilizaremos como materialidade de análise os discursos, suas práticas e imbricamentos que atuam no processo de constituição do sujeito transexual a

partir de vídeos de canais específicos do *YouTube*, os quais especificaremos adiante.

Cabe pontuar que o interesse pela temática surgiu durante o curso de graduação plena em Letras, com habilitação em Língua Portuguesa, por meio da inserção em um Projeto Institucional de Pesquisa, no qual se investigava os processos de construção do sujeito transexual na mídia. A partir de tais estudos, realizamos nossa monografia, a qual investigou os processos de constituição discursiva do sujeito trans feminino, por meio de materialidades midiáticas, a partir de uma perspectiva genealógica (Braga, 2022). Nesse sentido, faz-se importante enfatizar que a pesquisa elaborada na presente dissertação se propõe a dar continuidade e estabelecer uma ampliação dos estudos desenvolvidos ao longo de nossa trajetória acadêmica.

A nível de estado da arte, através de uma busca minuciosa nos mecanismos e plataformas de pesquisa acadêmica, encontramos estudos que abordam questões em torno da transexualidade a partir de áreas como as Ciências Médicas, as Ciências Humanas e a Psicologia. No âmbito das Ciências Médicas, destaca-se a tese de doutorado de Santos (2010), que realizou uma análise acerca da construção do dispositivo da transexualidade nas práticas de saúde. No âmbito das Ciências Humanas, destaca-se a dissertação de mestrado de Lanz (2014), que investigou o fenômeno transgênero e o seu caráter transgressivo em relação às normas de gênero. No âmbito da Psicologia, destaca-se a tese de doutorado de Kich (2020), que buscou compreender a sexualidade dos homens trans por meio de vídeos do *YouTube*.

No âmbito da Análise do Discurso, destaca-se a tese de doutorado de Carvalho (2017), que investiga a produção de sentido de um humor *gay* na mídia digital; a dissertação de mestrado de Lima Neto (2020), que analisa as práticas de si responsáveis pela constituição do sujeito trans no *YouTube*, a partir de vídeos do canal *Mandy Candy* e, também, a tese de doutorado de Azevedo (2022), que investiga os modos de constituição do sujeito *gay* em meio às práticas de governamentalidade, a partir de vídeos do canal *Põe na Roda*, do *YouTube*.

Assim, o presente estudo busca dialogar com as pesquisas já realizadas em torno dos sujeitos transexuais. Difere-se das demais, pois utiliza materialidades, a nível de *corpus*, coletadas a partir de canais distintos. As problematizações de pesquisa também se diferenciam, pois percorrem trajetórias e buscam alcançar

diferentes objetivos. Verificou-se a existência de algumas pesquisas, em formato de artigo científico, que possuíam um diálogo mais direto e pontual com um dos nossos objetos de análise, a saber: o *Canal das Bee*. Porém, nenhuma que discutisse e que se ativesse, de forma aprofundada, aos processos de constituição da subjetividade transexual, como fizemos.

Considerando esse panorama, a relevância de nossa pesquisa se justifica por se tratar de uma temática que possui grande relevância no atual cenário de incessantes lutas e duras conquistas da comunidade trans. Pesquisas que discutem o acontecimento transexual a partir do ponto de vista discursivo, como a nossa, oferecem contribuições substanciais, tanto para o progresso dos Estudos Discursivos Foucaultianos empreendidos no Brasil em torno das questões sobre gênero e sexualidade, quanto para uma compreensão mais aprofundada sobre a necessidade e importância de atribuir visibilidade e reconhecimento a pautas historicamente desmemoriadas pela sociedade referentes à identidade de gênero trans. Esta pesquisa se faz relevante, ainda, por colaborar com as reflexões e as problematizações referentes ao modo pelo qual as mídias sociais digitais contribuem não somente para a produção de processos de interdição propiciados pelos mecanismos de poder, mas também para a construção de novos modos de subjetividade.

A escolha da plataforma *YouTube* se justifica em função da observação de processos específicos referentes a determinadas práticas discursivas contemporâneas. A exemplo de tais práticas, destaca-se a produção e realização de conteúdo digital pelos próprios indivíduos usuários desses espaços digitais. Assim, faz-se importante salientar que as redes sociais, em sua gênese, constituem-se como ambientes que possuem o intuito de apreender e interceptar conteúdo digital. Contudo, a rede social norte-americana *YouTube* se difere, já que possibilita que os indivíduos, além de consumidores, sejam, também, produtores de conteúdo. É nesse contexto que desponta a categoria *youtuber*, compreendido como um indivíduo ou um grupo de indivíduos possuidores de um canal próprio, no qual se produz conteúdo midiático, em forma de vídeos, os quais versam sobre conteúdos pontuais direcionados para um público específico.

A escolha dos canais se justifica em virtude de aspectos distintos. Com relação ao primeiro canal, o *Canal das Bee*, destaca-se tanto o aspecto quantitativo quanto o qualitativo, haja vista que o referido canal possui mais de dez

anos de produção, centenas de vídeos publicados e milhões de visualizações, tornando-o destaque dentre os canais do *YouTube* que abordam questões em torno do universo LGBTQIAPN+. O critério de seleção deste canal se deu pelo alcance e visibilidade dentro da plataforma. Com relação aos outros dois canais, o canal *Paula Ferreira* e o canal *Fernanda Vasconcelos*, o critério de seleção se deu antes pelo fato de serem canais ativos e atuais e, posteriormente, pelo fato de serem canais criados e administrados por mulheres transexuais. De modo geral, o parâmetro de escolha dos três canais se deu pela verificação de discussões em torno da transexualidade. Passaremos, a seguir, a discorrer de forma específica acerca de cada canal.

O *Canal das Bee*¹ foi criado em 20 de agosto de 2012, a partir do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) defendido por Jéssica Tauane de Souza², na Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP), como requisito para conclusão do curso de Comunicação e Multimeios. O produto foi desenvolvido em formato de memorial e nomeado de “*Canal das Bee: o YouTube como Plataforma para o ativismo LGBTI*”. A proposta do trabalho consistia na alimentação do canal a partir de vídeos que se posicionassem contra as práticas de homofobia e em favor dos direitos da comunidade LGBTQIAPN+.

De acordo com informações coletadas na própria página do *YouTube*, atualmente, o canal possui um total de 856 vídeos publicados, conta com 370 mil inscritos e possui mais de 36 milhões de visualizações, permitindo classificá-lo como uma referência em assuntos relacionados à diversidade sexual e de gênero na referida rede social. Ao clicarmos na aba “sobre”, o canal nos apresenta a seguinte descrição “Não só um canal contra homofobia. Um canal contra o preconceito, contra a transfobia, a bifobia, a lesbofobia, o machismo. Um canal a favor da diversão, do riso e de viver a vida do jeito que você quiser. E, principalmente, sendo quem você é! Canal das Bee, porque uma abelha só não produz nenhum mel”. A partir de tal descrição, compreende-se que, dentre outros aspectos, a proposta do canal consiste em fomentar discussões em torno da comunidade LGBTQIAPN+.

¹ Disponível em: <https://www.youtube.com/@CanalDasBee>.

² Jéssica atuou no canal de 2012 a 2018. Atualmente, trabalha em uma produtora audiovisual e, também, com produção de conteúdo para internet em torno de temáticas sobre diversidade e inclusão. Também possui um canal no YouTube com o seu próprio nome, no qual expõe suas vivências cotidianas.

O canal possui a dinâmica de conteúdos e abordagens dos vídeos bastante diversificada. Possui quadros fixos, como o “Bee News”, “Pergunte às Bee”, “#OrgulhoDeSer”, “Guia Básico LGBT”, “24 fatos”, dentre outros. Também possui vídeos diversos, contendo entrevistas, reportagens, *reviews* e resenhas acerca de conteúdos específicos, quadros que discutem questões sobre acessibilidade, saúde e relações interpessoais, tudo relacionado à comunidade LGBTQIAPN+. Vale mencionar, também, a produção de uma web série de ficção que, de forma leve e bem-humorada, discorre sobre a vida cotidiana de dois dos criadores do canal, Fernanda e Herbet. Praticamente todas as temáticas são discutidas: corpo, relacionamentos, sexualidade, família, trabalho etc. A partir de tais características, compreende-se o referido canal como um terreno fértil para a produção de discussões em torno do exercício das relações de poder e, em contrapartida, das práticas de resistência possibilitadas pelas audiovisualidades sobre sujeitos LGBTQIAPN+, mais especificamente, sobre sujeitos transexuais.

A diversificação dos conteúdos, organização e estruturação em que os temas são abordados faz do canal um ambiente de produção e veiculação de discursos que cada vez mais atraem a atenção da comunidade, haja vista que, através de produções descontraídas e didáticas, o canal aborda pautas de suma importância para desconstrução de estigmas e preconceitos em torno de questões de gênero, além de atribuir visibilidade e representatividade à comunidade LGBTQIAPN+. Vale destacar que, atualmente, o canal se encontra com a produção e publicação de vídeos temporariamente pausada. Seu último registro de publicação foi feito em 01 de dezembro de 2020.

Nesse sentido, como forma de complementação e com o intuito de estabelecer um paralelo temporal com as discussões em análise referentes ao *Canal das Bee*, utilizaremos, também, vídeos retirados de dois outros canais, a saber: o canal *Paula Ferreira*³ e o canal *Fernanda Vasconcelos*⁴, ambos geridos por mulheres trans. Os referidos canais foram escolhidos, pois, assim como no *Canal das Bee*, por meio de seus vídeos conseguimos identificar relações de poder-saber que envolvem os sujeitos trans e, também, sinais e articulações de resistências face às relações que objetivam e, conseqüentemente, provocam novos modos de subjetivação desses sujeitos.

³ Disponível em: <https://www.youtube.com/@PaulaFerreiraVida/streams>. Acesso em: 30/10/2023.

⁴ Disponível em: <https://www.youtube.com/@FernandaVasconcelos>. Acesso em: 30/10/2023.

O canal *Paula Ferreira* se inscreveu na plataforma em 13 de janeiro de 2014, possui aproximadamente 29,7 mil inscritos e, atualmente, dispõe de um total de 293 vídeos. O canal foi criado e é dirigido por Paula Ferreira⁵. Ao clicarmos na aba “sobre”, nos é apresentada a seguinte descrição: “criei o canal com propósito de mostrar que nós pessoas trans somos capazes de ocupar espaços em mídias como TV, jornais, internet falando sobre assuntos variados, culinária, viagens, moda, entrevistas e também de problemáticas da transexualidade, de uma forma didática”. Diferentemente do *Canal das Bee*, a dinâmica deste consiste em entrevistas que são realizadas com convidados distintos a cada vídeo. O canal possui outro secundário, intitulado “Cortes da Paula Ferreira”⁶, no qual são disponibilizados vídeos menores, classificados por assuntos específicos, de entrevistas completas realizadas no canal principal. Ambos os canais se encontram ativos.

O canal *Fernanda Vasconcelos* se inscreveu na plataforma em 30 de abril de 2020, possui aproximadamente 460 inscritos e, atualmente, dispõe de um total de 89 vídeos publicados. O canal foi criado e é dirigido por Fernanda Vasconcelos⁷. Diferentemente dos demais canais, este possui vídeos em formato de *vlog*, com o intuito de estabelecer uma conexão em um nível pessoal com os internautas. Ao clicarmos na aba “sobre”, nos é apresentada a seguinte descrição: “Sou uma mulher trans apaixonada por maquiagem, beleza, autoconhecimento e sobre a causa LGBTQIAP+. Vídeos toda segunda, quarta e sexta”. O canal, também, encontra-se ativo.

Desse modo, considerando o avanço, evolução e ampliação das mídias sociais contemporâneas e, ainda, considerando a importância de se atribuir evidência a comunidades historicamente desprestigiadas, urge a necessidade de se compreender a forma pela qual os sentidos em torno da transexualidade são construídos através de materialidades discursivas pertencentes ao domínio digital, levando em conta os processos de interdições propiciados pelos mecanismos de poder-saber na contemporaneidade.

Nesse sentido, para efeito de investigação, elaboramos o seguinte problema de pesquisa: de que modo o sujeito trans se constitui a partir de vídeos de canais

⁵ Paula Ferreira é uma mulher trans, atriz, modelo, produtora e apresentadora do *podcast* “QueenQuest”.

⁶ Disponível em: <https://www.youtube.com/@CortesPaulaFerreira>. Acesso em: 30/10/2023.

⁷ Fernanda Vasconcelos é uma mulher trans, maquiadora e youtuber.

do *YouTube*? Outras questões se somam à questão central para subsidiar a pesquisa, tais como: quais relações de saber-poder atravessam a constituição desses sujeitos e quais estratégias de resistências são, por eles, engendradas? De que forma o sujeito e o corpo trans se encontram discursivizados nesses vídeos? De que maneira a plataforma *YouTube* contribui para a produção de novos modos de subjetivação desses sujeitos? Com o intuito de responder aos mencionados questionamentos, organizamos os objetivos da presente pesquisa da seguinte forma:

a) Objetivo geral:

- Analisar o processo de constituição dos sujeitos transexuais em vídeos de canais do *YouTube*.

b) Objetivos específicos:

- Identificar as relações de poder-saber que atravessam a constituição da subjetividade trans e as estratégias de resistência adotadas por estes sujeitos.
- Descrever o modo pelo qual o dispositivo da transexualidade atua sobre o processo de subjetivação e objetivação dos sujeitos trans.
- Relacionar as vontades de verdade produzidas acerca do sujeito trans aos processos de dessubjetivação impostos sobre ele.

Desse modo, entende-se que o planejamento e construção de um trajeto teórico-metodológico se torna indispensável para que se efetive notadamente a produção de uma pesquisa científica. A escolha e condução do aparato metodológico se faz essencial para que a pesquisa se estruture de forma sólida e inteligível ao leitor, haja vista que o âmbito analítico da pesquisa necessita dos referidos aparatos para obter sua eficácia e êxito.

Assim sendo, esta pesquisa se vincula aos Estudos Discursivos Foucaultianos, por meio dos quais discutiremos questões em torno dos processos de constituição do sujeito em meio às relações de poder-saber que incidem sobre os seus corpos, neste caso, a partir de discursos midiáticos materializados em audiovisualidades, de canais específicos, coletadas na plataforma *YouTube*.

O desenvolvimento da presente pesquisa se ancora em uma abordagem qualitativa, buscando propiciar uma compreensão mais ampla acerca das

estratégias discursivas realizadas por sujeitos trans na rede social *YouTube*, já que seu objetivo consiste em “explorar o espectro de opiniões, as diferentes representações sobre o assunto em questão” (Bauer; Gaskell, 2003, p. 67). Oliveira (2007, p. 37) aponta “[...] a pesquisa qualitativa como sendo um processo de reflexão e análise da realidade através da utilização de métodos e técnicas para compreensão detalhada do objeto de estudo em seu contexto”. A pesquisa qualitativa oportunizará, pois, a investigação e reflexão das discursividades em questão, propiciando uma compreensão sociocultural mais ampla referente às materializações presentes no estudo, tendo em vista que, diferentemente de outros tipos de pesquisa, a pesquisa qualitativa “tende a maximizar a variedade do fenômeno desconhecido” (Bauer; Gaskell, 2003, p. 58), neste caso, a temática relacionada à constituição discursivo-midiática da subjetividade trans.

Para concretização desta pesquisa, faremos, também, a utilização de um estudo do tipo bibliográfico que, de acordo com Koche (2008), possui o intuito de realizar uma análise das contribuições teóricas já existentes acerca de um tema específico. Nessa perspectiva, com a finalidade de instituir interlocuções e, ainda, contribuir com as pesquisas já desenvolvidas no âmbito das Ciências Sociais sobre a temática em análise, debruçarmo-nos-emos sobre autores que discorrem sobre o objeto em questão, a saber: Foucault (1999a; 1999b; 2004; 2006; 2008a; 2008b; 2008c; 2010a; 2010b; 2014a; 2014b; 2016; 2019a; 2019b; 2019c, 2019d), Minalez (2013; 2021), Butler (2010), Bento (2006; 2008; 2023), dentre outros.

Embora concepções antigas sobre o conceito de *corpus* o relacionem a estruturas textuais, o sentido da referida materialidade “acentua a natureza proposital da seleção, e não apenas de textos, mas também de qualquer material com funções simbólicas” (Bauer; Gaskell, 2003, p. 45). Assim sendo, o *corpus* da presente pesquisa foi construído através de audiovisualidades que foram selecionadas por meio de um *Trajetos Temáticos* (Guilhaumou; Maldidier, 1997), no qual se verificou a presença de elementos relacionados às práticas e estratégias discursivas realizadas por sujeitos trans ali postos e enunciados. Em outras palavras, os enunciados que compõem o *corpus* foram escolhidos e serão analisados como práticas discursivas que se inscrevem no campo da rede social digital *YouTube* e que tratam de um tema específico, a saber: a transexualidade.

Desse modo, faz-se necessário considerar, no percurso investigativo arqueogenealógico, o estudo do *Arquivo* (Foucault, 2008a) como um elemento que

reúne práticas discursivas referentes à subjetividade trans. De acordo com Foucault (2008a, p. 29-30), o arquivo se trata de um “domínio imenso, mas que se pode definir: é constituído pelo conjunto de todos os enunciados efetivos (quer tenham sido falados ou escritos), em sua dispersão de acontecimentos e na instância própria de cada um”. Guilhaumou e Maldidier (1997, p. 164) acrescentam que o “arquivo não é um simples documento no qual se encontram referências; ele permite uma leitura que traz à tona dispositivos e configurações significantes”. Nessa concepção, verifica-se que a noção de arquivo se refere a um conjunto de enunciados que integram referentes, os quais se correlacionam com outros enunciados pertencentes a grupos que percorrem um caminho temático símil por intermédio de um conjunto de determinadas regularidades de *coisas ditas* (Foucault, 2008a).

Gregolin (2007) afirma que o trajeto temático, compreendido como um elemento marcado por um conjunto de relações e de deslocamentos, possibilita a visibilidade das regularidades presentes no interior da dispersão do arquivo. Tal visibilidade propicia a identificação das correlações dispostas nos enunciados, além das formas pelas quais as mencionadas correlações determinam os movimentos do trajeto, que podem se apresentar de forma instável na malha de inteligibilidade das seleções temáticas. Tavares (2012, p. 42) afirma que “é o trajeto temático que nos permite apreender os feixes de sentidos existentes na relação entre um texto e outro”. Por meio dos conceitos explicitados, compreende-se que a noção de trajeto temático se refere aos modos de análise de matérias que se manifestam a partir de discursos em condições determinadas. Os referidos trajetos se inserem nas *Formações Discursivas* (Foucault, 2008a) que as temáticas se configuram.

Considera-se, portanto, o *corpus* como elemento constitutivo do arquivo, propiciando a possibilidade de compreensão dos enunciados em seu *domínio associado* (Foucault, 2008a). Logo, os dois conceitos teórico-metodológicos – Arquivo e Trajeto Temático – se relacionam, já que é através do arquivo que podemos verificar os trajetos, de modo a perceber o “novo no interior da repetição”, posto que “a análise de um trajeto temático remete ao conhecimento de tradições retóricas, de formas de escritas, de usos da linguagem” (Guilhaumou; Maldidier, 1997, p. 166). Dito de outro modo, a noção de trajeto temático se encontra imbricada à noção foucaultiana de arquivo, haja vista que a funcionalidade do

trajeto se associa aos vieses discursivos movimentados no interior do arquivo, conforme aponta Tavares (2012, p. 41), “é o arquivo que, a partir de um acontecimento, um trajeto temático, faz pensar as práticas discursivas sobre o sujeito, sobre uma sociedade”.

O arquivo, como um conjunto de elaborações diversas que se inscrevem na construção de enunciados, torna-se essencial para que se reconstrua o percurso histórico dos discursos veiculados em torno da população trans. A análise privilegiará, nesse sentido, caminhos possíveis que reproduzem acontecimentos por meio da linguagem, não se reduzindo a uma única instância ou estruturação escrita.

Faz-se importante enfatizar que, para Foucault (2008a), a construção de um objeto de estudo deve ser representada por meio da multiplicidade de relações que se instituem em seu âmbito de emergência, as quais são delimitadas e especificadas. Nessa ótica, o objeto desta pesquisa foi construído e recortado a partir de formações discursivas específicas, de modo a apontar seus processos de regularidade e dispersão dentro do contexto das possibilidades de enunciação das audiovisualidades em questão.

Uma vez que este trabalho possui como base as contribuições do autor Michel Foucault para a Análise do Discurso (AD), particularmente no que se refere às questões em torno do sujeito, o procedimento de tratamento do referido *corpus* será analisado a partir do método arqueogenealógico. Já que, conforme pontua Navarro (2020, p. 14), a arqueogenealogia nos possibilita uma “compreensão histórica de como certos mecanismos do poder se consolidaram e se estabeleceram como práticas de um saber sobre o homem, por corolário, sobre seu corpo”. O mencionado método privilegia a manifestação das práticas discursivas e, sobretudo, das maneiras como elas devem ser analisadas, servindo como base para a maioria dos trabalhos desenvolvidos a partir dos Estudos Discursivos Foucaultianos.

Nesse contexto, conceber o método arqueogenealógico exige a compreensão relacionada à concepção de que toda exteriorização discursiva, seja na instância escrita ou oral, presume a existência de discursos que já foram enunciados em algum momento da história, haja vista que “todo discurso manifesto repousa secretamente sobre um já-dito” (Foucault, 2008a, p. 28). O autor enfatiza, entretanto, que os discursos “já-ditos” precedem de discursos “jamais-ditos”, ou

seja, o discurso declarado é característico por, de certa forma, provocar a atualização histórica daquilo que não foi dito sobre dado assunto, que foi silenciado em função de circunstâncias específicas, em determinado período temporal. Conforme aponta Foucault (2008a, p.28):

É preciso estar pronto para acolher cada momento do discurso em sua irrupção de acontecimentos, nessa pontualidade em que aparece e nessa dispersão temporal que lhe permite ser repetido, sabido, esquecido, transformado, apagado até nos menores traços, escondido bem longe de todos os olhares, na poeira dos livros.

A arqueogenealogia possui como intuito apreender os novos acontecimentos discursivos possibilitados pelos atos enunciativos que atualizam os “já-ditos” nos entrecruzamentos da memória. Logo, na presente pesquisa, faremos tais questionamentos tendo em vista os enunciados veiculados acerca dos sujeitos transexuais na mídia, especificamente na plataforma *Youtube* e, a partir daí, refletir e problematizar sobre os motivos que ocasionaram a propagação de certos enunciados em detrimento de outros. Isto é, buscaremos compreender o porquê do surgimento de determinado enunciado e não outro em seu lugar, considerando sempre a historicidade e a emergência.

Assim sendo, faz-se necessário destacar que a trajetória teórica de construção do método arqueogenealógico é resultante dos estudos empreendidos por Michel Foucault no decorrer das três fases de procedimento de pesquisa. Na fase arqueológica, Foucault busca investigar, a partir de aspectos teóricos, os processos e as regras de formação, organização, deslocamento, restrição e exclusão de discursos, cujo intuito se relaciona ao atendimento a determinadas exigências e necessidades sociais. O objetivo desta fase se concentra em revelar que “os discursos não nascem prontos, eles são produzidos na dispersão da história, fazendo compreender que todo discurso está pautado sobre um já-dito” (Nascimento, 2013, p. 23). A arqueologia objetiva mostrar que a linguagem, como funcionamento, encontra-se além do âmbito individual.

Na fase genealógica, Foucault busca empreender problematizações acerca das relações de força entre discursos e práticas de saber, além de privilegiar investigações acerca dos modos pelos quais os indivíduos se constituem face aos atravessamentos impostos pelas relações de poder. Como enfatiza Nascimento (2013, p. 24) ao apontar a genealogia como uma “fase de diagnosticar e compreender o sentido das práticas sociais em seu interior. [...] há um predomínio

da prática sobre a teoria que oportuniza a ênfase sobre o poder”. Nesta fase, além de continuar analisando as questões em torno da linguagem e do conhecimento, Foucault, a partir de exemplos históricos, propõe-se a compreender fenômenos políticos relacionados às formas de poder imperativas em exercício na sociedade.

Cabe pontuar que a fase genealógica se debruça na investigação, sobretudo, de três dispositivos: o dispositivo disciplinar, que compreende o corpo como o cerne das relações de poder-saber; o dispositivo de segurança, que estabelece o desenvolvimento de uma biopolítica social e o dispositivo da sexualidade, que propicia procedimentos de interferência na construção da subjetividade. Adiante, discutiremos de forma mais aprofundada as relações existentes entre o dispositivo disciplinar e o dispositivo da sexualidade.

Na fase ética, Foucault privilegia reflexões sobre questões em torno da moral, da sexualidade, do desejo e do prazer. O autor atribui ênfase às condutas individuais e às relações de cada um consigo próprio que, de algum modo, incidem sobre os processos de construção das identidades. Nesta fase, Foucault busca responder questionamentos relacionados ao “modo pelo qual um ser humano torna-se sujeito” (Foucault, 2014a, p. 232). É no contexto da fase ética e através do retorno ao princípio délfico acerca do cuidado de si que as *práticas de si* (Foucault, 2014b) ganham destaque, conceito o qual discutiremos no decorrer do presente estudo.

O método arqueogenealógico, utilizado nesta pesquisa, estrutura-se a partir da articulação entre as três mencionadas fases do pensamento do filósofo. Com isso, buscaremos estabelecer um diálogo entre as fases, atribuindo uma ênfase histórica à construção de saberes em torno da transexualidade e, a partir disso, identificando as configurações de poder que agem sobre os corpos e sobre os sujeitos transexuais, produzindo modos de subjetivação, além de formas de atuação desses sujeitos com relação ao seu próprio ser.

Segundo Bauer e Gaskell (2003, p. 39), “toda pesquisa social empírica seleciona e evidencia para argumentar, necessitando justificar a seleção que é a base de investigação, descrição, demonstração, prova ou refutação de uma afirmação específica”. Nessa perspectiva, para compor o *corpus* deste estudo, como mencionado, selecionamos enunciados audiovisuais veiculados por três canais distintos, a saber: *Canal das Bee*, canal *Paula Ferreira* e canal *Fernanda Vasconcelos*, pertencentes ao âmbito midiático. Por meio de um procedimento de

coleta, selecionamos oito vídeos. Os critérios de seleção foram os seguintes: a temática dos vídeos precisaria incidir sobre questões em torno da transexualidade; as discussões teriam que, obrigatoriamente, serem feitas por sujeitos pertencentes à comunidade trans; o conteúdo dos vídeos deveria dialogar com os eixos do trajeto temático da pesquisa, o qual especificaremos a seguir. Há de se pontuar que o critério de escolha dos vídeos se deu em função do estabelecimento dos eixos do trajeto temático.

Com o intuito de estabelecer um recorte temporal, privilegiamos a seguinte configuração: referente ao *Canal das Bee*, selecionamos vídeos postados entre os anos de 2014 a 2017; com relação aos dois outros canais, selecionamos vídeos do ano de 2023. Vale salientar que, embora façamos esse recorte específico, a noção foucaultiana em torno do arquivo nos permitirá empreender um diálogo, a partir de relações interdiscursivas, entre os enunciados escolhidos para o *corpus* e outros enunciados pertencentes ao arquivo da pesquisa.

Dentre os vídeos disponíveis nos canais em análise, como mencionado, selecionamos um total de oito para compor o *corpus* desta pesquisa. Após minucioso acompanhamento dos vídeos postados nas páginas oficiais dos canais em paralelo à constante reflexão dos objetivos propostos, com o intuito de se pensar o processo de constituição de sujeitos trans, elegemos o seguinte trajeto temático: a constituição do sujeito transexual na mídia digital contemporânea. Dentro desse trajeto, traçamos três eixos norteadores: *transexualidade e trabalho*, eixo no qual identificamos os percalços e estigmas enfrentados por sujeitos trans ao adentrarem ao mercado de trabalho formal; *corpo e saúde*, eixo no qual discutimos questões sobre o acesso aos procedimentos de saúde por sujeitos trans; *transexualidade e afetividade*, eixo no qual refletimos sobre as problemáticas em torno das experiências afetivas de sujeitos trans. A partir desse trajeto e da interpretação das audiovisualidades coletadas, será possível analisar como os discursos em torno dessa temática são atualizados, suprimidos e ressignificados por meio dos acontecimentos discursivos contemporâneos em torno da transexualidade.

Com relação ao primeiro e ao segundo eixo do trajeto temático, analisaremos três vídeos para cada. Já referente ao terceiro eixo do trajeto, analisaremos um total de dois vídeos. Totalizando oito. Todas as materialidades resumem a forma pela qual o tema em foco é discursivizado nos canais e, também,

o modo pelo qual tais discursos interferem e influenciam no processo de constituição do sujeito trans. A análise das audiovisualidades irá considerar suas condições de produção de aparecimento, além de sua historicidade, pensando sempre nos atravessamentos proporcionados pelas relações de saber-poder envolvidas na construção dos sentidos veiculados. Buscaremos compreender, nesse sentido, de que forma esses indivíduos se colocam como sujeitos de resistência perante as relações de poder-saber e quais estratégias de enfrentamento são utilizadas nesse constante embate. Cabe apontar que, como forma atribuir destaque e de modo a estabelecer uma diferenciação referente às demais citações teóricas, utilizaremos a fonte itálico e o recuo dois para tratar dos discursos retirados dos vídeos que compõem o *corpus* desta pesquisa.

Dito de outro modo, buscaremos a compreensão relacionada à forma pela qual os sujeitos transexuais se constituem face aos confrontos existentes no âmbito discursivo midiático. A análise privilegiará, nesse sentido, as formas de subjetivação baseadas na resistência do sujeito, que incluem o detalhamento das técnicas de reinvenção, subversão e transformação do sujeito e de seu corpo, realizadas com a finalidade de se constituir como sujeito de sua identidade de gênero.

Vale enfatizar que os processos de descrição, interpretação e análise estão ligados intrinsecamente aos princípios teórico-metodológicos relacionados ao método arqueogenealógico, por meio dos quais utilizaremos conceitos basilares para o efetivo entendimento, a saber: discurso, dispositivo, saber, poder, governo, sujeito, subjetivação e vontade de verdade. As referidas concepções nortearão o procedimento analítico do *corpus* em questão, possibilitando a compreensão do processo de constituição midiática do sujeito trans na contemporaneidade.

Para efeitos de organização, esta pesquisa estruturar-se-á da seguinte maneira: inicialmente, neste capítulo introdutório, expomos nossa introdução, com ênfase à temática da pesquisa e ao percurso teórico-metodológico empreendido para desenvolvê-la. No capítulo 2, “‘Eu vejo a prostituição como algo compulsório’: relações de poder-saber e práticas de governamentalidade”, através da análise de três vídeos, discutiremos as noções de poder-saber em paralelo às estratégias de resistência e, também, o exercício de práticas de governo sobre os sujeitos trans na mídia. No capítulo 3, “‘Somos obrigadas a tomar o hormônio’”: corpo e dispositivo da transexualidade”, por meio da análise de três vídeos, analisaremos

o corpo do sujeito trans como materialidade discursiva, considerando os diferentes dispositivos que operam sobre os processos de domínio desses corpos. No capítulo 4, “‘Nós vivemos em um limbo afetivo’: subjetivação e dessubjetivação, mediante a análise dos dois últimos vídeos, discutiremos os processos de subjetivação e dessubjetivação infligidos aos sujeitos trans, de forma midiática.

Por fim, apresentaremos os resultados alcançados por intermédio dos procedimentos de análise.

2 “EU VEJO A PROSTITUIÇÃO COMO ALGO COMPULSÓRIO”: RELAÇÕES DE PODER-SABER E PRÁTICAS DE GOVERNAMENTALIDADE

As questões em torno do poder representam uma das principais investigações realizadas pelo filósofo francês Michel Foucault no decorrer de seus estudos, haja vista que todas as relações sociais são atravessadas por um emaranhado de relações de poder que são exercidas, direta ou indiretamente, sobre todos os indivíduos que existem em sociedade. Isto é, para que entendamos de forma efetiva os procedimentos relacionados à constituição dos sujeitos, torna-se indispensável a compreensão acerca do funcionamento do poder como um elemento intrínseco às relações sociais.

Assim sendo, neste capítulo, traremos à luz discussões, fundamentadas a partir da perspectiva dos Estudos Discursivos Foucaultianos, relacionadas à forma pela qual as relações de poder-saber e as práticas de governo agem interferindo direta e constantemente nas condições de existência dos sujeitos trans, restringindo ou excluindo as formas de vivências, influenciando seu comportamento e seu modo de vida. Cabe pontuar que as discussões teórico-analíticas realizadas no presente capítulo se ligam ao trajeto temático referente à relação entre transexualidade e mercado de trabalho.

2.1 As relações de poder-saber

Michel Foucault, no decorrer de sua produção intelectual, propõe-se a analisar o exercício do poder ao longo dos tempos. Desse modo, de acordo com Foucault (2019a), até o século XVIII imperava um tipo específico de poder característico pela centralidade na imagem de um soberano, mais especificamente, de um rei monárquico ou absolutista. Isto é, todo o poder era concentrado nas mãos de apenas um indivíduo, que carregava consigo a soberania. Atribuiu-se a denominação de poder soberano. Segundo Foucault (1999b, p. 202):

O efeito do poder soberano sobre a vida só se exerce a partir do momento em que o soberano pode matar. Em última análise, o direito de matar é que detém efetivamente em si a própria essência desse direito de vida e de morte: é porque o soberano pode matar que ele exerce seu direito sobre a vida. É essencialmente um poder de espada.

Podemos compreender que o poder soberano possuía o intuito de justificar o

poder do Estado, na figura de um rei, em relação à população, conferindo-lhe autonomia para legislar, julgar e executar, exercendo sua vontade sobre os cidadãos. O poder soberano se efetuava através de relações de dominação entre o soberano e os seus súditos, haja vista que “face à justiça do soberano, todas as vozes devem calar-se” (Foucault, 2010b, p. 32). Assim sendo, esse tipo de poder se legitima a partir do próprio soberano que detém o controle da vida e da morte por meio do exercício de práticas violentas. O poder soberano possui como principal característica a presença do Estado em sua força repressora, com o intuito de controle total e integral das instituições, bens e povo de uma determinada nação, possuindo o poder de “deixar morrer ou fazer viver” (Foucault, 1999b, p. 287).

Entretanto, após o século XVIII, mudanças relacionadas à atualização das formas e exercício do poder ocorreram na sociedade, possibilitando deslocamentos e reconfigurações de suas práticas de produção e regulação. “A velha potência da morte em que se simbolizava o poder soberano é agora, cuidadosamente, recoberta pela administração dos corpos e pela gestão calculista da vida” (Foucault, 2019a, p. 150). O poder soberano perdeu espaço, passando a dar lugar ao que Foucault (2010b) denominou de poder disciplinar. Para o autor “o poder disciplinar é com efeito um poder que, em vez de se apropriar e de retirar, tem como função maior ‘adestrar’ [...] ele não amarra as forças para reduzi-las; procura ligá-las para multiplicá-las e utilizá-las num todo” (Foucault, 2010b, p. 142). Compreende-se, pois, que esse tipo de poder é tático e descentralizado, já que possui enquanto principais aspectos a temporalidade e a espacialidade, privilegiando a distribuição do indivíduo no espaço físico.

Ao passo que o poder soberano operava por meio de punições repressivas realizadas por uma instância centralizada, o poder disciplinar age através dos processos de normatização e controle dos corpos exercidos pelos diferentes agentes e instituições sociais, como a família, a escola, a igreja, a prisão, a fábrica, a medicina, a mídia. Tais instituições “produziram uma maquinaria de controle que funcionou como um microscópio do comportamento” (Foucault, 2010b, p. 144). Isto é, o poder disciplinar, através das referidas instituições, dita, de forma direta ou indireta, uma série de condutas e práticas que possuem a finalidade de tornar os sujeitos obedientes e fixá-los em determinados espaços.

Observa-se, portanto, o processo de reconfiguração do poder, deixando de punir o corpo e passando a corrigi-lo e discipliná-lo para que se adeque às normas

sociais. Como salienta Foucault (2010b, p. 16), “o sofrimento físico, a dor do corpo não são mais os elementos constitutivos da pena. O castigo passou de uma arte das sensações insuportáveis a uma economia dos direitos suspensos”. Compreende-se, nesse sentido, que o poder disciplinar representa uma forma mais sutil de exercício do poder, atuando no âmbito individual. Assim sendo, o poder disciplinar se exerce diretamente sobre o comportamento e, conseqüentemente, sobre o corpo dos indivíduos. Nessa perspectiva, a disciplina, de acordo com Foucault (2010b, p. 142):

[...] “fabrica” indivíduos; ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício. Não é um poder triunfante que, a partir de seu próprio excesso, pode-se fiar em seu superpoderio; é um poder modesto, desconfiado, que funciona a modo de uma economia calculada, mas permanente.

Entende-se, pois, que a referida economia funciona por intermédio dos micropoderes que se manifestam através dos processos de conflitos e enfrentamentos constantes. A disciplina exige que os indivíduos desobedientes busquem rapidamente a ordenação e a regulamentação perante as regras impostas pelas instituições pertencentes à estrutura do poder. A disciplina, nesse sentido, constitui-se como uma espécie de modalidade que abrange um conjunto de artifícios, métodos, processos e alvos relacionados ao exercício da maquinaria do poder, mesmo à distância. Segundo Foucault (2010b), a disciplina possibilita um tipo de poder que consegue se autossustentar através de seus próprios mecanismos. Através do poder disciplinar tudo se torna regularmente vigiado, nada escapa a sua ótica.

Nessa perspectiva, de acordo com Foucault (1999b), a partir do século XIX ocorre o surgimento do biopoder, um novo tipo de poder que se propõe a complementar o mencionado poder disciplinar. Nesse sentido, Foucault (2008c, p. 03) define o biopoder como “o conjunto dos mecanismos pelos quais aquilo que, na espécie humana, constitui suas características biológicas fundamentais, vai poder entrar numa política, numa estratégia política, numa estratégia geral do poder”. Podemos compreender o biopoder como um conjunto de tecnologias que possibilitam ao Estado o exercício do poder sobre a vida dos homens, com o intuito de gerir suas condutas enquanto população.

Importa salientar que, de acordo com Foucault (2019a), o biopoder foi

necessário ao desenvolvimento do capitalismo, haja vista que o capitalismo se efetua através da inserção e do controle dos corpos “no aparelho de produção e por meio de um ajustamento dos fenômenos de população aos processos econômicos” (Foucault, 2019a, p. 152). O autor aponta, ainda que o desenvolvimento do capitalismo ocorreu em função da entrada da vida na história, referente ao progresso de conhecimentos e técnicas que visavam a sobrevivência humana.

Nesse contexto, para Foucault (2019a), o biopoder, também chamado de poder sobre a vida, divide-se em dois principais eixos: a disciplina, centrada no corpo como máquina, compreendida como o governo e adestramento dos corpos; e a biopolítica, centrada no corpo-espécie, compreendida como o governo da população. Para o autor, a instalação dessa tecnologia de duas faces, de caráter anatômico e biológico, individualizante e especificante “caracteriza um poder cuja função mais elevada já não é mais matar, mas investir sobre a vida, de cima a baixo” (Foucault, 2019a, p. 150).

Vale pontuar que o autor denomina de biopolítica as formas políticas de governo e controle do corpo pelo Estado. A biopolítica emerge na modernidade a partir de um formato de controle social que, a título de uma política estatal, busca gerir a vida da população, garantindo a sobrevivência da sociedade. Conforme aponta Machado (2019, p. 29):

A biopolítica da população, que age sobre a espécie humana, sobre o corpo como espécie, com o objetivo de assegurar sua existência. Questões como as do nascimento e da mortalidade, do nível de vida e da duração da vida estão ligadas não apenas a um poder disciplinar, mas a um tipo de poder que se exerce no âmbito da espécie, da população, com o objetivo de gerir a vida do corpo social.

Compreende-se que a biopolítica se centra no coletivo e, a partir dos aspectos políticos, biológicos e de poder, possui a finalidade de controlar os nascimentos, as mortalidades, as longevidades. Ao passo que a biopolítica se refere à busca pelo controle regulador do território e da população, o biopoder se relaciona aos impactos dessas ações na vida dos indivíduos e, também, à busca pela garantia da permanência da espécie. Faz-se importante enfatizar que os conceitos foucaultianos de biopolítica e biopoder emergiram a partir dos procedimentos genealógicos dos micropoderes disciplinares.

Ainda com relação ao poder disciplinar, cabe pontuar que as práticas de

vigilância representam um elemento imprescindível para a efetivação de seu funcionamento, já que seu exercício pressupõe um “dispositivo que obrigue pelo jogo do olhar” (Foucault, 2010b, p. 143). Nesse sentido, ainda de acordo com o referido filósofo francês, os mecanismos de vigilância não são exercidos somente em sistemas prisionais, através do panóptico, mas em toda a sociedade. Assim sendo, a vigilância “torna-se um operador econômico decisivo, na medida em que é ao mesmo tempo uma peça interna no aparelho de produção e uma engrenagem específica do poder disciplinar” (Foucault, 2010b, p. 147). A vigilância assegura os processos de docilização dos corpos através de artifícios de produção de saberes sobre os indivíduos, com objetivo de controlá-los.

As técnicas de vigilância constituem-se, pois, como importantes instrumentos utilizados com a finalidade de adestrar os indivíduos e adequá-los às prescrições estabelecidas pela mecânica do poder imperativo, já que possibilitam a denominada “física do poder, fazendo com que o domínio sobre o corpo se efetue segundo as leis da ótica e de mecânica, segundo um jogo de espaços, de linhas, de telas, de feixes, de graus” (Foucault, 2010b, p. 147). A vigilância, através das mais diversas instituições, monitora todos os comportamentos dos indivíduos em sociedade.

Há de se pontuar que a transexualidade atribui evidência e põe em questionamento diversos saberes produzidos e cristalizados socialmente em torno das questões de gênero. Observa-se, pois, que os corpos de sujeitos transexuais são constantemente vigiados através dos procedimentos de vigilância impostos pelo poder disciplinar. Em função da fuga aos padrões de gênero, tais corpos são frequentemente observados e, conseqüentemente, apontados e julgados, seja no âmbito clínico, educacional, judiciário ou governamental. Pode-se afirmar que o corpo trans sofre uma vigilância social e institucional permanente. De forma complementar, o biopoder age sobre o corpo transexual por intermédio de práticas que buscam regulá-lo, segregá-lo e estigmatizá-lo, com o intuito de torná-los repulsivos e ininteligíveis.

De acordo com Foucault (2019d), o poder não se encontra localizado em grandes instituições e nem em uma figura específica, o poder se encontra em toda parte, em todos os âmbitos da sociedade, constituindo-se e manifestando-se através das relações que perpassam toda a malha social por meio dos micropoderes. Como elucida Machado (2019, p. 17-18), “o poder é algo que se efetua, que funciona. E funciona [...] como uma máquina social que não está situada

num lugar privilegiado ou exclusivo, mas se dissemina por toda a estrutura social. Não é um objeto, uma coisa, mas uma relação”. Desse modo, entende-se que o poder representa um elemento que se sucede por intermédio de um conjunto de diversas e múltiplas práticas sociais, caracterizadas por suas sucessivas transformações históricas.

Outro aspecto relevante diz respeito ao fato de que as relações de poder somente serem exercidas sobre sujeitos considerados livres. (Foucault, 2014a). A liberdade é, portanto, um elemento imprescindível para o efetivo exercício do poder, já que tal exercício necessita do confronto entre poder e liberdade. Em síntese, o poder inexistente sem a liberdade. Não existe, pois, relações de poder em regimes escravagistas, por exemplo, já que os sujeitos inseridos nesse sistema são totalmente dominados e excluídos, sem possibilidades de discordância ou resistência no campo do discurso. Sobre isso, Foucault (2014a, p. 134) afirma que:

O poder só se exerce sobre “sujeitos livres”, e enquanto são “livres” – entendamos por isso sujeitos individuais ou coletivos que têm diante de si um campo de possibilidade em que várias condutas, várias reações e diversos modos de comportamentos podem apresentar-se.

Dessa forma, compreende-se que o poder se manifesta através das relações de poder, relações estas construídas através de uma série de saberes cristalizados socioculturalmente de forma histórica. Pode-se afirmar, portanto, que o conhecimento, de maneira geral, ocorre por meio das relações de poder e de suas condições de possibilidades. Já que, de acordo com Foucault (2010b, p. 30), “o poder produz saber [...], não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder”. Nesse contexto, observa-se a estreita relação recíproca na qual saber e poder estão envolvidos. Isto é, não há poder sem a constituição antecedente de um saber. E, da mesma forma, não há saber sem o estabelecimento de relações de poder sobre o referido saber.

É nesse cenário das relações de poder-saber que iremos analisar os dois primeiros vídeos que compõem o *corpus* desta pesquisa. O vídeo 01⁸, denominado de “Transfobia”, faz parte da série “Pergunte às Bee”, na qual os integrantes Jessica e Victor se reúnem para responder dúvidas sobre o universo LGBTQIAPN+. A

⁸ Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=rI_gyIFhHy4&t=293s. Acesso em 20 de setembro de 2023.

materialidade foi publicada no *Canal das Bee* em 02 de dezembro de 2014, possui aproximadamente 106.670 visualizações e conta com a presença da convidada Daniela Andrade⁹ para discutir questões em torno de práticas transfóbicas. No decorrer do vídeo, será discutido, dentre outras temáticas, questões em torno dos percalços enfrentados por sujeitos trans no que se refere ao ambiente familiar, escolar e profissional.

De forma complementar, analisaremos, também, o vídeo 02¹⁰, denominado de “Por que trans recorre à prostituição mesmo tendo algum subemprego?”, retirado do canal *Paula Ferreira*. A referida materialidade foi publicada em 24 de maio de 2023 e possui aproximadamente 16.998 mil visualizações. O vídeo conta com a participação da convidada Melissa Maria da Silva¹¹ para discutir questões acerca da ocupação de sujeitos trans em trabalhos formais.

Inicialmente, faz-se necessário salientar que, por meio da análise dos enunciados dos referidos vídeos, poderemos constatar que a ausência de oportunidades de inserção no mercado de trabalho formal para sujeitos transexuais advém de uma histórica trajetória de marginalização, que se inicia a partir do momento em que tais sujeitos enfrentam problemas familiares ao assumirem sua identidade de gênero, chegando, muitas vezes, a saírem ou serem expulsos de seus lares, agravando-se quando esses sujeitos adentram ao ambiente escolar, já que passam a vivenciar diariamente uma série de preconceitos e violências. Os dois contextos, intensificados pela proliferação de discursos midiáticos estigmatizados, propiciam processos de subalternização dos sujeitos trans, afastando-os da formação educacional e, conseqüentemente, do mercado profissionalizante e lhes atribuindo um único caminho possível: a prostituição. Como veremos a seguir.

O vídeo intitulado “Transfobia” inicia com a integrante do canal Jessica Tauane expondo que, de acordo com a pesquisadora da Universidade de Brasília

⁹ Daniela Andrade é uma mulher trans, formada em Letras, com pós-graduação em Língua Portuguesa e, também, em Tecnologia da Informação, com pós-graduação em Engenharia de Software. Ficou conhecida pela criação do primeiro portal de empregabilidade trans do Brasil (Transempregos), constituindo-se enquanto uma das principais ativistas pelos direitos da comunidade transexual.

¹⁰ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=x-uptsw7rMc>. Acesso em: 10 de novembro de 2023.

¹¹ Melissa Maria da Silva é uma mulher trans, bibliotecária formada pela PUC-Campinas, escritora e estudante de infoeducação e transexualidades. É, também, palestrante sobre travestilidades e dona do canal @trava.cultural.

(UnB) Jaqueline Gomes de Jesus¹², somente em 2011, 101 (cento e uma) pessoas foram assassinadas no Brasil por serem transexuais ou travestis. No mesmo período, em esfera global, 248 (duzentas e quarenta e oito) pessoas foram mortas pelo mesmo motivo. Na época, o Brasil correspondia a 40,7% de todos os crimes ocorridos no mundo.

Paralelamente, de acordo com a 6ª edição do Dossiê de Assassinatos e Violências Contra Travestis e Transexuais Brasileiras, realizado pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), 131 pessoas foram assassinadas no Brasil em 2022 em função de sua condição de gênero. O documento indica, também, que as mulheres trans e travestis possuem até 38 vezes mais chances de serem assassinadas em relação aos homens trans. Das 131 mortes em 2022, 130 se referiam a mulheres trans e apenas uma a homem trans. Ainda de acordo com o dossiê, pelo 14º ano consecutivo, o Brasil representa o país com mais mortes de pessoas trans e travestis no mundo. Complementarmente, de acordo com a 7ª edição do referido Dossiê, em 2023 foram registradas 155 mortes de pessoas trans no Brasil, sendo 145 casos de assassinatos e dez casos de suicídios após violências. Através do breve panorama, observa-se que o assassinato de pessoas trans no Brasil vem sendo contínuo no decorrer dos anos. Com relação aos dados apresentados, a convidada externa relata que:

Quando morre uma mulher trans ou travesti a mídia faz questão de enfatizar que não é mulher. Vai tratar com pronome masculino: “o fulano, conhecido como beltrana. Ou um homem vestido com roupa de mulher”. Eu sempre digo que transexuais e travestis no Brasil morrem duas vezes. Morrem quando são assassinadas e morrem quando o jornalismo mata pela segunda vez (Daniela, Canal das Bee, 2014c).

A mídia irá lembrar de travestis e transexuais por cinco motivos: para criminalizar, somos todas criminosas; pra patologizar, somos todas doentes mentais; pra exotificar, “o homem que virou mulher, o homem que quer ser mulher”; para ridicularizar, somos motivos de riso; para hipersexualizar, somos vistas como uma máquina de fazer sexo” (Daniela, Canal das Bee, 2014c).

¹² Jaqueline Gomes de Jesus é Professora de Psicologia do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ) e do Departamento de Direitos Humanos, Saúde e Diversidade Cultural da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz (DIHS/ENSP/FIOCRUZ). Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ensino de História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PROFHISTÓRIA/UFRRJ) e do Programa de Pós-Graduação em Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva (PPGBIOS/FIOCRUZ). Psicóloga, Mestre em Psicologia e Doutora em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações pela Universidade de Brasília (UnB), com pós-doutorado pela Escola Superior de Ciências Sociais e História da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV).

Por meio do enunciado em análise, especificamente no momento em que a convidada descreve a forma de tratamento da mídia perante a morte de mulheres trans ou travestis, “*o fulano, conhecido como beltrana. Ou um homem vestido de mulher*”, podemos constatar o importante papel desempenhado pela instância midiática no que se refere à construção e produção de discursos em torno da transexualidade. O âmbito midiático atua como um importante mecanismo utilizado na disseminação de determinados discursos/saberes referentes às concepções de gênero e sexualidade, que objetivam obedecer às regulamentações sociais fixadas, de forma normativa, pelas relações de poder existentes, cuja finalidade se relaciona à naturalização de um modelo heteronormativo. Isto é, frente à morte de uma mulher trans ou travesti, a mídia fará “*questão de enfatizar que não é mulher*”, de modo a assassinar, metaforicamente, a identidade desse sujeito, como salienta a convidada ao afirmar que o jornalismo as mata pela segunda vez ao utilizar seus pronomes, conscientemente, de forma incorreta.

Figura 01: A mídia nos criminaliza, nos patologiza e nos exotifica.



Fonte: https://www.youtube.com/watch?v=rl_gylFhHy4&t=312s. Acesso em: 03/02/2023.

Por meio da fala da convidada apresentada acima podemos observar que, historicamente e majoritariamente, a mídia tradicional veicula, por meio de reportagens e notícias, materialidades que reforçam estigmas e preconceitos, ampliando a desinformação sobre a comunidade trans. A instância midiática fabrica e difunde saberes responsáveis por impor padrões sociais e, conseqüentemente, moldar parâmetros comportamentais, de modo a influenciar significativamente a construção da subjetividade dos sujeitos trans. Comumente, a instância midiática

legítima e naturaliza o ódio e a intolerância que constantemente silencia travestis e transexuais no Brasil. Cabe mencionar que a forma pela qual a mídia retrata sujeitos pertencentes à comunidade trans influencia na forma de percepção e de tratamento de tais sujeitos.

Torna-se notório o papel fundante que a mídia desempenha no que se refere à formação de concepções, ideias e valores. A instância midiática representa um importante artifício advindo dos mecanismos de poder utilizado para difundir e naturalizar saberes imperativos que obedecem à determinada norma e urgência social. Em função da proliferação de tais saberes há de se notar que, em diversos momentos da história, os sujeitos trans adentraram à *ordem do discurso* (Foucault, 1999a) midiático de modo marginalizado. A mídia propicia a naturalização e imposição de diferentes modos de configuração das relações de poder-saber, exercendo significativa importância no modo pelo qual os saberes sobre a transexualidade são compreendidos e aceitos pela sociedade em geral.

Com a finalidade de exemplificar a discussão em torno das relações de poder-saber externadas pela instância midiática referentes aos sujeitos transexuais, observemos a seguinte tirinha que compõe o arquivo desta pesquisa. A tirinha foi produzida pela cartunista e chargista Laerte Coutinho conhecida por, através de seu humor irreverente, expor e discutir temáticas da realidade contemporânea.

Figura 02: Tirinha Muriel



Fonte: <https://laerte.art.br/tag/muriel/>. Acesso em: 03/02/2023.

Na tirinha acima podemos observar a personagem Muriel conhecendo um apresentador de TV e, posteriormente, participando do programa. Inicialmente, nos três primeiros quadrinhos, o apresentador faz questão de enfatizar que a participação de Muriel no programa iria consistir em um bate-papo em torno das questões sobre transgeneridade, mas que tudo seria realizado de modo respeitoso, pois segundo o

apresentador: “aqui respeitamos a dignidade da pessoa!”. Entretanto, no último quadrinho, como o programa já iniciado, observa-se uma legenda que possui o seguinte enunciado verbal: “bichona se veste de mulher!”. A legenda difamatória exemplifica o desserviço que alguns meios de comunicação midiáticos desempenham com relação às questões transexuais, distorcendo a situação e difundindo concepções errôneas e pejorativas acerca de tais sujeitos. A referida legenda contribui com os processos de negação e, por conseguinte, marginalização da identidade transexual, perpetuando visões deturpadas referentes à comunidade trans.

O referido enunciado em forma de legenda faz parte de uma *Formação Discursiva* (Foucault, 2008a) relacionada aos históricos estigmas em torno da identidade trans, haja vista que parcela significável de indivíduos não a reconhece. Isto é, por meio da ótica de uma sociedade pautada na norma heterossexual, uma mulher transexual será sempre vista como um homem que “quer ser mulher”. Mais especificamente, como um homem gay, “uma bichona”, que se veste de mulher.

As tiras de Muriel, publicadas entre 2009 e 2012, reivindicavam políticas de acesso para identidades minoritárias, além de denunciar práticas discriminatórias realizadas pelas diversas instâncias. Nesse sentido, compreende-se que o âmbito midiático representa a própria manifestação das relações de poder-saber, haja vista que tal instância possui a capacidade de restringir, ressignificar e proliferar discursos que obedecem aos interesses imperativos, moldando a opinião e percepção da sociedade com relação a diferentes questões. O exercício das relações de poder através das instâncias midiáticas promove a cristalização de diferentes saberes sobre a transexualidade, reforçando normas sociais que perpetuam, a partir de diferentes configurações, a discriminação contra a comunidade trans.

O enunciado analisado, juntamente ao arquivo, exemplifica o processo de objetificação e subjetivação realizado pela instância midiática, através das relações de poder, sobre os sujeitos transexuais, interferindo diretamente em todos os âmbitos da vida desses sujeitos, a exemplo do âmbito profissional e trabalhista. Referente a essa questão, a convidada Daniela aponta:

Eu moro em um país que 90% das mulheres trans e das travestis se prostituem. Não existe qualquer paradigma dentro da sociedade, de um grupo populacional, que 90% dessa população esteja se prostituindo. Mas isso não comove ninguém. Tudo bem, né? Transexuais e travestis se prostituem porque querem, porque gostam. Será que 90% de nós queria mesmo estar na prostituição? Ou será que o Estado falha em nos garantir direitos básicos? Como a própria cidadania. Se a gente já excluída da escola, como vamos nos inserir no mercado de trabalho? (Daniela, Canal das Bee, 2014c).

O princípio da garantia e da proteção aos direitos humanos está na base de grande parte das Constituições modernas, inclusive da Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988. Dois dos principais fundamentos estabelecidos pela Constituição Brasileira são: a cidadania e a dignidade da pessoa humana, sem distinção de qualquer natureza. Entretanto, ao observarmos as constantes supressões de direitos enfrentadas, historicamente, por sujeitos transexuais, podemos notar que os referidos princípios e fundamentos se aplicam às minorias de formas desiguais.

Faz-se importante salientar que, com exceção do Decreto Federal¹³ que estabelece a utilização do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero em determinados contextos e, ainda, da portaria que determina a oferta do Processo Transexualizador pelo Sistema Único de Saúde (SUS), do qual falaremos no capítulo seguinte, não há conhecimento de legislações específicas referentes aos direitos das pessoas transexuais no ordenamento jurídico brasileiro. Nesse sentido, em função da insuficiência de legislações que visem garantir os direitos básicos dessa população, incluindo políticas públicas de inserção e permanência na educação e no mercado de trabalho, os sujeitos transexuais se encontram em contínuos processos de privação de direitos, como aponta a convidada Daniela ao afirmar que o Estado falha em garantir direitos básicos à população trans, como a cidadania.

Isto é, a ausência de políticas públicas que busquem garantir a cidadania de sujeitos pertencentes à comunidade trans desempenha expressivo papel nos processos de marginalização e exclusão social. Sujeitos transexuais atravessam um extenso ciclo de exclusão e de violência social que são intensificadas pela negligência do Estado, influenciando os processos de precarização e vulnerabilidade desses sujeitos. Podemos enxergar a efetivação de tais processos no enunciado em análise por meio do discurso da convidada, ao enfatizar que *“90% das mulheres trans e travestis se prostituem”*. O índice apresentado é resultante de diversos fatores, desde a deficiência na qualificação profissional motivada pela exclusão familiar e escolar à escassez de oportunidades de emprego formal.

Os estigmas negativos em torno da comunidade trans produzem barreiras para a constituição desses sujeitos como trabalhadores formais. Mais especificamente, os

¹³ Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2016/decreto-8727-28-abril-2016-782951-publicacaooriginal-150197-pe.html>. Acesso em: 05 de maio de 2023.

processos de exclusão subordinam os sujeitos trans, sobretudo sujeitos trans femininos, aos subempregos e, conseqüentemente, ao mercado da prostituição. Se para as mulheres cis o trabalho sexual representa uma opção ou até mesmo um desejo, para as mulheres trans representa um dos caminhos mais propícios para obter e manter sua subsistência. A convidada ironiza o descaso com tal problemática por meio do excerto *“mas isso não comove ninguém. Tudo bem, né? Transexuais e travestis se prostituem porque querem, porque gostam”*. Isto é, para as mulheres transexuais, o trabalho com a prostituição não representa uma escolha, mas sim uma necessidade de sobrevivência. Um destino determinado pelas imposições sociais advindas da instância imperativa do poder que marginalizam sujeitos que, de alguma forma, desobedecem às suas prescrições.

Como mencionado, os sujeitos transexuais adentram ao mercado da prostituição em virtude de exclusões realizadas tanto pela instância familiar quanto pela instância educacional. Nesse sentido, em função da exclusão familiar, parcela significativa de sujeitos transexuais são expulsos de seus lares ainda jovens, como podemos observar no seguinte enunciado:

A população trans é muito mais expulsa de casa. Quando você não é expulsa de forma direta, quando seu pai e sua mãe falam “olha, cai fora daqui porque desse jeito que está, eu não te aceito”, você é expulsa de forma indireta porque a pessoa começa te bater tanto, a te agredir tanto, como foi o meu caso. Meu pai dizia que ele ia me acabar na porrada pra eu virar homem (Daniela, Canal das Bee, 2014c)

Além da expulsão por parte do núcleo familiar, em função de uma série de negligências, comportamentos hostis, desrespeito ao nome coerente com a identidade de gênero identificada, tais sujeitos também são coagidos a abandonar as instituições de ensino, haja vista que a educação tradicional brasileira se apresenta, historicamente, despreparada para lidar com a diversidade sexual e de gênero existente. Cabe mencionar que, conforme assevera Foucault (2010b), os estabelecimentos de educação representam uma das instâncias de regulação e de domínio utilizadas pelo poder disciplinar, cujo intuito se relacionada à tarefa de “medir, controlar e corrigir os anormais” (Foucault, 2010b, p. 223), transformando o espaço escolar em uma *máquina de vigiar*. Sobre a presente discussão, a convidada relata que, atualmente, possui incontinência urinária, pois passou onze anos de sua vida sem poder fazer o uso do banheiro da própria escola. Conta que:

Eu não podia usar o banheiro feminino porque “ah, é homem” e também não podia usar o

banheiro masculino porque a mesma chance e possibilidade que uma mulher cis tem de ser agredida ou violentada, nós também temos, porque o ódio é ao feminino. Eu fui estuprada diversas vezes na minha vida, mas isso não se fala porque travesti e transexual não é gente (Daniela, Canal das Bee, 2014c)

O processo de discriminação de sujeitos transexuais referente à utilização do banheiro representa uma forma de opressão que possui diversas consequências negativas, desde problemas de saúde à violência e abusos, como enfatiza a convidada. Assim sendo, torna-se visível que a sociedade se encontra sob o comando e a vigilância dos mecanismos de poder dominantes que, constantemente, manipulam os sujeitos e menosprezam as identidades que, por algum motivo, não se encaixam no padrão estabelecido socialmente. Podemos compreender o processo de negação referente à utilização do banheiro adequado como uma alegoria normatizadora que busca anular a existência dos sujeitos trans, com a finalidade de relegá-los à marginalidade e à subalternidade, como salienta Daniela ao apontar que *“mas isso não se fala porque travesti e transexual não é gente”*.

Complementarmente, faz-se importante pontuar que, de acordo com um estudo¹⁴ conduzido pela coordenação nacional da área de proteção e acolhimento a crianças, adolescentes e famílias LGBTQIAPN+, com apoio da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e do Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS (UNAIDS), 77,5% de crianças e adolescentes trans, entre 5 e 17 anos, pertencentes a 120 famílias de 62 cidades de 17 estados brasileiros, foram vítimas de *bullying* transfóbico no ambiente escolar. Baseado nos relatos dos pais e responsáveis dos alunos, o estudo realizou a separação dos autores das violências entre dois grupos: adultos e crianças. Conforme apontou o estudo, no grupo dos adultos foi identificado que 65% dos acusados eram profissionais dos próprios estabelecimentos de ensino. Deste número, 56% foram identificados enquanto professores.

Compreende-se, pois, que a trajetória percorrida por sujeitos trans no âmbito escolar é atravessada por ininterruptas práticas de transfobia. Durante sua formação, tais sujeitos possuem seus próprios amigos, familiares, colegas e professores como agressores. Direitos básicos, necessidades essenciais, inerentes e imprescindíveis de um ser humano, como o uso do banheiro apropriado, regularmente são desrespeitadas,

¹⁴ As informações completas podem ser encontradas em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/estudo-diz-que-77-de-criancas-e-adolescentes-sofrem-transfobia-no-ambiente-escolar/>. Acesso em 06 de abril de 2023.

não obstante naturalizadas pela instância educacional. Há de se pontuar que tais contextos influenciam diretamente no processo de ensino-aprendizagem, propiciando lacunas consideráveis na formação educacional básica desses sujeitos.

Em decorrência de tal realidade, referente à exclusão familiar intensificada pela exclusão escolar, sujeitos trans enxergam os empregos informais como única alternativa de subsídio. De acordo com dados¹⁵ levantados pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), no ano de 2020, apenas 13,9% de mulheres trans e travestis possuíam empregos formais. A baixa escolaridade somada aos estigmas sociais fortalece as barreiras no que se refere à qualificação profissional/acadêmica e, conseqüentemente, à inserção no mercado de trabalho formal, fazendo com que grande parcela da comunidade trans recorra à prostituição, como observamos ao longo da discussão. Com relação a tais questões, Daniela expõe:

O mercado da prostituição não quer qualquer corpo, ele quer aquele corpo padronizado, da panicat. “Querida, com esse corpinho que você tem não vai dar certo, a gente vai ter que te bombar”. Bombar significa a aplicação de silicone industrial. Infelizmente, no Brasil, 99% das travestis e das trans acabam aplicando o silicone industrial porque é o meio mais rápido, prático, fácil e barato. Com pouquíssimo dinheiro você bomba e modela o seu corpo inteiro, ficando com o corpo que o mercado da prostituição exige. Até porque o governo não está preocupado em oferecer próteses de silicone pra travestis e transexuais. Bom, e aí você opta pelo silicone industrial, só que ele não foi feito pro corpo humano, ele é um óleo lubrificante de peças automotivas. Causa enormes problemas pra saúde. Conheço pessoas que morreram. Mas a maioria das travestis e transexuais do Brasil precisam colocar silicone industrial para sobreviver (Daniela, Canal das Bee, 2014c).

Primeiramente, cabe pontuar a diferenciação do Silicone Cirúrgico, produto estéril desenvolvido para implantes em humanos, do Silicone Líquido Industrial (SLI), produto utilizado para a lubrificação e lustração de máquinas e painéis. A utilização do silicone líquido industrial, com a finalidade de modificações na estética corporal, representa uma prática realizada clandestinamente há diversas décadas. Em função da considerável quantidade de casos de complicações em decorrência de sua aplicação quando injetado no corpo, o silicone líquido industrial nunca chegou a ser aprovado para uso médico. Muito embora continue a ser utilizado, sobretudo pela comunidade trans feminina.

Vale salientar que mulheres transexuais, com o intuito de buscar adequação do corpo ao seu gênero identificado, podem optar pela utilização e realização de diversas

¹⁵ As informações completas podem ser encontradas em: <https://namidia.fapesp.br/mercado-de-trabalho-para-pessoas-trans/388294>. Acesso em 06 de abril de 2023.

técnicas no decorrer do processo de transição, incluindo a ingestão de hormônios, cirurgias, procedimentos estéticos e, também, a aplicação do silicone líquido industrial. Entretanto, o que se observa na fala da convidada Daniela representa uma imposição estética exigida pelo mercado da prostituição, já que *“o mercado da prostituição não quer qualquer corpo, ele quer aquele corpo padronizado, da panicat”*. Isto é, algumas mulheres trans não possuem o desejo de realizar modificações corporais através do silicone, seja cirúrgico ou industrial. Já outras possuem esse desejo, com o intuito de alcançar a aparência feminina desejada e, consequentemente, *“sofrer menos hostilidade no dia a dia (Daniela, Canal das Bee, 2014c)”*. Tais mulheres, em função da inacessibilidade de cuidados médicos especializados e da ausência de regulamentação com relação à utilização de substâncias injetáveis, submetem-se à aplicação inapropriada e insalubre do SLI, conforme aponta Daniela: *“99% das travestis e das trans acabam aplicando o silicone industrial porque é o meio mais rápido, prático, fácil e barato”*.

Aquelas mulheres que, em função das desigualdades sofridas ao longo da vida e do lugar de marginalidade onde se inserem, utilizam o mercado da prostituição para sua sobrevivência, sentem-se obrigadas a realizar tal procedimento de forma clandestina, mesmo que não possuam esse desejo, como enfatiza a convidada Daniela *“Muitas de nós recorrem a essa questão do silicone industrial porque é algo urgente. Você não sobrevive sem dinheiro. É o que resta: colocar silicone, transformar o corpo e depois pensar na nossa dignidade e na nossa saúde (Canal das Bee, 2014c)”*. Nesse sentido, a partir dos enunciados, compreende-se que a referida prática é resultante dos mecanismos de poder que provocam processos de marginalização de mulheres transexuais e travestis, propiciando a inacessibilidade a procedimentos de saúde adequados.

Cabe mencionar, ainda, que a imposição do SLI pelo mercado da prostituição representa uma prática proveniente do poder disciplinar, haja vista que atua diretamente sobre os corpos dos sujeitos trans, como podemos observar no excerto *“querida, com esse corpinho que você tem não vai dar certo, a gente vai ter que te bombar”*. Segundo Foucault (2010b), as relações de poder possuem alcance imediato sobre o corpo, possibilitando a produção de um investimento político do corpo que se encontra relacionado à sua utilização econômica. Isto é, *“como força de produção que o corpo é investido por relações de poder e de dominação”* (Foucault, 2010b, p. 29). Tal mecânica de poder busca normatizar os corpos, tornando-os homogêneos do

ponto de vista heteronormativo, fixando-os na norma binária de gênero. A disciplina utiliza tal prerrogativa para tornar tais corpos dóceis, disciplinando-os e corrigindo-os conforme as prescrições sociais.

“Com pouquíssimo dinheiro você bomba e modela o seu corpo inteiro, ficando com o corpo que o mercado da prostituição exige.” Isto é, o mercado da prostituição exige a padronização dos corpos trans para atender ao seu público alvo: homens cis que buscam corpos modelados e que cumpram com o padrão heterossexual. Fato que deságua nos processos de objetificação e fetichização dos corpos trans, problemáticas as quais discutiremos nos capítulos 03 e 04. O poder disciplinar busca, portanto, tornar o corpo trans produtivo para o mercado da prostituição, haja vista que “o corpo só se torna força útil se é ao mesmo tempo corpo produtivo e corpo submisso” (Foucault, 2010b, p. 29).

São palpáveis, portanto, os obstáculos enfrentados pela população trans com relação ao acesso aos serviços de saúde, desde a inexistência de hospitais e ambulatorios especializados na saúde transexual à discriminação por parte dos próprios profissionais de saúde. As relações de poder-saber imbricadas na prática da aplicação do SLI se encontram diretamente relacionada às desigualdades e ao preconceito generalizado e estrutural infligidos a esses sujeitos, já que as mulheres trans se submetem a essa prática, pois lhes é negado, através de barreiras governamentais, econômicas e sociais, o acesso a tratamentos adequados e eficazes. Fato que é enfatizado por Daniela por meio da seguinte afirmação *“até porque o governo não está preocupado em oferecer próteses de silicone pra travestis e transexuais”*.

Referente à presente discussão e de modo a estabelecer um paralelo, tomemos o seguinte enunciado retirado do vídeo “Por que trans recorre à prostituição mesmo tendo algum subemprego?”, do canal *Paula Ferreira*:

Eu vejo a prostituição como algo compulsório. Nós somos relegadas a empregos como call center, caixa de supermercado, faxineira. Todos são subempregos, inclusive a prostituição. Se você precisa de um subemprego você vai escolher o que pague melhor. A prostituição é a que te remunera melhor dos subempregos. Óbvio que você vai pra onde te pague melhor, mesmo que você não queira se deitar com um desconhecido (Melissa, Canal Paula Ferreira, 2023).

Faz-se importante salientar que o referido vídeo foi publicado em 2023, ao passo em que o vídeo em discussão pertencente ao *Canal das Bee* foi publicado em 2014, estabelecendo um recorte temporal de quase uma década de diferença. Apesar

do íterim temporal, podemos observar que a pauta trabalhista no que se refere à inserção de sujeitos trans continua a mesma: a imposição histórica de condições de trabalho precárias e marginalizadas, com o intuito de conduzir esses sujeitos ao mercado da prostituição. Tal contexto, como enfatiza a convidada, representa “*algo compulsório*” na vivência trans.

Figura 03: Os subempregos são a única alternativa para mulheres trans.



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=x-uptsw7rMc>. Acesso em: 10/11/2023.

O direcionamento impositivo aos subempregos e aos empregos informais infligidos aos sujeitos trans representa a perpetuação de estruturas imperativas que buscam relegá-los a uma posição de subalternidade constante e permanente. Isto é, esses sujeitos enxergam a prostituição como a alternativa mais viável dentre as opções disponíveis, como podemos observar no trecho “*se você precisa de um subemprego você vai escolher o que te pague melhor*”. Nesse sentido, vale enfatizar que parcela significativa das mulheres trans optam pela prostituição em detrimento de outros subempregos, como os citados pela convidada – “*call center, caixa de supermercado, faxineira*” –, em função de suas demandas específicas. Sobre essa questão, a convidada Melissa expõe que:

A mulher cis está pronta. Algumas mulheres trans precisam se adequar, se hormonizar, não pra sociedade, mas sim pra ela mesma. Você não consegue colocar uma prótese que custa mais de onze mil reais com o salário de caixa de supermercado. Precisa recorrer à prostituição. As exigências sociais que a mulher trans recebe não são as mesmas que da mulher cis (Melissa, Canal Paula Ferreira, 2023).

Nessa perspectiva, podemos verificar a presença de um contexto distinto referente à relação social existente entre a transexualidade e a prostituição. Isto é, as mulheres trans, com o intuito de obtenção de recursos específicos e imprescindíveis

de adequação ao gênero identificado, optam pela inserção no mercado da prostituição, haja vista que, como bem salienta a convidada Melissa, *“você não consegue colocar uma prótese que custa mais de onze mil reais com o salário de caixa de supermercado”*. Assim sendo, podemos constatar uma diferenciação específica no que diz respeito às prescrições sociais impostas às mulheres trans e às mulheres cis.

Nessa ótica, de acordo com Melissa, *“a mulher cis está pronta”*. A atribuição da noção de completude atrelada às mulheres cis implica uma noção de incompletude historicamente atribuída às mulheres trans. Noção esta advinda dos mecanismos de poder que buscam encaixar a vivência trans na norma heterossexual, fazendo com que as mulheres trans só obtenham a validação de sua identidade se, obrigatoriamente, adequem seus corpos e seus comportamentos ao padrão heteronormativo. A obtenção de tal adequação exige artifícios financeiros que a maioria dos sujeitos pertencentes à comunidade trans não possui, já que *“um hormônio custa mais de cem reais, um laser também. O subemprego não consegue pagar (Melissa, Canal Paula Ferreira, 2023)”*. Em virtude desse contexto, o mercado da prostituição se mostra atrativo, haja vista que instaura possibilidades na vida desses sujeitos.

Assim sendo, cabe salientar que o poder não se manifesta, obrigatoriamente, de maneira repressiva, mas sim por meio de mecanismos atrativos e de estratégias positivas de convencimento, com o intuito de viabilizar transformações oportunas e convenientes na vida dos sujeitos. Como pontua Souza e Furlan (2018, p. 326), *“o poder, em Foucault, instaura positivities, ele não simplesmente castra, interdita ou proíbe: ele cria realidades”*. O poder produz possibilidades. Nesse contexto, por intermédio dos mecanismos de poder, a alternativa de inserção no mercado da prostituição oportuniza perspectivas de transformações apazíveis na vida dos sujeitos trans, conforme verificamos.

Nessa perspectiva, por meio da análise dos dois vídeos, verificamos interferências distintas propiciadas pelo mercado da prostituição na vida dos sujeitos trans. Como constatamos, em função da trajetória de marginalização referente às exclusões familiares e educacionais, tais sujeitos se encontram restritos aos empregos informais e aos subempregos. A prostituição, como um tipo de subemprego, mostra-se a opção mais viável levando em consideração as demandas específicas desses sujeitos, mesmo que, em alguns casos, exista a obrigatoriedade da realização

de procedimentos nocivos, como a aplicação do SLI.

Através das discussões feitas, podemos compreender que o funcionamento dos mecanismos de poder-saber com relação à transexualidade ocorre na instância discursiva e se efetiva através da produção de complexas ferramentas que regulam, beneficiam e restringem a circulação de determinados discursos em sociedade. A instância médica, por meio da produção de saberes patológicos. A instância familiar e escolar, por meio dos processos de exclusão social. A instância governamental, por meio da omissão e, conseqüentemente, negligência. A instância midiática, por meio da disseminação de saberes construídos com base em discursos normatizadores. Todas essas instâncias dialogam entre si e se sustentam, possuindo como objetivo comum o estabelecimento da ordem social do poder.

2.2 As estratégias de resistência

Observa-se a presença de questões em torno da resistência, explicitamente ou implicitamente, em todas as fases do pensamento foucaultiano. Para que se compreenda efetivamente o funcionamento do maquinário de poder, faz-se necessário observar os mecanismos antagônicos que se opõem a eles. Nesse sentido, segundo Foucault (2019a), a resistência representa uma prática multifacetada e contínua que se manifesta através de um constante enfrentamento de relações nas quais atuam forças que buscam se sobrepor umas às outras. Para o autor, devemos nos referir à resistência sempre no plural, como resistências, já que se constituem como “possíveis, necessárias, improváveis, espontâneas, selvagens, solitárias, planejadas, arrastadas, violentas, irreconciliáveis, prontas ao compromisso, interessadas ou fadadas ao sacrifício” (Foucault, 2019a, p. 104).

De acordo com o pensamento do referido autor, as relações de poder existem em função dos pontos de resistência que representam, na rede imperativa do poder, o elemento adversário e, não obstante, necessário. Dito de outro modo, as resistências, exteriorizadas através dos pontos e das estratégias, instituem as relações de poder, ao mesmo tempo em que são resultado delas. Podemos considerar que as relações de poder pressupõem as estratégias de resistência. Se as resistências não existissem, o exercício do poder representaria uma mera questão de obediência. Logo, de acordo com Foucault (2019a, p. 105):

As estratégias de resistência não se reduzem a uns poucos princípios heterogêneos [...] elas são o outro termo nas relações de poder; inscrevem-se nessas relações como o interlocutor irredutível. Também são, portanto, distribuídas de modo irregular: os pontos, os nós, os focos de resistência disseminam-se com mais ou menos densidade no tempo e no espaço, às vezes provocando o levante de grupos ou indivíduos de maneira definitiva.

Vale enfatizar a forma assimétrica pela qual os pontos de resistência se distribuem, atravessando as unidades individuais e introduzindo na sociedade deslocamentos, rompimentos e reagrupamentos, de modo a percorrer “os próprios indivíduos, recortando-os e os remodelando” (Foucault, 2019a, p. 105). Faz-se importante destacar, nesse sentido, o caráter mutável das estratégias de resistências, haja vista que elas se refazem conforme a atualização dos poderes, caracterizando-se como “móveis e transitórias” (Foucault, 2019a, p. 105). De forma complementar, Revel (2005, p. 74) sintetiza o conceito foucaultiano da seguinte forma:

A resistência se dá, necessariamente, onde há poder, porque ela é inseparável das relações de poder, assim, tanto a resistência funda as relações de poder, quanto ela é, às vezes, o resultado dessas relações; na medida em que as relações de poder estão em todo lugar, a resistência é a possibilidade de criar espaços de lutas e agenciar possibilidades de transformação em toda parte.

Através das estratégias de resistência emergem as possibilidades de insubordinação perante os processos de dominação exercidos pelas relações de poder, haja vista que “a partir do momento em que há uma relação de poder, há uma possibilidade de resistência” (Foucault, 2019d, p. 241). As estratégias atravessam todas as classes sociais, sendo capazes de suscitar o despertar de sujeitos que se encontram subjugados pelas relações de poder. É por intermédio da resistência que novas condições de possibilidades são propiciadas, espaços de luta são criados e perspectivas de transformações são vislumbradas.

Nesse contexto, no vídeo “Transfobia”, no decorrer das discussões acerca das temáticas sobre mercado de trabalho e prostituição, a integrante do canal Jessica questiona a convidada Daniela sobre “*Como você percebe esse ‘não lugar’ dentro da sociedade?*”. Em resposta, a convidada expõe que:

Sinto que todo dia que saio na rua é basicamente uma experiência de quase morte. A gente luta todos os dias pra poder existir. Quando eu saio na rua estou me afirmando. Estou afirmando a minha identidade e a minha existência. É muito complicado viver sabendo que você não vai passar dos trinta e cinco anos. (Daniela, Canal das Bee, 2014b).

Através do enunciado, nota-se a presença de uma das estratégias de resistência externadas pelos sujeitos transexuais, com o intuito de se desvencilhar dos mecanismos prescritivos do poder. A estratégia é externada por meio de reafirmação da identidade e, conseqüentemente, da existência transexual em contextos diários em que exista procedimentos de discriminação, como aponta a convidada *“A gente luta todos os dias pra poder existir. Quando saio na rua estou me afirmando. Estou afirmando a minha identidade e a minha existência”*. Os sujeitos transexuais encontram sua força no empoderamento e reafirmação de sua própria identidade, já que “é preciso que a resistência seja como o poder [...] tão inventiva, tão móvel, tão produtiva quanto ele” (Foucault, 2019d, p. 241).

Complementarmente, no vídeo “Por que trans recorre à prostituição mesmo tendo algum subemprego?”, a convidada Melissa, durante as discussões sobre a inserção de mulheres trans no mercado de trabalho, expõe que, durante o período pandêmico, trabalhou em um *call center* e, constantemente, era desrespeitada pelos funcionários da empresa, desde piadas pejorativas ao descumprimento intencional ao seu nome social. A convidada conta que, por meio de um mecanismo de gravação, registrou as ofensas e, atualmente, está processando a empresa em questão.

Compreende-se que a atitude da convidada representa, também, uma estratégia de resistência perante os mecanismos de poder e de dominação que continuamente tentam impor aos sujeitos trans uma condição de marginalidade. Diferentemente da estratégia anterior, esta representa uma estratégia de resistência planejada, com o intuito de subverter a estrutura dentro da própria estrutura. Conforme verificamos, as referidas estratégias são diversificadas e variam de acordo com o contexto social e a própria experiência transexual, sendo influenciadas por diferentes configurações.

Assim sendo, uma vez que o poder se encontra em todos os espaços, sendo exercido através de micro relações, não devemos, pois, estudar as questões que envolvem tais relações sem que antes compreendamos, de forma efetiva e concreta, por meio de quais estratégias de resistência os sujeitos buscam enfrentar os jogos de poder que os envolvem constantemente, haja vista que como assevera Foucault (2014, p. 121) “mais do que analisar o poder do ponto de vista de sua racionalidade interna, trata-se de analisar as relações do poder por meio do enfrentamento das estratégias”.

2.3 As práticas de governo

No decorrer da produção intelectual do filósofo Michel Foucault, a ideia de governo emerge em decorrência de um deslocamento no âmbito do poder. Mais especificamente, podemos considerar que houve determinada transição da noção do poder como embate de forças para uma noção de poder relacionada à conduta e às tecnologias de governo. A noção de governo desponta nas sociedades ocidentais, relacionando-se diretamente com as relações de poder. Assim, antes de pensarmos acerca das materialidades existentes nos canais em questão que apontam para formas de governo sobre o sujeito transexual, faz-se necessário refletirmos sobre a origem da concepção de governo no pensamento foucaultiano.

Segundo Foucault (2006), a partir do século XVI, especificamente no período compreendido entre a metade do século XVI e o final do século XVIII, observou-se a recorrência de discussões em torno do governo. Discussões estas que privilegiavam a investigação referente às suas formas, ao ato de ser governado e ao ato de governar os outros. O autor aponta para a existência de tratados que não se apresentavam mais como “Conselhos ao Príncipe” e nem como “Ciência da Política, mas sim como “artes de governar”. Em oposição aos referidos tratados, Foucault (2008c) discorre sobre a obra *O Príncipe*, de 1513, escrita por Nicolau Maquiavel. A obra foi considerada uma referência pelos contemporâneos de Maquiavel no século XVI, possuindo considerável aceitação em países como a Alemanha, Itália e França. Entretanto, após o século XIX, a obra sofreu críticas em função de seu conteúdo, já que a figura do príncipe se apresentava superior ao seu principado, apresentando uma arte de governar que se sobreponha às questões morais e éticas, propiciando o surgimento de uma “literatura anti-Maquiavel” (Foucault, 2008c, p. 120).

Nesse contexto, baseado no pensamento de François la Mothe Le Vayer, importante autor do século XVII, Foucault (2008c, p. 125) apresenta três tipos de formas de governo, a saber: “o governo de si mesmo, que compete à moral; a arte de governar uma família como convém, que pertence à economia; e enfim a ‘ciência de bem governar’ o Estado, que pertence à política”. Assim, Foucault (2008c, p. 125) destaca que, apesar da doutrina de *O Príncipe* e a teoria jurídica do soberano buscarem explicitar a “descontinuidade entre o poder do príncipe e qualquer outra forma de poder”, faz-se necessário identificar uma continuidade ascendente e descendente.

Nesse sentido, a compreensão referente à arte de governar, consoante à Foucault (2008c, p. 125-126) deve considerar uma continuidade ascendente, relacionada ao fato de que, “quem quiser ser capaz de governar o Estado primeiro precisa saber governar a si mesmo: depois, num outro nível, governar sua família, seu bem, seu domínio; por fim, chegará a governar o “Estado” e, também, uma continuidade descendente, referente ao fato de que, “quando um Estado é bem governado, os pais sabem bem governar sua família, suas riquezas, seus bens, sua propriedade, e os indivíduos, também, se dirigem como convém”. Assim sendo, a continuidade ascendente busca assegurar que o Estado seja governado por alguém que adquira o governo de forma crescente, governando inicialmente o domínio de si e da família para somente após conseguir governar o domínio estatal. Ao passo que a continuidade descendente se efetiva a partir do momento em que o governante é visto, pela sociedade de uma época, como referência na gestão de condutas individuais e coletivas.

Para Foucault (2006), a arte de governar se encontra associada aos procedimentos de construção de saberes, cujo intuito se relaciona às técnicas de controle e de direção, direta ou indireta, das condutas dos homens. Podemos compreender que a arte de governar não privilegiava a restituição de uma essência, mas sim os procedimentos de manipulação, isto é, “em manter, em distribuir, em restabelecer relações de força, e relações de força num espaço de ocorrência que implica crescimentos competitivos” (Foucault, 2008c, p. 419-420).

Mudanças ocorridas entre os séculos XVI e XVIII, em decorrência do crescimento das populações, possibilitaram o surgimento de uma nova arte de governar que priorizava não a violência, a imposição através das leis, mas sim um conjunto de diferentes artifícios e dispositivos de poder articulados e engendrados por intermédio dos mais diversificados agentes governamentais. Nesse contexto, para Foucault (2008c), durante os séculos XIII e XV, o termo governar não se relacionava estritamente ao governo de um Estado, mas sim ao governo de indivíduos, como bem enfatiza o autor:

[...] nunca se governa um Estado, nunca se governa um território ou uma estrutura política. Quem é governado são sempre pessoas, são homens, são indivíduos ou coletividades. Quando se fala da cidade que se governa, que se governa com base nos tecidos, quer dizer que as pessoas tiram sua subsistência, seu alimento, seus recursos, sua riqueza dos tecidos. Não é, portanto, a cidade como estrutura política, mas as pessoas, indivíduos ou coletividade. Os homens é que são governados (Foucault, 2008c, p.164).

Dessa forma, considerando que durante o referido período a noção de governar se relacionava ao governo dos homens; Foucault, com o intuito de compreender sua origem e essência, regressa no tempo e se propõe a realizar uma minuciosa investigação referente ao funcionamento e à formação da noção de poder pastoral. Vale destacar que, consoante à Foucault, Candiottto (2008) afirma que as primeiras evidências residuais das tecnologias de governo pastoral emergiram em civilizações provenientes do Oriente, localizadas na região do Mediterrâneo, mais especificamente, entre os egípcios, sírios e mesopotâmios. Para Candiottto (2008), naquelas localidades já existiam práticas relacionadas ao poder pastoral, mesmo que nem todas estivessem relacionadas a uma significância religiosa.

Antes, cabe mencionar que o poder pastoral se difere do poder soberano, discutido anteriormente, pois é exercido sobre seres vivos, e não sobre um território, como faz o poder soberano. Podemos afirmar que o poder pastoral representa um governo dos vivos, que privilegia a busca pela salvação da alma no âmbito terreno, a partir do aspecto relacional entre os homens e as coisas. Podemos observar a expressiva aproximação existente entre o poder pastoral e o biopoder, haja vista que ambos consideram o indivíduo e a massa enquanto unidades sobre as quais esses tipos de poder irão incidir.

Nesse sentido, de acordo com Foucault (2014a), a partir do século XVI o Estado passa a utilizar um complexo conjunto de mecanismos e estratégias, com a finalidade de adotar uma nova forma de poder político. O referido conjunto de mecanismos e estratégias, costumeiramente utilizados pela instância pré-cristã, foi denominado pelo filósofo francês de poder pastoral. A referida noção de poder pastoral representa um tipo de arte de governar que privilegia o governo dos outros, baseado na ideia de dedicação e cuidado de um pastor perante às urgências e necessidades de cada ovelha de seu rebanho, com a intenção de conduzir todos a um propósito específico, fundamentado em determinados princípios religiosos. Para Foucault (2008c, p. 255), a noção de conduta pensada dentro do sistema pastoral representa uma

[...] atividade que consiste em conduzir, a condução, se vocês quiserem, mas é também a maneira como uma pessoa se conduz, a maneira como se deixa conduzir, a maneira como é conduzida e como, afinal de contas, ela se comporta sob o efeito de uma conduta que seria ato de conduta ou de condução.

Vale pontuar que a noção de conduta exposta acima representa um dos

principais mecanismos utilizados pelo pastorado cristão daquela época. Nesse contexto, através da ótica propiciada pelo cristianismo primitivo, entende-se que o poder pastoral possui o intuito de conduzir e garantir a salvação da alma dos indivíduos, como bem salienta Foucault (2014a, p. 237), o poder pastoral “é uma forma de poder cujo objetivo final é assegurar a salvação individual no outro mundo”. Assim sendo, pode-se compreender que o poder pastoral é totalizante e individualizante (Foucault, 2014a), ou seja, ele se preocupa com uma totalidade, isto é, com o rebanho de ovelhas e, concomitantemente, cuida de cada uma de forma singular. A presença do pastor é essencial para a existência do rebanho.

As práticas de confissões de si, nessa perspectiva, representam um elemento característico do poder pastoral, já que é necessário que tudo seja dito, pois somente assim o pastor conseguirá conhecer a alma do indivíduo e norteá-lo para a salvação. Como pontua Foucault (2014a, p. 237), “esta forma de poder não pode ser exercida sem o conhecimento da mente das pessoas, sem explorar suas almas, sem fazer-lhes revelar os seus segredos mais íntimos. Implica um saber da consciência e a capacidade de dirigi-la”. O pastor conduz o indivíduo a externar as verdades e os saberes sobre si próprios, possibilitando intervenções permanentes em suas condutas cotidianas, haja vista que a confissão representa um mecanismo de produção de discursos verdadeiros sobre o interior do indivíduo. Dito de outro modo, através do conhecimento dos desejos subjetivos dos indivíduos em virtude da prática da confissão, o pastor cria artifícios que possibilitam os processos de gerenciamento das condutas.

Entretanto, conforme aponta Foucault (2014a), em meados do século XVIII ocorreu uma reorganização do poder individualizante. Isto é, o poder pastoral passou a dar lugar a uma nova estruturação do poder centralizada na alegoria do Estado, considerando-o enquanto “matriz moderna da individualização ou uma nova forma de poder pastoral” (Foucault, 2014a, p. 237). Assim sendo, com a reestruturação do poder, os objetivos se modificaram, de modo a privilegiar não a salvação no outro mundo, mas sim a garantia da vida do indivíduo neste plano, amparada pelo direito à saúde, segurança, proteção, dentre outros. Nesse contexto, Foucault (2014a, p. 238) assevera que:

[...] poder do tipo pastoral, que durante séculos - por mais de um milênio - foi associado a uma instituição religiosa definida, ampliou-se subitamente por todo o corpo social; encontrou apoio numa multiplicidade de instituições. E, em vez de um poder pastoral e de um poder político, mais ou menos ligados

um ao outro, mais ou menos rivais, havia uma “tática” individualizante que caracterizava uma série de poderes: da família, da medicina, da psiquiatria; da educação e dos empregadores.

Nessa perspectiva, compreende-se, portanto que o poder pastoral, cujo intuito se relaciona ao governo dos homens em cada nuance de sua vida cotidiana, não mais se efetuará por intermédio de um pastor, mas sim através das modernas instâncias pertencentes ao Estado, a saber: instituições de ensino, médicas, sociais, políticas, governamentais e empregatícias. Vale apontar que, segundo Foucault (2014a), o aumento das finalidades e agentes advindos do poder pastoral ocorreram em função de dois eixos referentes ao desenvolvimento de saberes sobre o homem: o eixo globalizador e quantitativo, que se liga à população de modo geral e o eixo analítico, que se relaciona, de forma restrita, ao indivíduo.

Ainda de acordo com o filósofo francês, torna-se indispensável compreender a necessidade de nos desvencilharmos dos processos de individualização propiciados pelo Estado. Conforme salienta o autor, precisamos “promover novas formas de subjetividade através da recusa deste tipo de individualidade que nos foi imposta há vários séculos” (Foucault, 2014a, p. 239). Isto é, além de se opor aos modos de objetivação possibilitados por meio da máquina estatal, faz-se essencial articular e viabilizar novos modos de subjetivação que representem a sua real identidade, ou seja, sua singularidade genuína.

Assim sendo, ao investigar o poder pastoral cristão em paralelo às ações exercidas perante essa forma de poder representativa da condução da vida, o autor identifica um tipo específico de resistência. É nessa perspectiva que emergem problematizações em torno das práticas de contracondutas, as quais discutiremos no decorrer das discussões analíticas. Vale pontuar, inicialmente, que as contracondutas se diferem das estratégias de resistência, pois tais práticas possuem a intenção de possibilitar uma modificação no modo pelo qual ocorrem as tecnologias de governo sobre os homens. Cabe salientar que o entendimento acerca da importância referente à produção e o exercício das práticas de contracondutas é imprescindível para que se compreenda efetivamente a relação existente entre os tipos de governamentalidade e as formas de resistência correspondentes.

Nesse sentido, em conformidade com Foucault (2008c), a governamentalidade se define como um elemento composto pelas instituições, procedimentos táticos, análises e reflexões que possuem o intuito de exercer uma complexa e específica

forma de poder que tem como alvo central a população. Ainda segundo o filósofo, entende-se, também, por governamentalidade

[...] a tendência, a linha de força que, em todo o Ocidente, não parou de conduzir, e desde há muito, para a preeminência desse tipo de poder que podemos chamar de “governo” sobre todos os outros- soberania, disciplina- e que trouxe, por um lado, o desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo [e por outro lado], o desenvolvimento de toda uma série de saberes (Foucault, 2008c, p. 143).

As concepções sobre governamentalidade apresentadas acima pelo autor nos permitem compreender a referida noção como um conceito formulado, com a finalidade de elucidar os processos que propiciaram a manifestação de diferentes práticas governamentais por intermédio do Estado de governo. Tais práticas são orientadas pelos mecanismos e estratégias pertencentes aos regimes de poder. Faz-se necessário pontuar que, apesar do mencionado conceito se relacionar às práticas de governo relacionadas à formação do Estado, refere-se, também, às formas de controle da conduta dos homens, como veremos. Segundo Foucault (2016, p. 268), o estudo da governamentalidade possui o intuito de responder

Um duplo objetivo: fazer a crítica necessária das concepções correntes de “poder” (mais ou menos confusamente pensado como um sistema unitário, organizado em torno de um centro que é dele ao mesmo tempo a fonte, e que é levado por sua dinâmica interna a se expandir sempre); analisá-la, ao contrário, como um domínio de relações estratégicas entre indivíduos ou grupos – relações que têm por questão a conduta do outro ou dos outros, e que têm recurso, segundo o caso, segundo os quadros institucionais em que elas se desenrolam, segundo os grupos sociais, segundo as épocas, a procedimentos e técnicas diversas.

O referido domínio das relações estratégicas mencionado pelo autor representa a própria governamentalidade, sendo o governo a forma de concretização dessas estratégias. Tais práticas envolvem inerentemente os mecanismos de poder que se manifestam por intermédio das relações. A governamentalidade, compreendida como a forma pela qual se conduz a conduta dos homens (Foucault, 2008c), representa relações específicas consigo próprio ou com o outro que conduzem determinadas ações, de modo a delimitar possibilidades e produzir relações de poder, haja vista que “o que propus chamar de governamentalidade [...] não é mais que uma proposta de grade de análise para as relações de poder” (Foucault, 2008c, p. 258). O efetivo entendimento referente ao conceito de poder se faz imprescindível para a compreensão do estudo acerca das práticas de governamentalidade.

É nessa perspectiva das práticas de governamentalidade que iremos analisar o próximo vídeo que compõe o *corpus* desta pesquisa. O vídeo 03¹⁶, denominado de “É fácil trabalhar sendo um homem trans?”, faz parte da série “Pergunte às Bee”, foi publicado no *Canal das Bee* em 23 de janeiro de 2017 e possui aproximadamente 34.883 visualizações. O vídeo conta com a participação do convidado Klaus Dimitri Nogueira¹⁷ e, assim como os dois últimos vídeos analisados acima, este também faz parte do trajeto temático referente à relação entre a transexualidade e o mercado de trabalho.

O terceiro vídeo inicia com a integrante do canal Jessica Tauane solicitando que o convidado Klaus falasse um pouco acerca de suas experiências no mercado de trabalho sendo um homem transexual. O convidado conta que trabalhava em pizzarias quando morava em Minas Gerais, porém, ao chegar em São Paulo não havia encontrado oportunidade empregatícia nessa área, passando a trabalhar no ramo do telemarketing. Klaus explicita que trabalhou durante anos na empresa com seu nome civil exposto, sofrendo procesos de desrespeito por parte de seus superiores e, também, de colegas de trabalho. Jessica solicita a Klaus para que exponha o nome da referida empresa.

Figura 04: A empresa não respeitou meu nome social.



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=n7dByCVTswg&t=372s>. Acesso em: 20/09/2023

O convidado conta, inclusive, que levou “a Lei 10.948, que garante a gente o

¹⁶ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=n7dByCVTswg&t=3s>. Acesso em 20 de setembro de 2023.

¹⁷ Klaus Dimitri Nogueira é um homem trans, pintor, encanador, eletricista e montador de móveis. Mais informações em: <https://www.helpie.com.br/helpers/x2240wd9>. Acesso em 20 de setembro de 2023

uso do nome social, mas não me atenderam (Klaus, Canal das Bee, 2017)”. Cabe destacar que a legislação mencionada por Klaus se trata da Lei Estadual¹⁸ que dispõe sobre as penalidades a serem aplicadas à prática de discriminação em razão da orientação sexual e de gênero. A referida legislação advém do Projeto de Lei nº 667, de 2000, do deputado Renato Simões (PT). Há de se pontuar que, mesmo que não exista uma lei federal que obrigue as empresas privadas a adotarem o uso do nome social, a jurisdição reconhece esse direito. Isto é, existem diversas decisões judiciais as quais determinam que a recusa em permitir a utilização do nome social se equipara à prática de assédio moral, podendo resultar em indenizações.

Com relação ao desrespeito referente à utilização do nome social pela empresa, o convidado externa que se sentiu “*exposto, invadido, humilhado. Com isso fui ficando doente (Klaus, Canal das Bee, 2017)*”. No entanto, conta que:

Levei o caso para a Defensoria Pública e a empresa foi chamada, sendo obrigada a respeitar isso. Consegui que a empresa mudasse o sistema, mesmo que eu não estivesse mais lá pra ver porque eles me mandaram embora antes. Outras pessoas que entraram depois de mim não tiveram que passar por isso (Klaus, Canal das Bee, 2017).

Por meio dos anunciados em análise, podemos observar a atuação das práticas de contracondutas realizadas pelo convidado Klaus. Cabe destacar que o ato desrespeitoso da empresa em questão atua como uma forma de governamentalidade que busca conduzir os sujeitos trans a uma posição de invisibilização permanente. Ao passo que a atitude de Klaus perante a imposição feita pela empresa representa a materialização de práticas de contracondutas, haja vista que o referido termo deve ser pensado “no sentido de luta contra os procedimentos postos em prática para conduzir os outros” (Foucault, 2008c, p. 266). Nesse sentido, podemos compreender que o ato resistente do sujeito, efetivado por meio da apresentação da Lei 10.948 e, sobretudo, por meio da denúncia à Defensoria Pública, representa a manifestação de processos subversivos frente às práticas de condução realizadas pelos mecanismos do poder na figura das instâncias empregatícias.

De forma complementar, o convidado Klaus expõe mais um episódio no qual sofreu discriminação referente ao desrespeito do seu nome social

Fui na Caixa Econômica Federal abrir uma conta poupança e não quiseram abrir pra mim. Tiraram cópias de todos os meus documentos e deixaram lá. Isso durou uns três dias. No

¹⁸ Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2001/lei-10948-05.11.2001.html>. Acesso em 20 de setembro de 2023.

terceiro dia eu chamei a polícia. Fui na delegacia e abri um B.O (Boletim de Ocorrência), aí o gerente abriu a conta. Isso gerou tumulto na agência. O cartão eles emitiram com o nome de registro, não quiseram emitir com o nome social (Klaus, Canal das Bee, 2017).

Faz-se importante salientar que o convidado relata que, inicialmente, o delegado se recusou a abrir o Boletim de Ocorrência em função da referida justificativa. Porém, Klaus conta que se recusou a ir embora sem antes conseguir a realização da abertura do B.O. Nesse contexto, podemos compreender que, assim como as atitudes tomadas pelo sujeito nos enunciados anteriores, o ato de chamar a polícia, a abertura do Boletim de Ocorrência e, ainda, a postura resistente perante a possibilidade de não abertura do B.O, atuam, também, como mecanismos de enfrentamento referente aos procedimentos de condução de condutas, haja vista que as contracondutas se relacionam a uma série de táticas de enfrentamentos que são exercidas pelos sujeitos, com a finalidade de escapar às amarras do poder. Nesse sentido, de acordo com Foucault (2008c, p. 479), as contracondutas terão como sentido o seguinte:

Deve haver um momento em que a população, rompendo com todos os vínculos de obediência, terá efetivamente o direito, não em termos jurídicos, mas em termos de direitos essenciais e fundamentais, de romper todos os vínculos de obediência que ela pode ter com o Estado e, erguendo-se contra ele, dizer doravante: é minha lei, é a lei das minhas exigências, é a lei da minha própria natureza de população, é a lei das minhas necessidades fundamentais que deve substituir essas regras da obediência.

O filósofo francês aponta para a necessidade de os sujeitos lutarem contra os procedimentos de condução, fazendo com que sejam possibilitadas novas formas de condutas, isto é, novas perspectivas de atuação do sujeito como principal agente da construção de sua própria subjetividade, livre dos vínculos de obediência advindos do poder que constantemente impõem ações para conduzir suas vidas à determinada direção. Cabe destacar que, em cada época, o surgimento de práticas de contracondutas representam o declínio de uma governamentalidade imperativa. No caso das materialidades em análise, a referida governamentalidade se encontra materializada por meio das instâncias governamentais e empregatícias que, de forma histórica, deslegitimam e invisibilizam a identidade transexual.

No entanto, faz-se importante pontuar que a governamentalidade, compreendida como “governo de si por si e governo dos indivíduos uns pelos outros em sua generalidade” (Foucault, 2016, p. 254), não prevê práticas de dominação, não envolve obrigatoriamente a ordem, a obediência e nem a determinação de uma

vontade soberana. A concepção de governamentalidade, manifestada por meio de um conjunto de saberes e práticas, encontra-se relacionada a regimes específicos de governo, mais especificamente, aos modos pelos quais governamos e somos governados. A noção de governamentalidade nos possibilita compreender de forma pontual o modo pelo qual os indivíduos são permeados por uma condição de governo que não é necessariamente negativa, podendo se manifestar através de práticas benéficas, positivas e conscientes, como veremos a seguir.

É nesse sentido que verificamos diferentes estratégias discursivas propiciadas pelo *Canal das Bee* que atuam diretamente nos processos de condução dos sujeitos transexuais. O canal, por meio de apelos denunciativos, fomenta a produção de contracondutas por parte desses sujeitos, isto é, de novas formas de conduzir a si mesmo perante às práticas imperativas de governamentalidade fundamentadas em estigmas preconceituosos que, constantemente, interditam os sujeitos trans, impossibilitando-os de viver dignamente e de exercer sua cidadania.

Assim sendo, no decorrer da discussão, a integrante do canal Jessica explana a existência de um fórum de empresas que são signatárias de dez compromissos pela diversidade LGBTQIAPN+. Os dez compromissos buscam desenvolver acessibilidade a pessoas trans ao mercado de trabalho, de forma interna, externa ou comunitária. Em seguida, Jessica cita o nome das vinte e cinco empresas que possuem compromisso com a contratação exclusiva de uma determinada porcentagem de servidores trans. Logo após, enfatiza que: *“até dois anos atrás não havia nenhuma empresa brasileira nessa lista”* (Jessica, *Canal das Bee*, 2017).

Cabe ressaltar que, durante toda a discussão, a integrante do canal salienta a necessidade da criação de oportunidades empregatícias para a população trans, já que *“gente sem emprego é gente que não vive”* (Jessica, *Canal das Bee*, 2017). E, também, a importância da existência de profissionais que saibam lidar com a diversidade, além da imprescindibilidade de denunciar práticas transfóbicas e preconceituosas no ambiente de trabalho. Faz-se necessário destacar que Jessica faz questão de explicar abertamente o nome de todas as empresas citadas por ela e pelo convidado.

Nesse contexto, podemos compreender que o *Canal das Bee*, por meio da exposição dos nomes das empresas que desrespeitaram a utilização do nome social juntamente à enumeração das empresas que possuem compromisso com a

diversidade LGBTQIAPN+, atua como uma forma de governo que procura conscientizar o sujeito. Dito de outro modo, o canal busca governar os sujeitos por meio de práticas de conscientização. Isto é, conduzir os sujeitos trans a boas práticas, neste caso, a procurar por empresas éticas e respeitosas e, também, a denunciar órgãos que pratiquem algum tipo de preconceito transfóbico. Mais especificamente, o canal busca conduzir esses sujeitos a adotarem uma postura transgressora e irreverente frente às formas de governamentalidades existentes no que se refere ao mercado de trabalho.

Por meio dos enunciados, observa-se o processo de direção de condutas feito pelo canal em questão, haja vista que, sendo um canal que possui considerável alcance midiático, este atua como um mecanismo que, de forma direta ou indireta, dispõe da capacidade de influenciar o comportamento daqueles que consomem o conteúdo. Mais especificamente, as problematizações levantadas pela integrante do canal possuem a finalidade de conduzir a conduta dos sujeitos trans que, por ventura, assistam ao vídeo.

3 “SOMOS OBRIGADAS A TOMAR O HORMÔNIO”: CORPO E DISPOSITIVO DA TRANSEXUALIDADE

Inicialmente, faz-se necessário destacar que os Estudos Discursivos Foucaultianos compreendem o corpo como uma dimensão simbólica munida de diferentes interpretações e significações. Neste campo de estudo, questões que envolvem o corpo não devem ser reduzidas aos aspectos físicos e biológicos, ou seja, o corpo deve ser compreendido “por via de uma série de discursos disparatados e não simplesmente restrito aos modos de explicação naturalistas e científicos” (Grosz, 2000, p. 79). Deve-se privilegiar, pois, uma visão analítica do corpo como uma materialidade expressiva, significativa e maleável que se transfigura historicamente e que sofre influências e interferências do contexto o qual se encontra socialmente inserido.

Assim sendo, neste capítulo, traremos à luz discussões, alicerçadas a partir do prisma dos Estudos Discursivos Foucaultianos, relacionadas à noção de corpo como um elemento discursivo, bem como ao conceito de dispositivo da sexualidade e da transexualidade. Cabe reiterar que as discussões teórico-analíticas efetuadas no presente capítulo se associam ao trajeto temático referente ao corpo e a saúde transexual.

3.1 O corpo em uma perspectiva discursiva

Falar sobre o corpo em uma perspectiva discursiva exige a desvinculação de concepções socialmente cristalizadas referente ao determinismo biológico e, conseqüentemente, à estrutura binária de gênero. Isto é, dissertar sobre o corpo necessita, de forma obrigatória, compreendê-lo como um objeto histórico, social e discursivo, atravessado pelas práticas de linguagem, responsáveis pelos processos de constituição dos sujeitos. Conforme aponta Grosz (2000, p. 84),

O corpo é usualmente considerado como um meio significante, um veículo de expressão, um modo de tornar público e comunicar o que é essencialmente privado (ideias, pensamentos, crenças, sensações, afetos). É através do corpo que o sujeito pode expressar a interioridade dele ou dela e é através do corpo que ele ou ela podem receber, codificar e traduzir os estímulos do mundo “externo”.

Nesse sentido, compreende-se que o corpo representa um constituinte característico por seus sentidos expressivos que se estabelecem no âmbito individual

e interpessoal, manifestando-se de modo externo. Através do corpo e durante os procedimentos interacionais, transmite-se perspectivas, vontades de verdade e saberes. Em outras palavras, o corpo, como fabricante de efeitos de sentidos, constitui-se como a principal forma de exteriorização das subjetividades, sendo “visto como um lugar de inscrições, produções ou constituições sociais, políticas, culturais e geográficas” (Grosz, 2000, p. 84). Nessa perspectiva, podemos considerar o corpo como um produto histórico, social e cultural, objeto e fonte dos discursos e dos saberes existentes na sociedade.

Complementarmente, de acordo com Butler (2010), o corpo é em si mesmo uma construção, constituindo-se como uma superfície passiva sobre a qual se inscrevem significados culturais ou “um instrumento pelo qual uma vontade de apropriação ou interpretação determina o significado cultural por si mesma” (Butler, 2010, p. 27). Para a autora, em ambas representações, o corpo se encontra representado como um mero *instrumento* ou *meio* que se relaciona, de forma externa, a um agrupamento de significações de ordem cultural.

Faz-se oportuno pontuar que em se tratando de sujeitos transexuais, as questões em torno do corpo despontam. Discorrer sobre o corpo do sujeito transexual implica, necessariamente, considerar saberes médicos e científicos que, de forma histórica, produziram e naturalizam estruturas binárias de gênero, conservando padrões normativos e, por conseguinte, naturalizando o processo de marginalização desses sujeitos. Ou seja, o corpo do sujeito trans se encontra delineado discursivamente por acontecimentos sócio-históricos referentes às imposições normativas de conduta e comportamento. Por outro lado, cabe pontuar que a existência de corpos trans possui um caráter transgressor, já que estabelece uma ruptura com relação à noção de performatividade de gênero, a qual discutiremos no decorrer do capítulo. Os sujeitos transexuais utilizam seus corpos como materialização de determinadas estratégias de resistência face aos mecanismos de poder-saber que o envolvem por meio de processos de objetivação e subjetivação, já que, de acordo com Grosz (2000, p. 84), “o corpo deve ser visto como um lugar de inscrições, produções ou constituições sociais, políticas, culturais e geográficas. O corpo não se opõe à cultura; é ele próprio um produto cultural”.

De acordo com Milanez (2009, p. 218), “[...] o corpo é investido por domínios de poder e de saber, ou seja, ter o seu corpo dominado por preceitos institucionais ou dominar seu corpo, imprimindo-lhes marcas singulares, é incluir-se como sujeito”.

Assim sendo, compreende-se que o corpo como produtor de sentidos se encontra atravessado por acontecimentos discursivos relacionados aos discursos dominantes e imperativos. Tais atravessamentos interferem diretamente na construção dos processos de subjetivação

Vale pontuar, nesse sentido, que o corpo se encontra em constante construção, sofrendo modificações conforme a configuração e o contexto os quais se encontra inserido e, também, de acordo com a ótica de quem o observa e o interpreta. Isto é, o corpo é atravessado por elementos externos a si, devendo ser entendido como “uma série de processos de tornar-se, ao invés de como um estado fixo de ser” (Grosz, 2000, p. 65). De forma pontual, compreende-se que o corpo, por ser uma superfície moldável, sofre processos de resignificação no decorrer dos tempos.

Tais processos são fortemente influenciados por normatizações sociais baseadas em prescrições imperativas advindas dos saberes dominantes, que possuem o intuito de ditar princípios uniformes aos sujeitos que existem em sociedade. O corpo representa um objeto socio-discursivo profundamente atrelado ao poder. Em outras palavras, o corpo habita no âmago das relações de poder-saber que, por sua vez, agem provocando processos de disciplinarização, já que a disciplina representa “um tipo de poder, uma modalidade para exercê-lo que comporta todo um conjunto de instrumentos, de técnicas, de procedimentos, de níveis de aplicação, de alvos” (Foucault, 2010b, p. 117).

Bento (2006) assevera que as análises alternativas do corpo causam rompimentos na estrutura dos saberes existentes e nas relações de poder que ordenam as interações. É nessa perspectiva que a autora aponta para a necessidade de o corpo ser visto como lugar de contestação. Assim sendo, faz-se importante destacar que o corpo representa, também, uma superfície na qual se contesta o exercício do poder. A partir de diferentes artifícios, o corpo se torna um espaço de resistência, no qual os indivíduos se contrapõem às prescrições normativas, criando novas condições de possibilidades.

Nessa perspectiva, percebe-se que as práticas do poder disciplinar, discutidas anteriormente, incidem, sobretudo, sobre os corpos dos sujeitos, já que segundo Foucault (2010b), durante a época clássica ocorreu uma descoberta do corpo como objeto e alvo do poder, propiciando uma demasiada atenção dedicada ao corpo. A preocupação se concentrava na prática de exercício coercitivo, com o intuito de mecanização das ações. A disciplina, como modalidade de exercício do poder, atua

sobre os corpos, com o intuito de docilizá-los, já que “é dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado” (Foucault, 2010b, p. 117).

Assim sendo, podemos considerar que a disciplina representa um artifício pertencente à esfera do poder que, por meio de um complexo conjunto de mecanismos instrumentais, atua como forma de efetivação do exercício das relações de poder na sociedade. A disciplina incide sobre os corpos atribuindo significações produzidas pelas vontades de verdade fabricadas socialmente, sobretudo, neste caso, aquelas relacionadas à identidade de gênero. Observa-se que o corpo representa um elemento que se encontra inserido em uma complexa maquinaria de poder que, de acordo com Foucault (2010b, p. 135)

[...] o esquadrinha, o desarticula e o recompõe. Uma “anatomia política”, que é também igualmente uma “mecânica de poder”, está nascendo; ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina.

Nesse contexto, para que se compreenda de forma efetiva o exercício e funcionamento do poder sobre o corpo, torna-se indispensável a definição e caracterização da concepção de dispositivo. De acordo com Foucault (2019c, p. 137), entende-se o dispositivo “como um tipo de formação que, em um determinado momento histórico, teve como função principal responder a uma urgência”. De forma mais ampla, Agamben (2005, p. 12) compreende o dispositivo como “qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres vivos”. Logo, podemos entender o dispositivo como um agrupamento de ferramentas, táticas e artifícios que possuem a finalidade de conservar e preservar a organização injuntiva do poder no corpo social, além de efetivar suas urgências imperativas.

Agamben (2005) afirma que os dispositivos existem desde o surgimento do *homo sapiens*. O autor aponta que a contemporaneidade propicia a proliferação dos dispositivos que, a todo momento, moldam, contaminam e controlam a vida dos sujeitos, com o intuito de “fazer frente a uma urgência e de obter um efeito (Agamben, 2005, p. 11). Vale salientar que o dispositivo possibilita condições de produção de determinados modos de subjetivação, tornando-se um elemento constitutivo. Isto é,

conscientemente ou não, os sujeitos possuem sua subjetividade formada por intermédio dos dispositivos.

Assim sendo, podemos entender o dispositivo como uma complexa composição pertencente às práticas estratégicas exercidas através do entrecruzamento das relações de saber e de poder. Desse modo, cabe mencionar que os procedimentos de produção e configuração de um saber, realizados pelas instâncias sociais, são imprescindíveis para a efetivação dos dispositivos, haja vista que eles estão ligados sempre a “configurações de saber que dele nascem, mas que igualmente o condicionam” (Foucault, 2019c, p. 139).

Isto posto, Foucault (2019d, p. 364) designa o referido conceito como:

[...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos.

Para o filósofo, o dispositivo funciona como estratégia e, ao mesmo tempo, como um conjunto de relações discursivas que habitam em espaços onde circulam os enunciados que compreendem o objeto do dispositivo. A partir do conceito explicitado pelo referido autor, podemos compreender que o dispositivo atua como uma espécie de verdade absoluta introduzida na sociedade, possuindo íntima relação com os processos de dominação e, por conseguinte, constituição dos sujeitos. Por intermédio de determinados artifícios relacionados ao controle social, os dispositivos regulam e moldam os corpos e as condutas da população, já que possuem “uma função estratégica dominante” (Foucault, 2019d, p. 365). Vale ressaltar que os dispositivos atuam baseados em saberes produzidos pelas esferas médica, científica, religiosa, governamental etc. esferas estas pertencentes à instância do poder.

Complementarmente, Deleuze (1990) caracteriza o dispositivo como um conjunto multilinear formado por um diversificado entrecruzamento de linhas que seguem direções e que traçam processos dinâmicos característicos pelo desequilíbrio. Para o autor, desvendar as linhas de um dispositivo é, em cada caso, “construir um mapa, cartografar, percorrer terras desconhecidas [...] é preciso instalarmo-nos sobre as próprias linhas; estas não se detêm apenas na composição de um dispositivo, mas atravessam-nos, conduzem-no” (Deleuze, 2015, p. 01). Nesse sentido, ainda segundo o pensamento do referido autor, o dispositivo comporta

diferentes linhas: de luz, de forças, de enunciação, de subjetivação e, sempre, de poder. As linhas são inesperáveis dos dispositivos, haja vista que os conduzem.

Nessa perspectiva, compreende-se que o dispositivo se refere a uma superfície de embates de poder, caracterizando-se por meio de sua multiplicidade de configurações, materializando-se tanto através de discursos e enunciados quanto através de ações e práticas, como máquinas de “fazer ver e de fazer falar” (Deleuze, 2015, p. 01). O dispositivo possui múltiplas engrenagens que se articulam constantemente no interior dos mecanismos de poder. Faz-se necessário pontuar que os dispositivos se singularizam e se atualizam conforme o contexto e espaço no qual se encontram localizados.

Nesse contexto, considerando os anseios de pesquisa em paralelo à problemática acima referente às questões em torno do corpo, faz-se essencial pensarmos no lugar ocupado pela sexualidade especificamente na discussão acerca das noções de dispositivo. De acordo com Foucault (2019a), a sexualidade deve ser compreendida como um elemento atravessado pelas práticas de poder, interligadas aos saberes produzidos historicamente por determinadas instituições. A sexualidade, além de uma manifestação inerente e natural, representa uma construção sócio-histórica edificada a partir dos processos de regulação e de controle que são possibilitados através de determinadas instituições - como a igreja, a psiquiatria, o estado - sobre a identidade sexual dos sujeitos. Assim sendo, consoante Foucault (2019a, p. 100):

A sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não à realidade subterrânea que se aprende com dificuldade, mas à grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder.

Nessa concepção, podemos compreender o dispositivo da sexualidade como uma forma de poder disciplinar, já que atua sobre os corpos dos sujeitos. Vale pontuar que as prescrições relacionadas à sexualidade possuem a finalidade de moldar as condutas sexuais da população, perpetuando, em consequência, o poder advindo das instâncias sociais. Dito de outro modo, o poder disciplinar utiliza a sexualidade para regular o comportamento dos sujeitos, estabelecendo a sexualidade “aceitável” e a sexualidade “desviante”, considerada repulsiva e patológica.

Assim sendo, de acordo com Foucault (2019a), ao decorrer do século XVIII

observou-se o processo de incitação e proliferação de discursos sobre o sexo. Isto é, os indivíduos eram “orientados” a explicar questões pessoais sobre suas práticas e desejos sexuais em ambientes pertencentes às instâncias do poder, como a igreja e a clínica. As referidas declarações, caracterizadas pelas técnicas de vigilância, possibilitavam a instauração de determinadas relações de controle sobre a conduta sexual dos sujeitos, propiciando a edificação do denominado dispositivo da sexualidade que “tem, como razão de ser, não o reproduzir, mas o proliferar, inovar, anexar, inventar, penetrar os corpos de maneira cada vez mais detalhada e controlar as populações de modo cada vez mais global” (Foucault, 2019a, p. 101).

O dispositivo da sexualidade, inerentemente ligado aos mecanismos de poder e às práticas de dominação, representa uma forma de controle social que possui a finalidade de regular a sexualidade da população, delimitando-a com base em rígidas estruturas binárias de gênero. Vale pontuar que o dispositivo da sexualidade exerce significável influência no processo de constituição do sujeito, haja vista que os indivíduos são, de forma histórica, socializados para internalizar determinadas prescrições que interferem diretamente na construção de sua subjetividade. Compreende-se, pois, que, de forma concomitante, o referido dispositivo regula e produz sexualidades, interferindo nas formas pelas quais os sujeitos a vivenciam.

Nessa perspectiva, faz-se necessário enfatizar que o dispositivo da sexualidade opera por intermédio de “técnicas móveis, polimorfos e conjunturais de poder [...] o dispositivo da sexualidade engendra, em troca, uma extensão permanente dos domínios e das formas de controle” (Foucault, 2019a, p. 101). Nessa lógica, podemos notar que os procedimentos de resignificação e atualização dos mecanismos de vigilância e normatização utilizados pelo dispositivo da sexualidade são constantes, modificando-se conforme os saberes dominantes de cada época. Nas sociedades antigas, o dispositivo da sexualidade se manifestava baseado, sobretudo, em saberes religiosos, por meio das práticas de confissão. Nas sociedades contemporâneas, nota-se a presença de diferentes configurações, como leis e regulamentações estabelecidas pelo Estado que, majoritariamente, baseiam-se em saberes médicos, mais especificamente, saberes psiquiátricos.

No Brasil, de forma histórica, as sexualidades compreendidas como “desviantes” têm sido rotuladas e atreladas a transtornos psiquiátricos. Segundo Bento (2008, p. 54), os deslocamentos identitários que fogem às normas dicotômicas entre corpo e gênero são vistos como “identidades pervertidas, transtornadas e

psicóticas”. Como vimos, até a década de 1980, a homossexualidade se encontrava classificada como doença mental tanto no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM) da Associação Americana de Psiquiatria, quanto na Classificação Internacional de Doenças e Problemas de Saúde (CID) da Organização Mundial da Saúde (OMS). Em função de tais ordenações, atribuiu-se o sufixo “ismo” ao termo, ficando conhecido como “homossexualismo”, propiciando um efeito denotativo relacionado à doença, mais especificamente, à doença mental. A partir da década de 1990, a OMS retirou a homossexualidade do CID. No entanto, práticas discriminatórias, estereotipadas e que violam os direitos foram e são perpetuadas até a hodiernidade.

Os estigmas relacionados às sexualidades desviantes também respingaram nas identidades de gênero. O mencionado sufixo também foi, historicamente, atrelado à transexualidade, ficando conhecido como “transexualismo”. Só muito recentemente, no ano de 2019, a OMS oficializou a retirada da transexualidade da lista de transtornos mentais da 11ª versão do CID, incluindo-a no tópico referente à saúde sexual, definindo-a como uma “incongruência de gênero”. Vale apontar, nesse sentido, que a decisão reforçou a Resolução CFP nº 01/2018¹⁹, que orientava a atuação profissional de psicólogos para que a travestilidade e a transexualidade não fossem consideradas patologias. No entanto, apesar da mudança na categorização, a transexualidade ainda se encontra relacionada a uma patologia, haja vista a necessidade de uma classificação, de um laudo, de um diagnóstico. O que caracteriza uma patologia é justamente o diagnóstico, sobretudo se esse diagnóstico for pautado na decisão de um profissional que irá atestar se você é ou não transexual. Problemática a qual discutiremos no decorrer do capítulo.

A transexualidade, compreendida como uma variação natural da diversidade de gênero, foi tratada como condição patológica por quase três décadas pelas instâncias e políticas governamentais, haja vista que “o que as pessoas transexuais reivindicam enquanto uma categoria identitária ou uma vivência identitária, o saber oficial mapeia como sinais que sintetizam um conjunto de fatores que contribuem para ocorrência dessa doença” (Bento, 2008, p. 185). Os exemplos supracitados, referentes ao CID e ao DSM, exemplificam de forma pontual o funcionamento do

¹⁹ Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2018/01/Resolu%C3%A7%C3%A3o-CFP-01-2018.pdf>. Acesso em 20 de abril de 2023.

dispositivo da sexualidade na sociedade moderna, sendo imposto, neste caso, por meio de documentos institucionais.

De acordo com Bento (2008, p. 107), “a patologização da sexualidade continua operando com grande força, mas não como ‘perversões sexuais’ ou ‘homossexualismo’, mas como ‘transtornos de gênero’”. Nesse contexto, faz-se necessário compreender a forma de configuração dos mecanismos de poder-saber, atuantes sobre os corpos dos sujeitos trans, a partir de um dispositivo da transexualidade, haja vista que a concepção da transexualidade como um dispositivo é resultante de “um conjunto de saberes que, através de relações e práticas de poder, estabeleceram sobre os corpos, o sexo e a sexualidade toda uma organização conceitual que legitimou a transexualidade enquanto um fenômeno do âmbito médico” (Santos, 2010, p. 10). O dispositivo da transexualidade deve, portanto, ser considerado como uma ramificação do dispositivo da sexualidade, que age através da naturalização e imposição da concepção heterossexual fundamentada em uma perspectiva normativa e binária de gênero. Para Santos (2010, p. 58),

O dispositivo da transexualidade se configura como um conjunto de enunciados, práticas, postulados, teses científicas, experiências, instituições, entre outros elementos que perfazem um regime de enunciados e práticas que consolidaram a transexualidade enquanto um transtorno de identidade de gênero e/ou disforia de gênero. Esse “mecanismo” transformou, ao longo do século XX, a transexualidade em uma patologia cujo processo deu-se a partir de um jogo de relações de força, disputas de conhecimentos, desenvolvimento de pesquisas, técnicas de intervenções corporais etc.

Assim sendo, percebe-se que, no contexto da transexualidade, o dispositivo possui o intuito de interditar, baseado em saberes religiosos e biológicos, o processo de transição de sujeitos transexuais. No entanto, há de se notar que, além do mencionado, o dispositivo opera, sobretudo, através da interferência e da imposição de padrões heteronormativos, referentes aos papéis de gênero e aos procedimentos de transição desses sujeitos. Isto é, o dispositivo exerce influência nos processos e escolhas relacionadas às adequações de gênero, interferindo, “em níveis variados, na organização das subjetividades.” (Bento, 2009, p. 103). Dito de outro modo, o dispositivo da transexualidade impõe uma série de prescrições, como a concepção de que para que um sujeito trans feminino seja aceito pela sociedade, deve, obrigatoriamente, buscar um modelo estético e comportamental frequentemente exigido de uma mulher cis gênero.

3.2 O Processo Transexualizador

É na perspectiva das discussões realizadas acima que iremos analisar os vídeos seguintes que compõem o *corpus* desta pesquisa. O vídeo 04²⁰, denominado de “Protocolo Transexualizador”, foi publicado no *Canal das Bee* em 23 de setembro de 2014 e possui aproximadamente 66.875 visualizações. A materialidade faz parte da série “Pergunte às Bee” e conta, também, com a participação da convidada Daniela Andrade. Durante o vídeo se discute questões acerca do acesso ao Processo Transexualizador disponibilizado pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

De forma complementar, analisaremos, também, o vídeo 05²¹, denominado de “Como funciona o SUS para pessoas trans – processo transexualizador”, retirado do canal *Fernanda Vasconcelos*. A referida materialidade foi publicada no canal em 17 de maio de 2023 e possui aproximadamente 700 visualizações. No vídeo, Fernanda tece considerações pessoais acerca da inserção dos sujeitos transsexuais no SUS, especificamente no que se refere ao Processo Transexualizador. Faz-se importante destacar que, assim como no capítulo anterior, neste também faremos um paralelo temporal entre as materialidades midiáticas, haja vista que o referido vídeo foi publicado em 2023 ao passo que o vídeo do *Canal das Bee*, como dito anteriormente, foi publicado em 2014, estabelecendo, também, um recorte temporal de quase uma década entre os dois. Ambos os vídeos fazem parte do trajeto temático relacionado ao corpo/saúde.

O vídeo intitulado de “Protocolo Transexualizador” inicia com o seguinte questionamento feito pela integrante do canal Jessica Tauane: *“O que as pessoas transsexuais brasileiras precisam passar para serem consideradas cidadãos pelo Estado Brasileiro?”*. Em resposta, a convidada inicia a discussão apontando que:

As identidades trans estão patologizadas em ambos (DSM e CID) até hoje. Como sendo uma patologia, é diagnosticável através dos sintomas. Você precisa ter sintomas de transexualidade. Um deles exige que você fique, no mínimo, dois anos odiando de morte o seu órgão genital. Sempre me pergunto: esses dois anos surgiram de onde? Nem todas as pessoas trans possuem a mesma vivência, a forma que eu construí a simbolização do meu corpo não é a mesma que a de todo mundo (Daniela, Canal das Bee, 2014a).

Como mencionado, o corpo representa uma superfície na qual se inscrevem diferentes simbolizações, como enfatiza Grosz (2000, p. 75), ao apontar que o corpo

²⁰ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CisbekTnPw0&t=11s>. Acesso em 20 de abril de 2023.

²¹ Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=NqskztVK_pQ. Acesso em: 30/10/2023.

“está entrelaçado a sistemas de significado, significação e representação e é constitutivo deles”. Os sujeitos transexuais constroem a simbolização e a significação de seus corpos de maneira singular e diversificada, possuindo diferentes modos de subjetivação. As formas individuais de experimentação vivenciada por esses sujeitos determinam as especificidades identitárias que constituirão sua corporeidade particular, pois como aponta Bento (2008, p. 182), “há uma pluralidade de interpretações e de construções de sentido para os conflitos entre o corpo, sexualidade e a subjetividade na experiência transexual”, como veremos a seguir.

A convidada afirma que *“como sendo uma patologia, é diagnosticável através dos sintomas. Você precisa ter sintomas de transexualidade”*. No entanto, não há o conhecimento da existência de exames objetivos que definam e, posteriormente, diagnostiquem a transexualidade. Logo, torna-se incoerente a exigência de sintomas para que se obtenha tal validação. Entretanto, em virtude de saberes patologizantes difundidos pelas ciências biomédicas e psiquiátricas relacionados aos procedimentos de medicalização das condutas, observa-se práticas médicas disciplinares que impõem concepções e possibilidades excludentes, propiciando uma visão única da experiência transexual, pois como aponta Bento (2008, p. 97), “a patologização caminha de mãos dadas com a universalização”.

Nesse sentido, caso o sujeito transexual não possua os sintomas esperáveis exigidos pelo dispositivo, como a necessidade de alteração do padrão estético, a mudança no comportamento relacionada às matrizes de gênero e, sobretudo, o sentimento de vontade de adequar seu corpo ao gênero identificado por meio de intervenções cirúrgicas e hormonais, sua identidade transexual é deslegitimada, já que para a instância médica, uma das funções do gênero é manifestar a heterossexualidade do corpo. Podemos compreender que a legitimação do diagnóstico da transexualidade apresenta um fator hierarquizante de expressão de gênero, propiciando o estabelecimento de determinados níveis de transexualidade que se fundamentam na “passabilidade” do sujeito.

Cabe aqui mencionarmos que o termo “passabilidade”, sinônimo de “passarse por”, encontra-se relacionado à aproximação estética que os sujeitos trans desenvolvem com relação à aparência designada ao gênero identificado. Em outras palavras, refere-se à possibilidade de um sujeito transgênero, em função de determinadas características e comportamentos, ser lido socialmente como um sujeito cis gênero. Isto é, quanto mais o sujeito trans se adequa aos padrões de gênero mais

“passável” ele é. Há de se pontuar que os sujeitos trans utilizam a passabilidade, também, para escapar de situações de preconceito e de violência em sua vivência cotidiana. Faz-se importante salientar, no entanto, que o referido termo reforça estereótipos de gênero relacionados ao fato de como uma mulher ou um homem deve ser, se vestir e se portar em sociedade, propiciando processos de marginalização daqueles sujeitos que, por algum motivo, não se encaixam nessa norma. Vale destacar, ainda, que o discurso em torno da “passabilidade” se relaciona a uma *Formação Discursiva* (Foucault, 2008a) pertencente à instância médica, que se materializa também como uma relação de poder atuante sobre os corpos desses sujeitos.

Bento (2006) afirma que a identidade transexual foi, historicamente, construída com base em sentimentos negativos de horror e aversão às suas genitálias. No entanto, a autora enfatiza que as relações que os sujeitos trans possuem com seus órgãos genitais são diversas, não sendo marcadas exclusivamente e obrigatoriamente pela rejeição e pela abjeção. A concepção imbuída no imaginário social de que os sujeitos transexuais odeiam seus corpos se encontra baseada em tropos metonímicos, isto é, “toma-se a parte (as genitálias) pelo todo (o corpo). Como se a genitália fosse o corpo” (Bento, 2006, p. 182).

Assim sendo, de acordo com o pensamento da autora e conforme o discurso da convidada ao afirmar que *“um deles exige que você fique, no mínimo, dois anos odiando de morte o seu órgão genital”*, podemos compreender que a genitalização relacionada à transexualidade representa um dos desdobramentos do dispositivo da transexualidade, cujo intuito se refere à redução do corpo às zonas genitais, pois como bem salienta Bento (2008, p. 77), *“a medicalização das identidades tem como um dos seus pressupostos a genitalização das identidades”*. Assim, a partir de tal concepção, torna-se inconcebível que um sujeito trans passe pelo processo de transição sem que desenvolva um sentimento desagradável com relação ao órgão genital que foi designado ao nascer. Entretanto, cabe apontar que as formas pelas quais os sujeitos transexuais se relacionam com as suas genitálias são diversas, não obrigatoriamente relacionadas a sentimentos negativos, como dita o dispositivo da transexualidade.

Há de se ressaltar, nesse sentido, a diversificação da experiência transexual, apontada pela convidada Daniela ao afirmar que *“nem todas as pessoas trans possuem a mesma vivência, a forma que eu construí a simbolização do meu corpo não é a mesma que a de todo mundo”*. Isto é, os sujeitos trans possuem desejos diversos com relação à reconstrução ou não de seus corpos. A transição significa diferentes

coisas para diferentes sujeitos, já que representa um processo único e subjetivo. Para alguns, representa a mudança no pronome, nas vestimentas e no nome. Para muitos, representa intervenções médicas a partir da realização da cirurgia e da ingestão de hormônios. E, para outros, pode representar apenas um processo de aceitação. Vale apontar, ainda, que o discurso externado pela convidada, com relação ao questionamento acerca da simbolização corporal, atua como uma posição de resistência frente aos discursos que procuram homogeneizar a vivência trans.

À título de exemplificação, tomemos uma publicação retirada da rede social *Instagram* como exemplo.

Figura 05: Post Miss Trans Maranhão



Fonte: <https://www.instagram.com/p/CBRNun-nn4G/>. Acesso em 09/11/2023.

Trata-se de uma *post* feito pela Miss Trans Maranhão 2022 Cristal Furlan, no qual podemos observar uma foto sua, com a seguinte legenda: “mulher atual, de peito e pau”. Por meio do referido enunciado, podemos constatar a existência de um sujeito trans que não necessita da padronização de sua genitália para obter reconhecimento e validação pessoal de que precisa para se sentir uma mulher de verdade. Fato que ratifica a afirmação referente à diversificação da experiência transexual, já que, neste caso, o sujeito efetiva parte de sua transição por meio de um processo de aceitação.

Cabe aqui explicitarmos a diferenciação entre identidade de gênero e

expressão de gênero. A identidade de gênero se refere ao modo de percepção dos sujeitos sobre si mesmos em relação ao gênero feminino, masculino, ambos ou nenhum, independentemente do sexo biológico. Em suma, diz respeito à forma pela qual os sujeitos desejam ser reconhecidos, que pode ou não concordar com o gênero atribuído ao nascer. Ao passo que a expressão de gênero se refere aos modos pelos quais os sujeitos expressam socialmente sua identidade de gênero. Encontra-se relacionada, sobretudo, às roupas, ao cabelo, à voz, à identificação nominal e à expressão do corpo. Faz-se importante salientar que a expressão de gênero se relaciona ao conceito de performatividade que será discutido adiante.

Existem sujeitos trans que não sentem o desejo de realizar intervenções cirúrgicas ou hormonais, pois se sentem completos daquela forma. Do mesmo modo, existem sujeitos trans que, além de não optarem por nenhum tratamento médico, também não sentem a necessidade de manifestarem, por meio dos elementos mencionados acima, a expressão social do gênero com o qual se identificam. A transexualidade representa um fenômeno complexo que não se resume à incorporação de elementos característicos de um determinado gênero. Não existe uma maneira única de vivenciar o trânsito entre os gêneros.

Como mencionado, o sentimento de abjeção relacionado à genitália não representa uma regra à experiência transexual. Alguns sujeitos, de fato, sentem-se desconfortáveis com seus órgãos genitais, optando por procedimentos cirúrgicos. Já outros, não. Mas, de acordo com os saberes médicos, isso deverá ser norma, de modo a assegurar a prática da heterossexualidade, pois como salienta Bento (2008, p. 58), “a formulação de um diagnóstico diferenciado para a transexualidade terminou por produzir um sujeito transexual universal e homogêneo”. Como se a vivência transexual fosse única e comum a todos os sujeitos trans.

Assim sendo, podemos compreender que o dispositivo da transexualidade interfere no processo de transição, exigindo determinadas técnicas e intervenções cirúrgicas para que aquele sujeito se adeque e recupere a homogeneidade estabelecida socialmente entre corpo, gênero e sexualidade. Neste momento, trataremos, de forma específica, sobre o protocolo transexualizador enquanto materialização do dispositivo da transexualidade.

Antes de analisarmos a materialidade, cabe informar que o Processo Transexualizador (PrTr), também conhecido como Protocolo Transexualizador, representa um conjunto de políticas e procedimentos implementados pelo governo e

disponibilizado pelo SUS a partir do ano de 2008, que possui a finalidade de garantir o acesso aos cuidados de saúde da comunidade trans. Por meio da Portaria GM nº 1707, de 18 de agosto de 2008²², o Ministério da Saúde (MS) formalizou oficialmente as diretrizes técnicas e éticas para a atenção ao Processo Transexualizador no SUS.

O referido processo foi regulamentado pela Portaria da Secretaria de Atenção à Saúde nº 457, de 19 de agosto de 2008²³ e posteriormente ampliado pela Portaria nº 2803, de 19 de novembro de 2013²⁴. A mencionada ampliação da portaria se refere à inclusão de pessoas travestis e homens transexuais aos serviços de saúde oferecidos. Assim, a portaria estabelece as diretrizes relacionadas à atenção integral à saúde de indivíduos em processo de transexualização, isto é, aqueles indivíduos que possuem o desejo de realizar modificações corporais através da adequação de aspectos físicos e da funcionalidade de características sexuais “que possibilitam a passagem do gênero atribuído para o identificado” (Bento, 2008, p. 185).

A portaria prevê uma equipe multiprofissional ambulatorial mínima, que conta com psiquiatra ou psicólogo, endocrinologista, clínico geral, assistente social e enfermeiro, com a finalidade de atender as necessidades de saúde de pessoas transexuais. São disponibilizados procedimentos referentes à adequação do corpo ao gênero reconhecido, como a terapia hormonal, a mastectomia, a histerectomia, a retirada do pêlo de Adão e, também, a cirurgia de transgenitalização, além de outros procedimentos complementares.

Faz-se importante mencionar que o acesso ao processo transexualizador exige determinados protocolos que podem variar de acordo com as regiões do país. Mas que incluem, de forma obrigatória, o acompanhamento com os profissionais da referida equipe por, no mínimo 2 (dois) anos. Destaca-se, sobretudo, o acompanhamento obrigatório clínico psicológico e psiquiátrico, pois esses possuem a incumbência de produzir um laudo que ateste ou não “uma condição de pessoa trans” naquele indivíduo, já que “a equipe pode, unilateralmente, decidir que o caso não é de transexualidade” (Bento, 2008, p. 187). Nesse sentido, cabe salientar que o cumprimento ativo das exigências estabelecidas pelo processo transexualizador não

²² Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2008/prt1707_18_08_2008.html. Acesso em 20 de abril de 2023.

²³ Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/sas/2008/prt0457_19_08_2008.html. Acesso em 20 de abril de 2023.

²⁴ Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2803_19_11_2013.html. Acesso em 20 de abril de 2023.

representa uma garantia de que o sujeito transexual receberá o indicativo de realização da cirurgia de transgenitalização. Bento (2008, p. 186) sintetiza as obrigações que toda pessoa transexual deve se submeter para ter a possibilidade de realizar o procedimento cirúrgico, são elas:

1) A terapia psicológica (mínimo de dois anos); 2) A terapia hormonal indicada para desenvolver as características corporais do gênero identificado. 3) O teste de vida real. Deve usar, durante todo o dia, as roupas comuns ao gênero identificado. 4) Os testes de personalidade, que têm como objetivo verificar se a pessoa transexual não sofre de nenhum tipo de “Transtorno Específico da Personalidade”. 5) Os exames de rotina.

De acordo com a autora, as referidas obrigações foram consensualmente formuladas a partir de documentos produzidos pela Associação Internacional de Disforia de Gênero Harry Benjamin. Assim sendo, após o tempo de acompanhamento realizado por intermédio do Serviço de Atenção Especializada e caso receba o “diagnóstico de transexualidade”, o indivíduo é considerado “apto” a dar início ao seu processo de transição por meio de hospitais de referência. Vale salientar que, atualmente, o processo exige a idade mínima de 16 (dezesesseis) anos para terapia hormonal (Art. 14, § 2º, I) e de 18 (dezoito) anos para intervenções cirúrgicas (Art. 14, § 2º, II), desde que possuam indicação específica e o acompanhamento prévio dos dois anos. A portaria anterior estabelecia idades de 18 (dezoito) anos e 21 (vinte e um) anos, respectivamente, para os mencionados procedimentos.

Complementarmente, relacionado à discussão em questão, tomemos o seguinte enunciado retirado do vídeo 05 “Como funciona o SUS para pessoas trans – processo transexualizador”, do canal *Fernanda Vasconcelos*:

O processo transexualizador representa o caminho da nossa transição. O SUS, em tese, disponibiliza diversos procedimentos cirúrgicos por meio do processo, mas a gente somente consegue acesso à cirurgia de redesignação sexual, e é muito difícil. Bastante difícil. O SUS é um bicho de sete cabeças, precisa muito ser melhorado (Fernanda, Canal Fernanda Vasconcelos, 2023).

Há de se pontuar, nesse sentido, os percalços enfrentados no que se refere à efetividade do processo, tornando-se visível a ausência de profissionais especializados somado às longas filas de espera para que se obtenha atendimento. Podemos exemplificar o apontamento a partir da fala da convidada ao ser questionada sobre o tempo de espera pela cirurgia de redesignação sexual: “*Naquela ocasião, se parasse ali, levaria 166 anos pra operar todas as pessoas aqui em São Paulo*”

(Daniela, Canal das Bee, 2014a). Segundo a convidada, o estado de São Paulo realiza apenas uma cirurgia por mês, em um total de doze por ano. Daniela enfatiza, ainda, que o SUS gasta em média 1.200 reais por cada cirurgia, ao passo que o valor cobrado pela iniciativa privada para o mesmo procedimento gira em torno de 40 mil reais, exigindo, também, a apresentação dos laudos. Vale salientar que no Brasil, atualmente, existem apenas cinco hospitais habilitados pelo Ministério da Saúde a realizarem essa cirurgia: Hospital das Clínicas (HC) de Porto Alegre; HC da Universidade Federal de Goiás, em Goiânia; HC da Universidade Federal de Pernambuco, em Recife; HC da Universidade de São Paulo e o Hospital Universitário Pedro Ernesto, no Rio de Janeiro.

Nesse contexto, com relação ao processo transexualizador, a convidada Daniela expõe que:

O protocolo transexualizador diz que eu preciso ter o meu sistema hormonal ao gênero com o qual eu me identifico, significa que o meu corpo não pode ter mais a produção de testosterona de um homem cis. Se eu pensar em ter um filho, esquece. Atualmente, meus últimos exames apontaram que eu tenho menos testosterona no meu corpo que uma mulhercis, em função da ingestão de hormônios que eu faço. O fato de eu ter ingerido estrógeno fez com que o meu nível de prolactina, que é o hormônio que faz crescer os seios e lactar, fosse pra níveis acima do humano. O meu está dez vezes maior do que o de uma pessoa que está amamentando um bebê. Isso pode gerar um tumor na hipófise. Só que o protocolo transexualizador te obriga a passar pelo processo de hormonização para que você tenha acesso à cirurgia. Somos obrigadas a tomar o hormônio. (Daniela, Canal das Bee, 2014a).

De acordo com o enunciado em análise, referente ao discurso da convidada com relação ao PrTr, podemos notar o atravessamento realizado pelo dispositivo da transexualidade no processo transexualizador ofertado pelo SUS. O referido processo parte de um pressuposto patologizante, já que considera a transexualidade como uma patologia, necessitando de sintomas e, conseqüentemente, de um diagnóstico, como enfatiza a convidada ao apontar que *“No Brasil, pra que se consiga ter acesso ao protocolo você precisa passar pelo crivo de um psiquiatra, de um endocrinologista, de uma equipe multidisciplinar que vai te avaliar e diagnosticar você como uma pessoa transexual”* (Daniela, Canal das Bee, 2014a). O processo transexualizador se trata de um claro dispositivo da transexualidade.

Conforme aponta Santos (2010), o dispositivo da transexualidade representa um estratégico mecanismo dotado de complexas estruturas que possuem o intuito de, por meio artifícios heterogêneos de poder-saber, capturar os sujeitos juntamente às suas corporeidades, com a finalidade de investigá-los e moldá-los. O processo

transexualizador, por meio do dispositivo da transexualidade, impossibilita que os sujeitos trans desenvolvam suas narrativas identitárias de forma autônoma, incluindo nesse aspecto a liberdade de modificar seus corpos, seja por meio da cirurgia ou da terapia hormonal. Logo, as práticas de significação e, conseqüentemente, de regulação produzidas pelo dispositivo levam à produção das identidades trans profundamente atravessadas pelas relações de poder.

Complementarmente, Bento (2006) aponta que durante o processo de avaliação dos candidatos transexuais às cirurgias de transgenitalização se operam mecanismos de poder e de normatização das condutas. Podemos constatar o mencionado apontamento ao observarmos a exigência da ingestão impositiva de hormônios para que o sujeito consiga acesso ao procedimento cirúrgico e, também, ao estabelecimento compulsório da terapia psicológica e psiquiátrica, com o intuito da obtenção de laudos que atestem a “aptidão” do sujeito transexual à realização ou não do procedimento cirúrgico.

Figura 06: O Protocolo Transexualizador exige que você se hormone.



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=CisbekTnPW0&t=11s>. Acesso em 20/04/2023.

A convidada menciona que, em função da ingestão obrigatória de hormônios, seus exames laboratoriais constataram níveis de testosterona abaixo do normal. Na sequência, Daniela expõe, também, que “o fato de eu ter ingerido estrógeno fez com que o meu nível de prolactina, que é o hormônio que faz crescer os seios e lactar, fosse pra níveis acima do humano. O meu está 10 vezes maior do que o de uma pessoa que está amamentando um bebê. Isso pode gerar um tumor na hipófise”. A partir do enunciado, podemos constatar a presença de conseqüências negativas

decorrentes da obrigatoriedade da terapia hormonal imposta pelo processo transexualizador, pois como bem salienta a convidada, o referido processo “*exige que você se hormone*”. Apesar da exigência estar relacionada a algo benéfico, no caso, à cirurgia de redesignação sexual, podemos observar que tal imposição pode causar danos consideráveis e, muitas vezes, irreversíveis à saúde dos sujeitos trans, fato que é, aparentemente, negligenciado pela instância médica.

A imposição hormonal compulsória exigida pelo processo transexualizador atua como um artifício advindo de práticas pertencentes ao poder disciplinar, já que possui a finalidade de modificar e moldar o corpo dos sujeitos, interferindo sobremaneira na constituição dos processos subjetivos. Tais artifícios disciplinares inserem no corpo trans, de forma estratégica, simbolizações que obedecem às matrizes de gênero, transformando-o em um corpo dócil e obediente do ponto de vista heteronormativo, já que se considera dócil um corpo que possui seus gestos, movimentos e comportamentos facilmente dominados e influenciados. Dito de outro modo, o atravessamento do dispositivo da transexualidade no processo transexualizador do SUS possui a finalidade de propiciar mudanças no corpo do sujeito trans que obedeçam às vontades de verdade socialmente fabricadas em torno dos padrões binários de gênero. Nesse sentido, Foucault (2010b, p. 127) assevera que:

A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos dóceis. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência). Em uma palavra: ele dissocia o poder do corpo; faz dele por um lado uma aptidão, uma capacidade que ela procura aumentar; e inverte por outro lado a energia, a potência que poderia resultar disso, e faz dela uma relação de sujeição estrita.

Nessa ótica, compreende-se que as práticas disciplinares que atuam sobre os corpos possuem a finalidade de fabricação sistemática de sujeitos obedientes. A disciplina torna os corpos submissos e úteis, haja vista que um corpo somente é considerado útil se estiver disciplinado, e vice-versa, como enfatiza Foucault (2010b, p.25): “o corpo só se torna força útil se é ao mesmo tempo corpo produtivo e corpo submisso”. Faz-se importante pontuar, ainda, que as práticas disciplinares atuam sobre os corpos dos sujeitos não com a utilização da força física ou ideológica, mas sim de forma organizada, estratégica e sutil, impondo uma relação de “docilidade-utilidade” (Foucault, 2010b, p. 134), como podemos observar a partir do exposto, isto é, os sujeitos trans aderem à terapia hormonal imposta pelo processo em função de um propósito maior: a cirurgia de redesignação sexual.

Podemos observar, portanto, que o processo transexualizador, por intermédio de procedimentos disciplinares, fixa normas de condutas a esses indivíduos, com o intuito de aproximá-los aos estereótipos de gênero e adequá-los ao padrão heterossexual, independentemente de possíveis adversidades no que diz respeito à saúde física. Dito de outro modo, o dispositivo impõe uma espécie de norma transexual, convocando os sujeitos trans a se adaptarem aos padrões de gênero. A inteligibilidade do gênero, por intermédio de articulações com a sexualidade, modula o padrão heteronormativo, ditando normas que buscam interferir no modo de apresentação dos corpos em sociedade. Assim sendo, podemos compreender que o processo transexualizador integra o sistema heteronormativo, já que busca, por meio de determinadas exigências, adaptar o corpo dos sujeitos transexuais às normas de gênero e sexualidade fabricadas socialmente.

Isto é, a efetivação do processo transexualizador se encontra condicionada a diagnósticos médicos que naturalizam a normalidade compulsória atribuída pela heteronormatividade. Tornam-se explícitos, pois, os operadores pertencentes ao dispositivo, que possuem o intuito de classificar e decidir se um indivíduo é transexual ou não, como a obediência relacionada às exigências prescritas pelo processo transexualizador atrelada à vontade e à necessidade de realização da transição de gênero por intermédio, obrigatoriamente, de procedimentos cirúrgicos. De acordo com os saberes médicos, sujeito transexual estaria próximo de se encaixar no considerado sujeito “normal” em virtude das intervenções cirúrgicas. Nessa perspectiva, Bento (2006, p. 23) afirma que:

A construção do transexual “oficial” baseia-se em um saber específico que o separou de gays, travestis e das lésbicas e classificou os vários tipos de transexuais para se chegar à determinação final: o “transexual de verdade” não apresenta nenhum “problema biológico”, mas tem certeza de que está em um corpo equivocado.

O dispositivo da transexualidade faz crer que a experiência transexual é permeada por complexas incoerências entre o corpo e a identidade de gênero. E que tais incoerências só se resolvem, obrigatoriamente, por meio de procedimentos hormonais e cirúrgicos, independentemente da vontade do sujeito, como podemos observar. Conforme aponta Bento (2006), um dos critérios fundamentais para classificar o “transexual de verdade” seria a relação de abjeção, de longa duração, com suas genitálias”, exemplificado na fala da convidada ao apontar que um dos

critérios para que se receba o diagnóstico de transexualidade diz respeito à exigência do sentimento de ódio ao órgão genital por, pelo menos, dois anos.

Faz-se importante pontuar que a identidade transexual considerada “verdadeira”, imposta de forma rígida e limitada pelas ciências médicas, torna-se fluida na esfera individual, sendo regularmente negociada entre os próprios sujeitos, os quais possuem suas vivências profundamente atravessadas pelas classificações e normatizações do processo. Nesse sentido, observa-se que a imposição de prescrições que visam legitimar a transexualidade do ponto de vista médico apresenta inúmeras contrariedades e normas arbitrárias que não condizem com as reais necessidades dos sujeitos trans que buscam esse atendimento.

Isto posto, podemos perceber que o “transexual de verdade”, explicitado pela autora, refere-se a sujeitos que, de certo modo, obedeceram às exigências impostas pelo dispositivo, com o intuito de obter aceitação e validação social. Como se o não desejo de realização do procedimento de transgenitalização desqualificasse a identidade transexual. Logo, podemos compreender que o dispositivo da transexualidade impõe aos corpos transexuais rígidas matrizes heteronormativas de inteligibilidade dos gêneros, haja vista que “os gêneros inteligíveis estão condicionados à heterossexualidade e esta precisa da complementaridade dos gêneros para justificar-se como norma” (Bento, 2008, p. 45).

O termo heteronormatividade, estabelecido no ano de 1991 pelo sociólogo americano Michael Warner, refere-se a um padrão que busca regular a organização das sexualidades nas sociedades ocidentais modernas, estabelecendo um padrão de “normalidade”. A heteronormatividade, como desmembramento do dispositivo da sexualidade, externa uma série de prescrições sociais que derivam da concepção da heterossexualidade como elemento natural, fundamental e universal. Nesse sentido, de acordo com Berlant e Warner (2002, p. 230):

Por heteronormatividade entendemos aquelas instituições, estruturas de compreensão e orientações práticas que não apenas fazem com que a heterossexualidade pareça coerente – ou seja, organizada como sexualidade – mas também que seja privilegiada. Sua coerência é sempre provisional e seu privilégio pode adotar várias formas (que às vezes são contraditórias): passa despercebida como linguagem básica sobre aspectos sociais e pessoais; é percebida como um estado natural; também se projeta como um objetivo ideal ou moral.

Nessa perspectiva, compreende-se a heteronormatividade como um conjunto de normatizações sociais, culturais e institucionais que se preocupa em estabelecer a

ordem heterossexual na sociedade, impondo posturas consideradas “adequadas” aos sujeitos. Dito de outro modo, a heteronormatividade representa um modelo hegemônico baseado em princípios ideológicos que possuem o intuito de controlar e subjugar as sexualidades dos sujeitos, impondo a heterossexualidade como única forma de vivenciar sua sexualidade. Logo, o sistema heteronormativo busca, também, inviabilizar a legitimação de escolhas sexuais que fogem à norma hétero.

Alinhado ao pensamento de Warner, Milkolci (2009) afirma que o conceito de heteronormatividade representa uma nomeação contemporânea para o dispositivo da sexualidade, já que se constitui a partir de um conjunto de normatizações que expressam as urgências e demandas sociais. Faz-se importante salientar que a heteronormatividade enquanto uma construção social atravessa todos os indivíduos existente em sociedade, marcando “até mesmo aqueles que não se relacionam com pessoas do sexo oposto” (Milkolci, 2009, p. 157). Nesse sentido, observa-se que a heteronormatividade representa uma ordem sexual imperativa que se manifesta através da articulação de dispositivos disciplinares de controle sobre os corpos, com a finalidade de “formar a todos para serem heterossexuais ou organizarem suas vidas a partir do modelo supostamente coerente, superior e ‘natural’ da heterossexualidade” (Miskolci, 2009, p. 157).

Complementarmente, Bento (2008) salienta que a heterossexualidade representa o principal elemento que atribui coerência às diferenças binárias existentes entre os gêneros. A autora caracteriza a heteronormatividade a partir da centralidade imposta pela matriz heterossexual. Butler (2010, p. 216) define a matriz heterossexual como uma “grade de inteligibilidade cultural por meio da qual os corpos, gêneros e desejos são naturalizados”. Compreende-se, nesse sentido, que a matriz heterossexual produz uma lógica universal referente à heteronormatividade, que possui o objetivo de fabricar sujeitos hegemônicos do ponto de vista heterossexual, impondo uma única alternativa referente à orientação sexual.

Nesse contexto, vale pontuar que a heteronormatividade regula não apenas a sexualidade, mas também o gênero, haja vista que as prescrições heteronormativas promovem a disseminação e a cristalização de apenas uma sequência lógica referente ao âmbito do sexo, da sexualidade e, conseqüentemente, do gênero. Compreende-se, pois, que a heterossexualidade integra o dispositivo da transexualidade, atravessando o processo transexualizador do SUS por meio de complexas estratégias de produção de saberes que interferem de forma significável

nos processos constitutivos de sujeitos transexuais, como observamos.

3.3 O corpo e a saúde transexual

O vídeo 06²⁵, denominado de “Transexualidade e Saúde”, foi publicado em 14 de outubro de 2014 e possui aproximadamente 63.870 visualizações. A materialidade faz parte da série “Pergunte às Bee” e conta, também, com a participação da convidada Daniela Andrade. Assim como os dois vídeos anteriores, este também discute temáticas que envolvem questões em torno da saúde transexual e, também, compõe o trajeto temático referente ao corpo/saúde. De forma complementar, também utilizaremos discussões retiradas do vídeo 05, citado anteriormente.

Nesse sentido, o vídeo 06 inicia com o seguinte questionamento feito pela integrante do canal Jessica Tauane: “*Como ocorre o processo de hormonização e a famigerada operação?*”. Em resposta, a convidada Daniela inicia a discussão salientando que:

Uma das principais pautas do movimento trans é o direito ao corpo, quando a gente fala de saúde das pessoas trans, de melhorias na nossa qualidade de vida, a gente está falando sobre qual o direito que eu tenho de modificar o meu próprio corpo. Da nossa dignidade. E olha que coisa absurda: se eu quiser mudar qualquer parte do meu corpo eu preciso passar por dois anos de terapia com o psiquiatra, dois anos de terapia com o psicólogo, tem que passar pelo endocrinologista, pelo assistente social, pelo enfermeiro, tem que ter o laudo do papa. Todo mundo tem que me dar um laudo pra eu mexer no meu corpo. Ouseja, parte-se de um pressuposto que eu não tenho autonomia suficiente para poder decidir o que fazer com este corpo que é meu. Somente meu. Mas pra votar e escolher presidente, aí eu tenho autonomia e responsabilidade. A desculpa é a seguinte: “ah, mas se você não passar pelo psicólogo, vai que você se arrepende da cirurgia, tem gente se arrependendo e se matando”. Cadê os dados, não existem. Todas as pessoas que conheço que fizeram a cirurgia de transgenitalização hoje vivem muito melhor (Daniela, Canal das Bee, 2014b).

Inicialmente, faz-se necessário destacar que o discurso da convidada, ao externar considerações sobre o direito ao corpo, especificamente no excerto “*se eu quiser mudar qualquer parte do meu corpo eu preciso passar por dois anos de terapia com o psiquiatra, dois anos de terapia com o psicólogo, tem que passar pelo endocrinologista, pelo assistente social [...]*”, encontra-se relacionada às etapas impostas pelo processo transexualizador do SUS, discutido anteriormente. Processo este, como mencionado, profundamente atravessado pelas práticas disciplinares provenientes do dispositivo da transexualidade, que possui a finalidade de estabelecer

²⁵ Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=9zACyYDp_fg. Acesso em 20 de abril de 2023.

controle sobre o corpo e a vivência do sujeito transexual a partir do ponto de vista heteronormativo.

Figura 07: Não temos direitos sobre o nosso próprio corpo.



Fonte: https://www.youtube.com/watch?v=9zACyYDp_fg&t=214s. Acesso em: 10/11/2023.

A partir do enunciado em análise e, também, a partir dos dizeres da convidada apresentado acima, há de se notar o principal alvo visado pelo dispositivo da transexualidade: o corpo. Isto é, o dispositivo atravessa os processos subjetivos dos sujeitos trans, interferindo na singularidade da experiência transexual, haja vista que “o dispositivo é, na realidade, antes de tudo, uma máquina que produz subjetivações, e só enquanto tal é uma máquina de governo” (Agamben, 2005, p 15). Em síntese, as escolhas transicionais dos sujeitos trans são permeadas por concepções imbuídas no imaginário popular acerca de imperativos normativos de gênero sobre os seus corpos, já que o dispositivo da transexualidade utiliza o corpo como vetor.

Nesse sentido, observa-se que a existência da transexualidade, a partir do prisma do dispositivo, é atravessada por relações de força que buscam encaixar a vivência e a experiência transexual em determinados moldes, haja vista que o dispositivo “regula as micro interações, além de tentar interferir, em níveis variados, na organização das subjetividades” (Bento, 2006, p. 190). Mais especificamente, o dispositivo possibilita e naturaliza o sentimento de pertença a papéis de gênero, caracterizados pela busca por padrões estéticos e comportamentais. E, também, pela medicalização dos mencionados papéis, relacionada à busca por intervenções cirúrgicas e tratamentos hormonais, com a finalidade de obter a classificação do

transexual “verdadeiro”, estabelecida por intermédio dos saberes clínicos. O dispositivo, por meio de um complexo agrupamento de saberes/discursos, produz verdades sobre o sujeito transexual, com a finalidade de estabelecer controle e gerenciamento de seu corpo e de sua subjetividade.

Vale pontuar que o corpo trans subverte a estrutura binária de gênero ao mesmo tempo em que, em virtude do dispositivo da transexualidade, busca se reajustar a mesma estruturação que provocou sua exclusão, como bem salienta Grosz (2000, p. 75), ao afirmar que “por um lado, o corpo é significante e significado; por outro, é um objeto de sistemas de coerção social”. O dispositivo da transexualidade diminui de forma significativa a autonomia que os sujeitos trans possuem sobre os seus próprios corpos, já que os conduzem à realização de procedimentos que possuem a finalidade de discipliná-los.

No decorrer das discussões, a convidada expõe que conseguiu retificar seu nome e sexo no passado, mas que o Promotor de Justiça havia solicitado que fosse anexado ao processo *“fotos que comprovassem a minha aparência feminina. Aí eu pergunto: qual o termômetro que diagnostica a feminilidade? (Daniela, Canal das Bee, 2014b)”*. Podemos relacionar o exposto ao conceito de performatividade de gênero elaborado por Butler (2010). De acordo com a autora, a performatividade simboliza a representação do gênero por meio de determinados gestos, posturas, desejos e representações que possuem a finalidade de “produzir o efeito de um núcleo ou substância interna que produzida na superfície do corpo, por meio do jogo de ausências significantes, sugerem, mas nunca relevam o princípio organizador da identidade como causa” (Butler, 2010, p. 194).

Compreende-se que a performatividade de gênero se refere a atos corriqueiros que são repetidamente, socialmente e culturalmente performados. Faz-se necessário enfatizar que a performatividade, enquanto construção social, não representa uma escolha consciente e individual, mas sim uma imposição. Isto é, valida-se uma determinada identidade de gênero através da performance exercida por aquele sujeito. Caso tal performance não obedeça às regras características do gênero identificado, põe-se em questionamento aquela identidade.

Tomando o enunciado em análise, especificamente no que se refere a experiência explicitada pela convidada referente à tentativa de retificação de seu nome, podemos observar que o sujeito trans feminino só obtém a legitimação de sua identidade perante o judiciário, caso performe e reforce constantemente a sua

feminilidade. Ou seja, caso possua aspectos físicos, estéticos e comportamentais que obedeçam às normas culturais impostas ao gênero feminino, pois como aponta Bento (2008, p. 80), a transexualidade é inserida em um campo, no qual “se passa a reivindicar o reconhecimento social de uma identidade de gênero que só tem a possibilidade de existir, de ser inteligível, mediante a autorização das instituições guardiãs das normas”. A repetição e naturalização das performances de gênero estabelecem a concepção do gênero como um elemento natural e imutável.

Há de se pontuar, ainda, o constrangimento propiciado pela atitude do Promotor de Justiça com relação à exigência das fotos mencionadas por Daniela. A conduta do poder judiciário põe o sujeito trans feminino em uma situação desconfortável e constrangedora ao solicitar a prova de determinados traços constitutivos de uma performance característica do gênero feminino, intensificando os procedimentos de segregação desses sujeitos, de modo a ferir sua identidade e, também, sua dignidade, como enfatiza a convidada: *“você sai de um nível de discriminação e cai em outro (Daniela, Canal das Bee, 2014b)”*.

Em síntese, Butler (2010) entende a performatividade como a imposição cultural de práticas compreendidas como femininas ou masculinas, que agem excluindo e marginalizando aqueles sujeitos que fogem à norma, como os sujeitos transexuais. Logo, através dessa concepção, podemos compreender o gênero enquanto algo que, por meio das repetições normativas, encontra-se em constante construção. Como enfatiza Butler (2010, p. 200) ao apontar que “essa repetição é a um só tempo reencenação e nova experiência de um conjunto de significados já estabelecidos socialmente; e também é a forma mundana e ritualizada de sua legitimação”.

Prossigamos com a análise das materialidades:

Engraçado que vocês se hiper preocupam com o arrependimento pós cirurgia, mas cadê a hiper preocupação com as pessoas que, em função de não terem o direito assegurado da realização dessa cirurgia, estão se mutilando. Conheço várias pessoas que se mutilaram porque elas não tiveram assegurado o direito dessa cirurgia. Pessoas que estão em depressão severa, que não têm direito à saúde sexual. Uma pessoa que precisa fazer a cirurgia de transgenitalização, significa que o genital dela não serve pra ela. A vida sexual dessa pessoa não se encontra satisfatória. Eu não transo com o meu corpo inteiro, transo apenas com partes do corpo. Como se o meu corpo houvesse minas terrestres, tem lugares do meu corpo que o meu namorado não pode tocar, porque se tocar vai explodir. Você tá no máximo do tesão e aí a pessoa vai e esbarra naquela parte do seu corpo que você odeia de morte, acabou ali (Daniela, Canal das Bee, 2014b).

Inicialmente, cabe salientar que a questão da “*hiper preocupação*” social acerca

do arrependimento referente à cirurgia de transgenitalização, mencionado por Daniela no enunciado em análise, relaciona-se a um dispositivo de controle, cujo intuito diz respeito à obtenção de controle sobre o corpo. Tal dispositivo atribui aos sujeitos transexuais concepções de incapacidade, como se esses sujeitos não fossem capazes de tomar decisões conscientes acerca de transformações sobre os seus próprios corpos, necessitando de que outra pessoa as tome por ela, exemplificado no trecho *“todo mundo tem que me dar um laudo pra eu mexer no meu corpo. Parte-se de um pressuposto que eu não tenho autonomia suficiente para poder decidir o que fazer com este corpo que é meu”*. Tais sujeitos não são vistos como indivíduos autônomos pela sociedade, sobretudo pela instância médica e governamental. Fato que é ironizado pela convidada ao afirmar que *“mas pra votar e escolher presidente, aí eu tenho autonomia e responsabilidade”*.

Complementarmente, referente à discussão em questão, tomemos o seguinte enunciado retirado do vídeo 05 “Como funciona o SUS para pessoas trans – processo transexualizador”, do canal *Fernanda Vasconcelos*:

A televisão adorar falar sobre “gente que fez a cirurgia se arrependeu”. É incrível como eles dão ênfase às pessoas que não passaram por atendimento clínico, simplesmente tinham dinheiro, faziam a cirurgia e se arrependiam. Eles dão foco pra essas pessoas. Agora para as pessoas que fizeram a cirurgia e estão plenamente felizes, que é esmagadoramente a maioria, não dão visibilidade. A mídia só quer ver a desgraça das pessoas trans (Fernanda, Canal Fernanda Vasconcelos, 2023).

A partir do enunciado acima podemos refletir sobre o papel desempenhado pela instância midiática no que se refere à proliferação de discursos deturpados relacionados ao possível arrependimento acerca da cirurgia de redesignação sexual. De acordo com Fernanda, a mídia atribui ênfase à parcela ínfima de sujeitos que realizaram a cirurgia de redesignação e, por ventura, se arreponderam da decisão. A generalização feita pelo âmbito midiático contribui para os processos de controle desses corpos, haja vista que produz e cristaliza a concepção de que os sujeitos trans são indivíduos que não possuem a capacidade necessária para produzir artifícios que o conduzam de um gênero para outro, como salienta Fernanda ao afirmar que *“a mídia só quer ver a desgraça das pessoas trans”*.

Nessa perspectiva, faz-se essencial ressaltar que a Constituição da República Federativa do Brasil prevê, em seu capítulo II – Dos Direitos Sociais, o direito à saúde. Na prática, constata-se significável contingente de sujeitos pertencentes à comunidade trans impossibilitados de conseguir a efetivação desse direito

fundamental. O Estado relega a comunidade transexual a uma condição de marginalização social no que se refere à garantia de direitos essenciais básicos, como a saúde. Como mencionado anteriormente, os modos pelos quais os sujeitos transexuais se relacionam com as suas genitálias são diversos. Há sujeitos que não possuem o sentimento de desconforto ou abjeção com relação aos seus órgãos sexuais, porém há sujeitos em que esse sentido negativo se faz presente, representando uma questão urgente de saúde. Como bem salienta Bento (2008) ao apontar que a decisão em se submeter à cirurgia representa questões condicionadas à própria subjetividade de cada indivíduo transexual.

Por trás da busca pela mudança dos caracteres sexuais, existe a procura pelo bem estar físico e mental, haja vista que os sujeitos transexuais que almejam a intervenção cirúrgica enfrentam, em função de sentimentos disfóricos, a aflição e o conflito referente ao estranhamento e ao desconforto perante seus corpos biológicos, ocasionando em um sofrimento psíquico, como aponta a convidada Daniela ao afirmar que conhece *“várias pessoas que se mutilaram porque elas não tiveram assegurado o direito dessa cirurgia. Pessoas que estão em depressão severa, que não têm direito à saúde sexual”*.

De forma complementar, de acordo com matéria disponibilizada no *site* Metrópole²⁶, uma mulher transexual filipina foi obrigada a retirar um de seus testículos após o constante ato de “aquendar”. Inicialmente, faz-se importante pontuar que “aquendar”, também conhecido como *tucking*, representa uma prática costumeiramente realizada entre os sujeitos transfemininos que diz respeito à tração do pênis e da bolsa escrotal para o meio das pernas, e dos testículos para a região inguinal. Dito de outro modo, consiste em esconder os órgãos sexuais para que o volume típico da genitália masculina não fique visível através da roupa. O artifício de ocultar a genitália possui o intuito de causar uma impressão social de mulher, atribuindo “passabilidade” ao sujeito.

O caso da referida paciente, de apenas 24 anos, foi documentado na revista especializada *Urology Case Reports*. Segundo o artigo, escrito pelo médico Clarence Debarbo, em função da não realização da cirurgia de redesignação sexual, a paciente realizava a prática, pelo menos, quatro vezes na semana. Conforme relatos, o ato lhe

²⁶ Disponível em: <https://www.metropoles.com/mundo/mulher-trans-e-forcada-a-remover-testiculo-apos-aquendar-entenda>. Acesso em 11 de julho de 2023.

causava dor. Na última vez em que realizou a prática, os testículos sofreram uma torção, cortando a corrente sanguínea para o local. Em virtude da situação, a paciente necessitou remover cirurgicamente um dos testículos.

Nesse sentido, há de se pontuar os impactos negativos à saúde oriundos da referida prática, já que a maioria das mulheres trans e travestis, ao realizarem o ato, utilizam produtos não adequados, como o uso de fitas adesivas, barbante, cola, oportunizando o surgimento de ferimentos, lacerações, alergias, entre outros. Faz-se importante salientar, também, que o método faz com que tais sujeitos fiquem horas sem ingerir água, com a finalidade de não sentirem necessidade de utilizar o banheiro, haja vista o tempo gasto desfazendo a “aquendação”. Estas condutas propiciam sérios problemas renais, desde infecções, cálculos até mesmo a necessidade de realização de hemodiálise. Em virtude da inacessibilidade da cirurgia de redesignação, os sujeitos trans utilizam técnicas inseguras que põem em risco a integridade de sua saúde e, consequentemente, de sua vida.

Segundo Bento (2008), o desejo de se submeter à cirurgia de transgenitalização é a consequência e não a causa do fenômeno da transexualidade. Para alguns sujeitos transexuais, a cirurgia de transgenitalização representa a única alternativa para legitimar e expressar a identidade de gênero reivindicada, viver dignamente, experienciar sua cidadania e, por conseguinte, “reconhecer-se no corpo” (Bento, 2008, p. 74). Assim sendo, podemos constatar que a impossibilidade de realização da cirurgia pelo SUS representa um ataque à efetivação do direito fundamental à saúde, haja vista que os sujeitos trans que reivindicam tal procedimento enfrentam constantemente adversidades que afetam tanto a sua saúde física e mental quanto a sua saúde sexual, como podemos observar no discurso da convidada Daniela ao alegar que *“uma pessoa que precisa fazer a cirurgia de transgenitalização, significa que o genital dela não serve pra ela. A vida sexual dessa pessoa não se encontra satisfatória”*.

Cabe aqui explicitarmos que a disforia de gênero se refere a constantes sentimentos de mal-estar, angústia, insatisfação e infelicidade com relação a determinadas áreas do corpo. Tal desconforto pode se materializar em regiões faciais, corporais ou genitais. A disforia está relacionada, portanto, a fatores físicos e se manifesta em sujeitos trans femininos de diferentes formas, seja na voz, na altura ou nos órgãos sexuais. Como mencionado, a experiência transexual é diversificada. Isto é, a disforia aflige sujeitos trans de modos diversos durante o processo de transição.

Algumas mulheres trans se sentem confortáveis em manter o órgão genital e realizar apenas modificações secundárias, como a feminilização facial. Já outras, não, necessitando de mudanças que são definidoras do seu bem-estar físico e mental, tanto na esfera individual quanto social.

Nesse contexto, a partir do discurso da convidada, ao estabelecer uma comparação de seu corpo como um campo minado, *“tem lugares do meu corpo que o meu namorado não pode tocar, porque se tocar vai explodir. Você tá no máximo do tesão e aí a pessoa vai e esbarra naquela parte do seu corpo que você odeia de morte, acabou ali”*, podemos observar a presença da disforia de gênero especificamente relacionada ao órgão sexual. Tais sentimentos disfóricos interferem negativamente no âmbito sexual e amoroso dos sujeitos trans, propiciando procedimentos incômodos e privativos. Nesse contexto, as intervenções cirúrgicas representam a principal saída para sanar o referido desconforto que afeta de forma significável as relações sociais desses sujeitos.

A partir do enunciado em análise, podemos observar, também, a atuação do dispositivo da sexualidade nas práticas sexuais dos sujeitos trans. A sexualidade desses sujeitos é atravessada pelas práticas de poder que possuem o intuito de penetrar, controlar e disciplinar seus corpos e seus desejos, interferindo diretamente na forma pela qual tais sujeitos vivenciam sua sexualidade. O dispositivo da sexualidade, por intermédio das prescrições disciplinares, possui a finalidade de regular as condutas sexuais dos sujeitos trans, moldando seu comportamento e suas condutas. Os mecanismos de poder utilizam a sexualidade, por meio de procedimentos disfóricos, para interditar o corpo do sujeito trans, privando-o, também, do prazer, como podemos observar no excerto *“eu não transo com o meu corpo inteiro, transo apenas com partes do corpo”*.

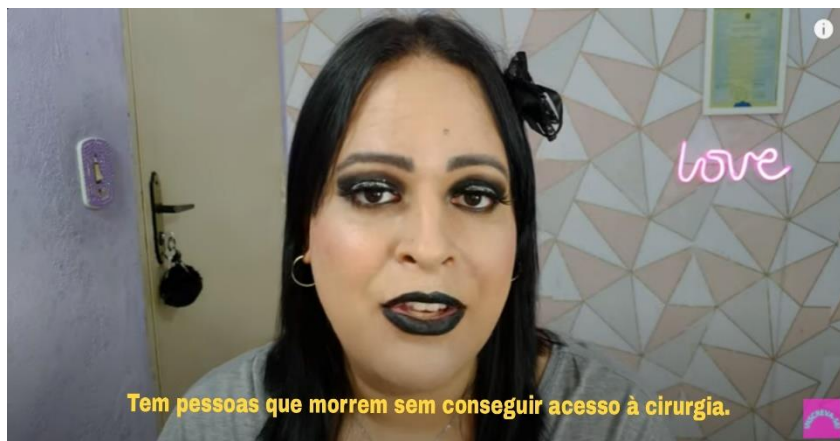
Faz-se necessário pontuar que, de acordo com levantamento²⁷ realizado pela Defensoria Pública de São Paulo, a espera pela realização de tratamentos cirúrgicos através da rede pública de saúde pode se perdurar por até 18 (dezoito) anos. Nesse sentido, complementarmente, tomemos o seguinte enunciado retirado do vídeo 05 “Como funciona o SUS para pessoas trans – processo transexualizador”, do Canal *Fernanda Vasconcelos*:

²⁷ Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/09/26/espera-por-cirurgia-de-redesignacao-sexual-pode-levar-ate-18-anos-na-rede-publica-diz-defensoria-publica-de-sp.ghtml>. Acesso em 11 de maio de 2023

A taxa de espera da fila pra conseguir uma cirurgia de redesignação sexual por meio do processo transexualizador é de quase vinte anos. É um tempo absurdo. Eles só te passam na frente se você tiver uma doença terminal ou perto de completar setenta anos. Com setenta anos você não pode mais fazer nenhuma cirurgia. Tem pessoas que já estão na fila há mais de vinte anos e ainda não conseguiram (Fernanda, Canal Fernanda Vasconcelos, 2023).

Ao considerarmos o fato de que as intervenções cirúrgicas pelo SUS só podem ser realizadas a partir dos 21 anos de idade e que, segundo o dado apresentado acima, a espera pelo procedimento pode chegar aos 18 anos, podemos constatar a existência da possibilidade de indivíduos transexuais só obterem a efetivação de tal procedimento aos 39 anos de idade, período que extrapola sua expectativa média de vida, haja vista que, conforme aponta o Dossiê de Assassinatos e Violência Contra Travestis e Transexuais Brasileiras (2022), as transexuais femininas possuem uma expectativa de vida de apenas 35 anos de idade. Menos da metade da expectativa de vida da população em geral. Fato que se alinha ao pensamento de Bento (2008, p. 164-165) ao apontar que “as normas de gênero só conferem inteligibilidade, ou seja, vida, àqueles seres que estão alocados em gêneros apropriados aos corpos sexuados”.

Figura 08: Tem pessoas que morrem sem conseguir acesso à cirurgia.



Fonte: https://www.youtube.com/watch?v=NqskztVK_pQ. Acesso em: 10/11/2023.

A cirurgia, teoricamente garantida por lei, representa uma forma terapêutica de possibilitar ao sujeito transexual a adequação necessária de que necessita para obter conformidade com o gênero identificado. O acesso à cirurgia de transgenitalização não representa “um luxo, um capricho, um favor (Daniela, Canal das Bee, 2014b)”, e sim um direito amparado constitucionalmente. Entretanto, por meio dos dados

apresentados, podemos observar que os sujeitos que necessitam do procedimento e que dependem do suporte das políticas públicas, possivelmente não conseguirão sua efetivação. O Estado regulamentou o tratamento cirúrgico aos indivíduos transexuais de forma gratuita, através do processo transexualizador, porém não viabilizou sua efetivação, já que não disponibiliza hospitais especializados suficientes para atender a demanda de pessoas que precisam desse atendimento, sem falar na burocracia estabelecida pelo processo que, de certo modo, dificulta e alonga o ato de concretização, como afirma Fernanda: *“eles só te passam na frente se você tiver uma doença terminal ou perto de completar setenta anos. Com setenta anos você não pode mais fazer nenhuma cirurgia”*. Tal realidade obriga a maioria dos indivíduos trans à automedicação e a práticas insalubres, como a aplicação do SLI, discutido anteriormente

Podemos compreender que o Poder Público regula o acesso aos recursos de saúde pública, através dos rígidos trâmites exigidos pelo processo transexualizador, ao mesmo tempo em que impede tal acesso aos sujeitos transexuais que, por algum motivo, não aderiram à proposta terapêutica hormonal imposta ou não desejam explicitamente um alinhamento do corpo aos considerados padrões de normalidade estabelecidos socialmente. De acordo com Bento (2008, p. 164), o distanciamento dos denominados “pontos qualificadores de humanidade”, referentes à heterossexualidade, cisgeneridade e classe econômica/intelectual, reduz a capacidade dos sujeitos transexuais em reivindicar seus direitos.

4 “NÓS VIVEMOS EM UM LIMBO AFETIVO”: SUBJETIVAÇÃO E DESSUBJETIVAÇÃO

Em “O Sujeito e o Poder”, o filósofo Michel Foucault assevera que seu principal objetivo de estudo não se centrava “na análise do fenômeno do poder”, mas sim em “criar uma história dos diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos tornam-se sujeitos” (Foucault, 2014a, p. 231). Nesse contexto, Foucault, com o intuito de empreender uma investigação histórica referente às formas de existência do sujeito e aos modos de subjetivação, realiza diferentes proposições. Desde o regresso ao mundo grego, com ênfase ao princípio délfico do “cuidado de si”, ao estabelecimento da sociedade disciplinar, com enfoque nas ações biopolíticas do Estado sobre os indivíduos.

Assim sendo, neste capítulo, traremos à luz discussões, respaldadas a partir da ótica dos Estudos Discursivos Foucaultianos, relacionadas à noção de sujeito no pensamento foucaultiano, bem como acerca das concepções de subjetividade, subjetivação, vontades de verdade e dessubjetivação. Cabe ratificar que as discussões teórico-analíticas empreendidas no presente capítulo se vinculam ao trajeto temático referente à relação entre transexualidade e afetividade.

4. 1 Subjetividade, sujeito e modos de subjetivação

Profundamente interligado com as relações de poder-saber, as questões que envolvem a temática da subjetividade e do sujeito representam o propósito central dos estudos desenvolvidos por Foucault no decorrer de sua produção intelectual. É em meio ao embate das relações de poder-saber descritas anteriormente que o referido autor reflete sobre os processos de constituição do sujeito, haja vista que todas as relações sociais são perpassadas pelos mecanismos de poder existentes em sociedade. As relações de poder-saber representam “uma forma de poder que subjuga e torna sujeito” (Foucault, 2014a, p.235).

Assim, entende-se, pois, a necessidade da compreensão das formas de exercício do poder para a apreensão efetiva referente aos modos de constituição dos sujeitos, já que “enquanto o sujeito humano é colocado em relações de produção e de significação, é igualmente colocado em relações de poder muito complexas” (Foucault, 2014a, p. 232).

Inicialmente, passemos a entender o conceito de subjetividade e de

subjetivação. De acordo com Foucault (2004, p. 236), a subjetividade se refere à “maneira pela qual o sujeito faz a experiência de si mesmo em um jogo de verdade, no qual ele se relaciona consigo mesmo”. Pode-se compreender que o referido jogo de verdade ocorre por meio das relações de poder-saber existentes, as quais estabelecem as condições de possibilidades daquilo que, em um dado momento da história, pode ser considerado verídico ou inverídico. A produção da subjetividade ocorre em meio a um campo de batalha, já que os saberes e os poderes produzidos historicamente buscam constantemente dominar os processos de subjetivação.

Logo, tais processos se sucedem tanto em função dos atravessamentos possibilitados pelo outro quanto em decorrência das relações do sujeito consigo próprio. Pode-se considerar, portanto, que os procedimentos de subjetivação correspondem a dois tipos diferentes de análise, “de um lado, os modos de objetivação que transformam seres humanos em sujeitos; de outro, a maneira pela qual a relação consigo, por meio de um certo número de técnicas, permite constituir-se como sujeito de sua própria existência” (Revel, 2005, p. 82).

Nesse contexto, o processo de subjetivação diz respeito às diferentes relações que promovem a subjetividade. Mais especificamente, refere-se à forma pela qual “se obtém a constituição de um sujeito, ou, mais exatamente, de uma subjetividade” (Revel, 2005, p. 82). A subjetivação consiste, portanto, em um elemento advindo das diversificadas interações sociais e individuais, sejam aquelas decorrentes dos mecanismos de poder ou aquelas propiciadas por meio das práticas discursivas. Conforme aponta Milanez (2013, p. 380), “as subjetividades são as marcas dos modos de subjetivação do sujeito, ou seja, práticas que fazem o sujeito ser quem ele é”.

Assim sendo, podemos observar que o processo de subjetivação ocorre a todo momento, haja vista que os indivíduos se encontram profundamente envolvidos no emaranhado das relações de poder-saber e, também, encontram-se circundados pelo discurso. Há de se pontuar que a subjetivação não se sucede somente por meio das práticas mencionadas, mas sim por intermédio de todos os atos, contextos e realidades os quais se insere, já que como aponta Revel (2005, p. 85)

O problema da produção histórica das subjetividades pertence à descrição arqueológica da constituição de um certo número de saberes sobre o sujeito, à descrição genealógica das práticas de dominação e das estratégias de governo às quais se poder submeter os indivíduos e à análise de técnicas por meio das quais os homens, trabalhando a relação que os ligam a si mesmos, se produzem e se transformam.

Em síntese, a subjetividade representa a expressão da relação peculiar daquilo que está em nós com as coisas, com o mundo de forma geral, representando uma “ruptura na ordem estabelecida pela continuidade da mesma posição sempre ocupada por um sujeito” (Milanez, 2013, p. 377). Vale destacar que a principal forma de exteriorização dessa relação é o corpo, compreendido não somente em sua forma orgânica, mas também como um elemento construído por intermédio das mais diversificadas relações. A subjetividade envolve processos de subjetivação que extrapolam as barreiras interiores.

Nessa perspectiva, cabe pontuar que os processos de subjetivação são inerentes ao sujeito, pois como bem salienta Foucault (2019b, p. 28) não existe a “constituição do sujeito moral sem modos de subjetivação”. Mais especificamente, toda e qualquer forma de vivência que produz subjetividade implica formas características de fabricação de uma experimentação de si, ou seja, de uma subjetivação. Assim sendo, Milanez (2013, p. 377) aponta a subjetividade como “uma marca formal, moral e discursiva que brota do desejo do sujeito em contradição com as condições de harmonia que o mundo e suas relações a montaram enquanto sujeito e que foram ao longo do tempo por ela assumidas como verdadeiras”.

De forma complementar, vale salientar que a noção de subjetividade se refere a uma contínua construção que ocorre por meio das interações com o outro e com si mesmo. Vale destacar que, neste caso, o “outro” pode representar tudo aquilo que produz implicações sociais nas formas de viver, não se restringindo meramente às relações interpessoais. Conforme destaca Guattari e Rolnik (1996, p. 31), “a subjetividade é essencialmente fabricada e modelada no registro social”. A subjetividade deve ser compreendida enquanto um processo de produção fabricado por meio da intervenção de variados elementos resultantes da apreensão individual e, também, da multiplicidade de componentes existentes no contexto social. Isto é, perspectivas, sentidos, pensamentos, valores.

Importa destacar, nesse sentido, que a produção da subjetividade não se limita a processos individualistas, como aponta Guattari e Rolnik (1996, p. 31): “a subjetividade não é passível de totalização ou de centralização no indivíduo”. Os processos de subjetivação se efetivam por meio da participação de instituições, da mídia, da linguagem. Mais especificamente, de práticas imperativas vigentes em determinado momento histórico que possuem como principal característica a

circulação na vida social. Tais práticas se atualizam, reinventam-se e se configuram de diferentes maneiras na vida dos indivíduos.

Passemos a entender, neste momento, o conceito de sujeito. A princípio, faz-se necessário pontuar que a noção de sujeito, para os Estudos Discursivos Foucaultianos, não se encontra vinculada à concepção de um ser humano que possui sua existência individualizada em sociedade. Assim sendo, Foucault (2014a, p. 235) pontua a existência de dois significados para a palavra sujeito: “sujeito a alguém pelo controle e dependência. E preso à sua própria identidade por uma consciência ou autoconhecimento. Ambos sugerem uma forma de poder que subjuga e toma sujeito”. A referida forma de poder representa um conjunto de ações possibilitadas por relações específicas que incidem diretamente no modo de pensar e de agir dos indivíduos.

Logo, as duas significações estabelecidas acima consideram uma relação constante de assujeitamento; o sujeito localiza-se submerso nas relações de poder que, ao mesmo tempo em que o aprisionam, constituem-no. Tais relações podem se exercer consigo próprio ou com o outro, influenciando diretamente na forma pela qual se constrói a subjetividade. Pois, como salienta Revel (2005, p. 82)

Trata-se de pensar o sujeito como um objeto historicamente constituído sobre as bases de determinações que lhes são exteriores. Se o sujeito se constitui não é sobre o fundo de uma identidade psicológica, mas por meio de práticas que podem ser de poder ou de conhecimento, ou ainda por técnicas de si.

O sujeito, em uma perspectiva foucaultiana, constitui-se por meio de processos de sujeição e de subjetivação por meio dos quais ele interage com as instituições e com os saberes os quais o rodeiam, propiciando a formulação de uma verdade sobre sua condição. Faz-se importante destacar que tal interação envolve, de modo intrínseco, procedimentos de submissões e de resistências aos jogos de verdade. Os meios pelos quais nos tornamos sujeitos, isto é, os modos de subjetivação, relacionam-se a um conjunto de artifícios que possuem o intuito de assujeitar os modos de ser.

Importa destacar que o sujeito não representa um ser prévio, ele se constitui por meio do contato com as experiências, com os encontros intensivos e com as relações vivenciadas com o outro. A produção do sujeito envolve procedimentos vivos, haja vista que esse se encontra vulnerável aos diferentes acontecimentos. Sua constituição ocorre à medida que interage com as diversas forças externas que circulam na sociedade e que, por intermédio de díspares relações, afetam seu corpo

e sua existência.

Complementarmente, de acordo com Deleuze (1953), o sujeito se define por e como um movimento de se desenvolver a si mesmo, ultrapassando-se e se refletindo. Há de se pontuar que, conforme assevera Deleuze (1953, p. 07), “[...] o sujeito ultrapassa o dado. Ele ultrapassa aquilo que o espírito lhe dá”. O autor compreende o “dado” como um agrupamento de percepções, um conjunto de impressões e de imagens, as transformações, as movimentações. Tudo aquilo que, de certa forma, aparece. Podemos compreender, nesse sentido, que o sujeito não deve ser concebido como um elemento pronto, estável e definitivo, já que se encontra em constante desenvolvimento e reflexão.

4. 2 Vontade de verdade e dessubjetivação

Historicamente, o surgimento do conceito de vontade de verdade surge entre os séculos VI e V a.C a partir das figuras de Hesíodo e Platão (Foucault, 1999a). Nesse sentido, com o intuito de elucidar o conceito e o funcionamento da vontade de verdade, Foucault realiza uma análise histórica da produção dos discursos e afirma que tal vontade “atravessou tantos séculos de nossa história (...) é talvez algo como um sistema de exclusão (sistema histórico, institucionalmente constrangedor) que vemos desenhar-se” (Foucault, 1999a, p.16). Assim sendo, compreende-se que a vontade de verdade é caracterizada por Foucault como um conjunto sistemático de exclusão que, com o passar dos tempos, reconfigurou-se.

Pode-se compreender que a vontade de verdade representa, portanto, uma espécie de exteriorização do poder, pois como bem questiona Foucault (1999a, p. 20), “na vontade de verdade o que está em jogo senão o desejo e o poder?”. Tal exteriorização se encontra inserida em uma ordem do discurso que atua através da segregação de outras formas de discurso, haja vista que representa, conforme ratifica o referido filósofo, “um dos grandes sistemas de exclusão que atingem o discurso” (Foucault, 1999a, p.19).

Tal processo de exclusão ocorre por intermédio da atuação de instâncias sociais. Tais instâncias utilizam a vontade de verdade para fortalecer e cristalizar verdades que possuem o intuito de reger a sociedade com base em prescrições imutáveis, com a finalidade principal de controlar, por meio do discurso, a forma de agir e de pensar dos sujeitos. Conforme aponta Foucault (1999a, p. 17)

ora, essa vontade de verdade, como os outros sistemas de exclusão, apoia-se sobre um suporte institucional: é ao mesmo tempo reforçada e reconduzida por todo um compacto conjunto de práticas como a pedagogia, é claro, como o sistema dos livros, da edição, das bibliotecas, como as sociedades de sábios outrora, os laboratórios hoje.

A vontade de verdade propicia uma espécie de oposição direta à noção de verdade propriamente dita. Isto é, a noção de verdade libertadora, aquela que possibilita o processo de subjetivação dos sujeitos. Observa-se, nesse sentido, que a vontade de verdade atua mascarando a verdade libertadora, já que como enfatiza Foucault (1999a, p.19-20), é “como se para nós a vontade de verdade e suas peripécias fossem mascaradas pela própria verdade em seu desenrolar necessário”. A vontade de verdade emerge, portanto, como uma espécie de separação aplicada na forma pela qual o discurso verdadeiro é dito, com o intuito de validar uma verdade dominante. Observa-se, pois, o uso da vontade de verdade como artifício de produção e cristalização de uma verdade imperativa que se atualiza historicamente. Conforme assevera Foucault (1999a, p. 18):

Enfim, creio que essa vontade de verdade assim apoiada sobre um suporte e uma distribuição institucional tende a exercer sobre os outros discursos – estou sempre falando de nossa sociedade – uma espécie de pressão e um certo poder de constrangimento.

A vontade de verdade busca estabelecer um determinado parâmetro de existência aos sujeitos, excluindo todos aqueles que escapam à norma. Observa-se, portanto, uma profunda ligação entre a vontade de verdade e o processo de sujeição do sujeito a configurações excludentes. Cabe destacar que tais configurações atuam por meio de procedimentos sistemáticos de repetições das ações, com o intuito de mecanizar processos individuais essenciais à constituição da subjetividade. A vontade de verdade representa, nesse sentido, a personificação do poder, já que possui a finalidade de estabelecer o contínuo domínio e o controle social, não cessando “de se reforçar, de se tornar mais profunda e mais incontornável” (Foucault, 1999a, p. 19). Em síntese, a vontade de verdade se constitui como um complexo mecanismo de dominação dos sujeitos através da representação do poder.

Cabe destacar que o mencionado filósofo realiza a análise acerca do funcionamento da vontade de verdade a partir de uma concepção crítica do sujeito. Isto é, a partir da concepção de um sujeito que é submetido a discursos de domínios produzidos por essa vontade. Vale apontar que tal domínio se relaciona à dinâmica

social (Foucault, 1999a). A vontade de verdade é, portanto, estabelecida como ordem correta do exercício social por intermédio da atuação das mais diversas instituições que controlam os sujeitos, restringindo sua individualidade e impondo a necessidade de determinada vontade de verdade. A referida atuação massifica e engessa o sujeito, limitando seu livre pensar.

Nessa perspectiva, pode-se compreender que as instâncias de poder impõem uma vontade de verdade aos sujeitos e, por meio das estratégias de resistência, tais sujeitos confrontam essa vontade de verdade, propiciando a verdade libertadora, ou seja, a verdade do sujeito. Observa-se, portanto, a necessidade de se desvencilhar das vontades de verdade construídas socialmente, haja vista que elas possuem meramente o intuito de estabelecer um processo de dominação, propiciando processos de negação e de exclusão do sujeito. Assim sendo, faz-se necessário interrogar a vontade de verdade (Foucault, 1999a) e empreender a busca pela verdade que liberta, a qual possibilita a efetivação dos processos de subjetivação.

Por meio das discussões teóricas realizadas com base no pensamento foucaultiano, verifica-se que a vontade de verdade, por intermédio de procedimentos de manipulação, possui a finalidade de propiciar procedimentos de deslocamento do sujeito com relação a sua subjetividade. O referido deslocamento, empreendido com o intuito de obedecer a determinado saber imperativo, possibilita formas de diminuição e, até mesmo, de anulação dos modos de subjetivação responsáveis pela constituição do sujeito. A consequência da atuação da vontade de verdade se assemelha ao processo de dessubjetivação, o qual trataremos a seguir.

Inicialmente, faz-se importante apontar que o prefixo “des” tem sido conceituado na linguística como um prefixo polissêmico, haja vista que apresenta um significado relacionado à negação e à contrariedade, mas também indica um procedimento de reversão e de afastamento aos vocábulos lexicais os quais se interliga. Nesse sentido, conforme se observou, o conceito de subjetivação designa um contínuo e complexo processo pelo qual se constrói a subjetividade, isto é, a singularidade individual. Em síntese, é a forma pela qual um indivíduo se constitui enquanto sujeito. Assim sendo, considerando a breve explicitação do mencionado prefixo, pode-se compreender a dessubjetivação como a anulação do caráter subjetivo dos sujeitos. Ou seja, a negação do indivíduo enquanto sujeito.

Nesse contexto, Foucault (2010a, p. 291), baseado nas leituras de Nietzsche, Blanchot e Bataille, denomina de dessubjetivação o processo que “[...] tem por função

arrancar o sujeito de si próprio, de fazer com que não seja mais ele próprio ou que seja levado a seu aniquilamento ou à sua dissolução”. Cabe pontuar, nessa ótica, que o mencionado aniquilamento não se trata do extermínio físico do sujeito, mas sim de um complexo procedimento de distanciamento da ordem do discurso o qual o constituía. Referente ao conceito em questão e com base no pensamento foucaultiano, Milanez (2013, p. 369) pontua que

A dessubjetivação consiste não na existência do sujeito, (...) a dessubjetivação faz parte do processo de apagamento da obra da existência do sujeito, fazendo com que seus acontecimentos vividos, sentidos, aprendidos, coagidos e forçados se tornem uma experiência que chega ao seu fracasso e é colocada por terra, levando o sujeito a um breakdown como a poeira espalhada pelo vento.

Nessa perspectiva, pode-se compreender que a dessubjetivação busca possibilitar a destituição do sujeito daquele espaço social e histórico que o constituiu enquanto tal. Milanez (2013) aponta a dessubjetivação como uma desordem desestruturante que busca estabelecer uma ruptura consigo mesmo. Isto é, a dessubjetivação representa aquilo que se remove do sujeito considerando o lugar histórico e social que o constituiu, propiciando uma ruptura em seu modo de ser. Em síntese, o processo de dessubjetivação busca invalidar a subjetividade, dessingularizando o sujeito. Conforme assevera Minalez (2021, p. 07), “o sujeito se perde de si, desfalece, dissolve-se”.

Cabe destacar, nessa circunstância, que a dessubjetivação se sucede na vida dos sujeitos de forma progressiva e, de certo modo, simbolicamente agressiva, haja vista que opera no cerne de um complexo agrupamento de forças que utiliza o saber e o poder para objetivar o sujeito, obrigando-o a abandonar o conjunto de artifícios, formas e modos subjetivos que o caracterizavam como tal. Haja vista que, segundo Milanez (2021), a dessubjetivação propicia o assujeitamento do sujeito a saberes e práticas de determinada época, com o intuito de privá-lo de pensar e viver de forma autônoma. Assim sendo, conforme salienta Minalez (2021, p. 15-16),

A dessubjetivação, mais que uma metáfora, pode assumir a forma de um fórceps que violenta historicamente o sujeito, excecando-o a deixar o corpo da formação do sujeito que o compunha. Trata-se de desligar o sujeito das táticas e técnicas de si durante seu processo de subjetivação, técnicas essas sem as quais jamais poderá ser o sujeito que a história dele próprio sustentou.

Observa-se que o processo de dessubjetivação afasta a produção e constituição da subjetividade dos sujeitos, propiciando fenômenos relacionados à

despersonalização e ao esvaziamento identitário. Nesse processo, a singularidade e individualidade dos sujeitos são diminuídas e subordinadas a saberes advindos de organizações sociais dominantes. Tal acontecimento ocorre no momento em que o sujeito é confrontado com estruturas que estabelecem desordem em suas identificações, comportamentos, pensamentos e formas de vida, possibilitando “a desregulação do sujeito com seu ambiente social” (Milanez, 2021, p. 15).

Na dessubjetivação, “o sujeito se desintegra diante de seus próprios olhos como em um filme de super-herói, vencido pelo super-vilão da tradição, de uma história tradicional assassina” (Milanez, 2021, p. 16). Conforme aponta o referido autor, as tradições inviabilizam os processos de transformações ao mesmo tempo em que limitam os corpos dos sujeitos a um complexo instrumento de sujeição baseado em poder-saberes históricos e imperativos que buscam estabelecer procedimentos de regulação.

Faz-se importante enfatizar que a dessubjetivação age por intermédio de um aglomerado de forças operadas por diferentes dispositivos que possui o intuito de propiciar o apagamento da singularidade do sujeito e de suas práticas discursivas. Nesse contexto, Agamben (2005) assevera que os dispositivos agem na contemporaneidade menos pela subjetivação e mais pela dessubjetivação. Nesse sentido, pode-se considerar os dispositivos como um dos principais artifícios dessubjetivantes, haja vista que desempenham papel central no processo de esvaziamento da subjetividade.

Assim sendo, levando em consideração nosso objeto de pesquisa, cabe pontuar que, em função de prescrições advindas do dispositivo da sexualidade e da transexualidade, discutidos anteriormente, que buscam naturalizar uma lógica heteronormativa de poder e de verdade que sustenta a ordem binária de gênero, os sujeitos trans são relegados a procedimentos progressivos de apagamento de suas formas específicas de vidas, haja vista que escapam às condutas imperativas.

Dito de outro modo, ao serem atravessados e moldados por inúmeras configurações de poder referentes a saberes em torno da sexualidade e da transexualidade, esses sujeitos enfrentam diferentes e contínuas dinâmicas de dessubjetivação. A dessubjetivação representa, pois, uma espécie de punição ao sujeito trans, categorizado pelos saberes dominantes como sexualmente desviante, já que segundo Milanez (2021, p. 22), “é mais barato extirpá-lo como um mal do que tratá-lo em suas subjetividades, que oferecem ameaça, uma ameaça de poder

delirante”.

4.3 Transexualidade e afetividade

É a partir das discussões acima que iremos analisar os dois vídeos seguintes que integram o *corpus* desta pesquisa. O vídeo 07²⁸, denominado de “Quem namora a travesti?”, faz parte da série “Pergunte às Bee” e conta com a participação da convidada Maria Clara Araújo²⁹. O referido vídeo foi publicado no canal em 26 de abril de 2016, possui aproximadamente 148.204 visualizações e aborda discussões em torno da relação entre afetividade e transexualidade.

De forma complementar, analisaremos, também, o vídeo 08³⁰, denominado de “Nossa carência nos leva ao nosso algoz”, retirado do canal *Paula Ferreira*. A referida materialidade foi publicada em 26 de setembro de 2023 e possui aproximadamente 15.149 visualizações. O vídeo conta com a participação da convidada Joyce Meirelles³¹ para discutir questões em torno das dificuldades enfrentadas por mulheres trans em relações amorosas. Os dois vídeos fazem parte do trajeto temático referente às relações afetivas.

O vídeo 07, intitulado “Quem namora a travesti?”, inicia com a convidada Maria Clara expondo uma matéria³² do *site* de notícias Catraca Livre que apresenta o título “Brasil o país que mais procura pornografia trans no *RedTube*” e o subtítulo “O país também é o que mais mata trans e travestis no mundo”. A matéria foi publicada em 19 de fevereiro de 2016 e expõe dados retirados de um levantamento feito pelo *RedTube*. De acordo com a referida matéria, o termo “Shemale”, utilizado em *sites* pornográficos na procura por vídeos que contenham mulheres trans, representa o quarto item mais buscado pelos brasileiros, ao passo que no ranking mundial, a mesma pesquisa ocupa a nona posição. Importa destacar que o mencionado termo, costumeiramente usado pela indústria pornográfica para se referir às mulheres trans, apresenta uma forte carga ofensiva e degradante.

Complementarmente, de acordo com relatório³³ realizado pelo *PornHub*, uma

²⁸ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZObjtJao5Fo&t=442s>. Acesso em: 13/01/2024.

²⁹ Maria Clara Araújo é uma mulher trans, pedagoga, pesquisadora, articuladora política e ativista pelos direitos da população LGBTQIA+. É, também, autora do livro “Pedagogias das Travestilidades”.

³⁰ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=l44foPkjNYY&t=68s>. Acesso em: 13/01/2024.

³¹ Joyce Meirelles é uma mulher trans, artista e dubladora brasileira.

³² Disponível em: <https://catracalivre.com.br/cidadania/brasil-e-o-pais-que-mais-procura-por-pornografia-trans-no-redtube/>. Acessado em: 14 de agosto de 2023.

³³ Disponível em: <https://diariomomento.com.br/saude-e-beleza/pornhub-estatisticas-brasileiros/>. Acessado em: 14 de agosto de 2023.

das maiores plataformas de conteúdo adulto do mundo, o termo “transgênero” representou a categoria mais vista por brasileiros no ano de 2022. Dentre os 20 países analisados pelo referido relatório, o único em que conteúdos relacionados a pessoas trans ocupa essa posição é o Brasil. O relatório apresenta, ainda, as tendências dos usuários brasileiros: quando comparado ao restante do mundo, brasileiros estão 92% mais propensos a consumirem conteúdo pornográfico envolvendo mulheres transexuais. O relatório aponta que a busca mundial por pornografia trans aumentou 167% entre homens. Em 2019, o Brasil ocupou a 11ª posição em acessos na referida plataforma, com um crescimento exponencial de 98% na busca pelo termo *transgender*, o número mais alto em todo o mundo. Desde 2016, primeiro ano em que o Brasil se destacou no que diz respeito aos índices de consumo de pornografia trans, o país tem permanecido na liderança de grandes *sites* internacionais como um dos maiores públicos consumidores dessa temática.

Com relação às informações contidas na matéria do Catraca Livre, a convidada afirma que:

Quando nós percebemos que o Brasil é o país que mais mata travestis e transexuais e também o país que mais procura por esses termos em sites pornográficos, enxergamos uma clara relação de poder e repugnância. Eu tenho prazer com aquilo, mas eu também repugno aquilo. Ou seja, logo depois que eu faço programa com essa travesti, eu a mato. Já que a maioria das meninas que morrem são prostitutas (Maria Clara, Canal das Bee, 2016).

Por meio das informações apresentadas, ratificadas pelo discurso da convidada ao afirmar que “o Brasil é o país que mais mata travestis e transexuais e também o país que mais procura por esses termos em sites pornográficos”, observa-se o paradoxo existente entre desejo e ódio em relação às mulheres trans e travestis. Por trás do preconceito se escondem desejos pelos saberes em torno do sexo praticado com sujeitos trans. Tais desejos advêm dos efeitos dos processos históricos de interdição acerca desses saberes.

Com o intuito de satisfazê-los, esses indivíduos buscam cenas sexuais com mulheres trans na intenção de minimizar tais desejos que não podem ser expostos em virtude dos estereótipos existentes na sociedade. Os homens cis optam por utilizar a internet para consumir esse conteúdo em larga escala, onde lhe é garantido o anonimato e a segurança de não serem julgados por preceitos religiosos, sociais e institucionais.

Nessa perspectiva, vale pontuar que, conforme aponta Foucault (2019a), a

igreja utilizou as técnicas de confissões com a finalidade de controlar as práticas sexuais consideradas pecaminosas de acordo com os preceitos sociais da época, fazendo com que fosse propagada uma vontade de verdade sobre o sexo enquanto algo que deveria, obrigatoriamente, ser feito apenas no casamento, entre um casal cisgênero, com o intuito principal de constituir família. O estímulo a falar sobre sexo no ato da confissão servia como base para a construção de um saber-poder acerca das práticas consideradas anormais, fazendo com que qualquer ato que fugisse desse princípio fosse pontualmente repellido.

Nessa lógica, compreende-se que o tabu, juntamente aos estigmas em torno da transexualidade, propiciou determinada curiosidade, isto é, determinado fetiche em explorar o corpo trans, um corpo considerado “estranho”. O fetiche, aliado aos estigmas acerca dos sujeitos trans, leva os homens cis a reprimirem sentimentos e desejos, transformando-os em algo repulsivo ou errado, possibilitando “(...) *uma clara relação de poder e repugnância*”, como enfatiza a convidada. Considerado um mero objeto de desejo, os corpos trans causam, em função da difusão de saberes históricos cristalizados enquanto verdades absolutas, sentimentos de aversão naqueles que se sentem impulsionados a buscá-los. “*Eu tenho prazer com aquilo, mas eu também repugno aquilo*”, ou seja, ao mesmo tempo em que há desejo por aquele corpo, há sentimentos internalizados de reprovação. A objetificação do corpo trans caminha de mãos dadas com uma visão abjeta.

Pode-se verificar, nesse sentido, o procedimento de apagamento do sujeito para dar lugar a um mero objeto. Ou seja, as especificidades e singularidades dos sujeitos trans são suprimidas ao extremo para dar lugar a um objeto hiperssexualizado que possui serventia apenas no plano da fetichização e da erotização. Ocorre, portanto, “a pulverização do sujeito de uma maneira em que ele não é compreendido nem mais é visto pela materialidade do corpo que um dia já representou” (Milanez, 2021, p. 20). A mencionada pulverização da subjetividade do sujeito representa o resultado do processo de dessubjetivação, conforme discutimos anteriormente. Tal processo se instala a partir de progressivos procedimentos de objetivação, os quais possuem o intuito de suprimir a subjetividade do corpo e, por consequente, do sujeito, transformando-o em um elemento vazio.

Vale destacar que o sentimento de repulsa envolvido no ato sexual gera, em muitos casos, a necessidade imediata de dizimar qualquer possibilidade de vínculo com aquela prática e com os possíveis sentimentos que ela pode revelar. Tal

necessidade propicia o surgimento de posturas ríspidas e agressivas após o sexo, fazendo com que os homens que procuram esse serviço violentem essas mulheres, chegando até mesmo a assassiná-las, com o intuito de apagar as pistas de seus desejos considerados perversos pela sociedade, como aponta a convidada ao externar um possível desfecho para o contexto em questão: *“logo depois que eu faço programa com essa travesti, eu a mato”*. De forma complementar, há de se pontuar que, de acordo com o Dossiê de Assassinatos e Violências Contra Travestis e Transexuais Brasileiras, elaborado pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), as profissionais do sexo representaram cerca de 48% do total de assassinatos de pessoas trans no mundo, conforme aponta a atualização feita no ano de 2022.

Os sujeitos trans, em função dos processos de hipersexualização e de fetichização de seus corpos, são enxergados como uma fantasia, como um ser desprovido de subjetividade e de vontade própria, que está sempre disponível para satisfazer os anseios de quem os procura. Pode-se observar a atuação de uma vontade de verdade a qual determina o sujeito trans como um sujeito destinado estritamente para o sexo. A vontade de verdade, por meio de um dispositivo que disciplina o corpo trans, impõe esse sujeito a ocupar um lugar de sujeição, de um mero objeto de desejo e de contentamento do outro, não importando suas reais necessidades e demandas afetivas.

Faz-se importante salientar, nesse contexto, que a fetichização referente aos corpos e aos sujeitos trans se relaciona sobremaneira ao histórico estigma em torno da relação entre a transexualidade e a prostituição estabelecido por uma vontade de verdade imperativa. Como afirma a convidada ao apontar que *“Nós fomos colocadas nessa posição (prostituição) em função de uma designação transfóbica que não nos permite que estejamos em outros lugares”* (Maria Clara, Canal das Bee, 2016). Como se a partir do momento em que o sujeito se afirmasse trans a questão em torno da prostituição e do sexo representasse o único destino possível.

Nesse sentido, verifica-se que o índice exacerbado referente ao consumo de pornografia transexual pelos brasileiros interfere de forma significativa na forma pela qual os sujeitos trans são vistos no âmbito afetivo, haja vista que seus corpos são discursivizados socialmente como um corpo anormal, sendo útil apenas no plano da erotização. Tal contexto interfere, também, no processo de subjetivação desses sujeitos. Assim sendo, no decorrer das discussões, a convidada aponta que:

No meu texto “por que os homens não estão amando as mulheres trans³⁴” eu falo justamente sobre o fato de mulheres trans e travestis só serem inteligíveis na questão afetiva para um sexo pago, um sexo que não pode ter cobrança. Isso é bem sintomático. [...] Nós somos vistas como aqueles relacionamentos que precisam ser escondidos, que não podem vir a público e que a família não pode saber. Minhas amigas cis, por exemplo, nunca tiveram que se preocupar com isso (Maria Clara, Canal das Bee, 2016).

O texto mencionado pela convidada, originalmente publicado no blog “Transfeminismo”, discute questões em torno da ausência do afeto na vida das mulheres trans e travestis e o motivo pelo qual esses sujeitos não possuam parceiros afetivos que as assumam e as amem. No texto, Maria Clara aponta que as mulheres trans e travestis passam por processos de solidão amorosa e vivem em um estado de “limbo afetivo”.

A partir do tópico central do referido texto, isto é, o fato das mulheres trans e travestis “só serem inteligíveis na questão afetiva para um sexo pago, um sexo que não pode ter cobrança”, pode-se observar que a própria condição de prostituição infligida às mulheres trans reforça o lugar de solidão vivenciado por esses sujeitos. Isto é, já que o ato sexual é realizado em troca de dinheiro, não se deve esperar nada além. Nesse contexto, há de se pontuar, portanto, que os sujeitos trans que estão inseridos no mercado da prostituição são tão solitários em relação ao amor quanto aqueles que não estão.

A partir do enunciado, especificamente do excerto “nós somos vistas como aqueles relacionamentos que precisam ser escondidos, que não podem vir a público e que a família não pode saber”, compreende-se que as relações amorosas entre mulheres trans e indivíduos cisgêneros são, frequentemente, restritas à clandestinidade. Isto é, em virtude de concepções preconceituosas baseadas em uma vontade de verdade que estabelece rígidas matrizes heteronormativas de gênero e de sexualidade, os sujeitos trans são obrigados a estabelecer uma condição sigilosa em suas relações afetivas. Ou seja, a mantê-las em segredo, escondidas. Tal condição geralmente é imposta por seus parceiros em decorrência do receio de ter sua sexualidade questionada, haja vista que uma mulher trans, perante os padrões sociais e de gênero, não é considerada uma mulher “de verdade”. Isto é, o corpo dessas mulheres não é reconhecido como o corpo de uma mulher “de verdade”. Como se o relacionamento com uma mulher trans deturpasse, de alguma forma, a

³⁴ Disponível em: <https://www.eseeufosseputa.com.br/>. Acessado em: 14 de agosto de 2023.

heterossexualidade masculina.

No mencionado texto, Maria Clara elucida essa questão por meio de uma entrevista³⁵ disponibilizada pelo Fantástico, feita com Ronaldo Fenômeno, na qual o ex-jogador tenta explicar um possível envolvimento com uma travesti ocorrido no ano de 2008. De acordo com as informações divulgadas por Ronaldo durante a entrevista, ele havia procurado pelos serviços de uma garota de programa no Rio de Janeiro e, somente após, descoberto que a profissional do sexo era uma travesti. Maria Clara atribui ênfase às seguintes falas: *“Eu fiz uma grande besteira na minha vida pessoal [...] Eu sou heterossexual [...] Foi um ato isolado, completamente estúpido e que estou completamente arrependido e envergonhado”*. Ronaldo alegou ter sido vítima de extorsão e relacionou o episódio ao uso excessivo de álcool.

Maria Clara enfatiza, por meio dos trechos acima, o teor de constrangimento e arrependimento contidos na declaração do ex-jogador em função de ter sido visto, em público, com uma travesti. As declarações exemplificam de modo pontual a forma pela qual as relações amorosas com esses sujeitos são vistas, de forma histórica, pela sociedade: como algo vergonhoso, vexatório, condenável e repreensível. Ronaldo foi e ainda é ridicularizado pelo referido acontecimento. Envolvimentos amorosos entre sujeitos trans ou travestis e homens cisgêneros são constantemente e completamente marginalizados pela sociedade.

O modo pelo qual a sociedade enxerga e lida com os relacionamentos amorosos os quais os sujeitos trans integram atua como mola propulsora no que se refere à efetivação do processo de dessubjetivação. Haja vista que, em função de vontades de verdade históricas em torno da relação ideal, isto é, da relação heterossexual, tais relacionamentos são vistos como algo anormal. Em consequência desse contexto, os sujeitos trans são conduzidos ao sentimento de invalidação de suas necessidade subjetivas, fazendo com que sintam a “relação de si para com os outros como um desvario” (Milanez, 2021, p. 19).

Durante a discussão, com o intuito de elucidar a problemática em questão, a convidada faz referência ao blog “E Se eu Fosse Puta³⁶”, da escritora e professora

³⁵ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Z0MQ4tWArRQ>. Acessado em: 14 de agosto de 2023.

³⁶ Disponível em: <https://blogueirasnegras.org/por-que-os-homens-nao-estao-amando-as-mulheres-trans-2/>. Acessado em: 14 de agosto de 2023.

Amara Moira³⁷. O blog aborda questões em torno da prostituição, carregando relatos de experiências de mulheres transexuais e travestis. Segundo Maria Clara, um dos relatos contidos no blog trouxe a fala de um homem cis que dizia: “você é o sexo que eu procuro quando quero algo diferente” e “você não é um ser humano que eu apresentaria para minha família”.

Com base no trecho “você é o sexo que eu procuro quando quero algo diferente”, compreende-se que os sentidos produzidos em torno do sujeito e do corpo trans partem de uma vontade de verdade de caráter patológico, que distorce a imagem de sujeitos transexuais, descaracterizando-as e transformando-as em sujeitos “exóticos” e anormais, relegando-os ao âmbito da erotização e do fetiche. Conforme observamos, a curiosidade cisgênero por “algo diferente” subordina os corpos trans a objetos.

Já no trecho “você não é um ser humano que eu apresentaria para minha família”, constata-se, assim como no discurso da convidada, a imposição compulsória do anonimato sobre as relações amorosas. Observa-se, também, a negação implícita referente à possibilidade dos sujeitos trans construírem ou fazerem parte de uma família. Aqui cabe apontar a visão conservadora, produzida e cristalizada socialmente, acerca da família. Isto é, de um núcleo familiar composto obrigatoriamente por um casal cis e hétero, no qual o sujeito trans não se encaixaria, haja vista o “desvio” aos modelos tradicionais.

Os corpos trans são sexualizados entre quatro paredes, porém, continuam sendo menosprezados publicamente. Os homens cis procuram as mulheres trans motivados por sentimentos relacionados à fetichização e as abandonam no momento em que vislumbram a possibilidade daquela relação se tornar algo mais que uma fantasia. Faz-se importante salientar que os procedimentos de abandono sistemático compartilhado pelas mulheres trans são fundamentados por meio da imposição de prescrições heteronormativas referentes ao relacionamento considerado “aceitável” pela sociedade, ou seja, o relacionamento entre indivíduos cisgêneros, o relacionamento heterossexual.

O “eu” do sujeito trans é interditado, com o intuito de estabelecer um outro modo de ser sujeito. Agamben (2005, p.15), afirma que o “momento dessubjetivante estava

³⁷ Amara Moira é uma escritora, professora de Literatura e ativista brasileira. É doutora em Teorias Literárias pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), tornando-se a primeira mulher trans a obter o título pela referida universidade usando o seu nome social.

certamente implícito em todo processo de subjetivação”. Esse movimento destrói uma subjetividade ao mesmo tempo em que produz uma nova. Isto é, ocorre o surgimento da produção de uma subjetividade negativa, haja vista que a singularidade genuína do sujeito é desfeita em detrimento de processos de objetivação e, por consequente, de dessubjetivação, haja vista a anulação do “eu” autêntico. Em outras palavras, a objetificação infligida aos sujeitos trans em relações amorosas propicia o apagamento progressivo de sua identidade, ocasionando a dessubjetivação, já que tal processo “leva-o à perda do princípio com a realidade vivida em função de questões exteriores instituídas por discursos que desautorizam as marcas identitárias com as quais se identifica” (Milanez, 2021, p. 19).

Com relação à discussão em questão e de modo a estabelecer um paralelo, tomemos o seguinte enunciado retirado do vídeo 08, denominado de “Nossa carência nos leva ao nosso algoz”, do canal *Paula Ferreira*.

Os relacionamentos são bem complicados. Quando começo a conhecer alguém já puxo toda a “capivara”. Ou é casado ou já ficou com diversas trans. A maioria já chega com segundas intenções. Nunca namorei sério. Todas as vezes que me apaixonei deu errado. Acho que tenho dedo podre. Ninguém quer assumir uma mulher trans (Joyce, Canal Paula Ferreira, 2023).

Nessa perspectiva, pode-se verificar, novamente, que as relações amorosas dos sujeitos trans são frequentemente atreladas à objetificação e à fetichização de seus corpos: “a maioria já chega com segundas intenções”. Assim, o desenvolvimento da afetividade desses sujeitos se constrói a partir de relações atravessadas pela vergonha e características pelo segredo e pelo sigilo coercitivo, conforme aponta a convidada Joyce ao afirmar que “Ninguém quer assumir uma mulher trans”. Tais fatos propiciam a inviabilidade de experimentar de forma integral e saudável as nuances do amor romântico. Observa-se, em ambas materialidades midiáticas, uma regularidade discursiva no que se refere ao procedimento de objetivação do corpo trans.

Nessa circunstância, a convidada Joyce enfatiza que nunca namorou sério por acreditar que, em função de ser uma mulher trans, os homens só se aproximam em busca de algo que nada tem a ver com a afetividade. Joyce aponta, inclusive, que alguns homens identificam essa carência para se aproveitar do corpo trans. Nesse sentido, a convidada salienta que “Eu sou muito carente. Por isso preciso me prevenir. Eu sei que vou me doar. Não adianta você cobrar o mesmo que você pode oferecer (Joyce, Canal Paula Ferreira, 2023).

Nesse contexto, a convidada Joyce expõe o caso de uma mulher trans que,

recentemente, foi encontrada morta. E que, supostamente, acredita-se que o responsável pelo assassinato foi o companheiro. Joyce relata que:

Eu conheci a menina. Ela era muito romântica. O que matou ela foi o romantismo. Ela abrir o corpo para uma relação. E a gente está tão carente que acaba ficando com essas tralhas. Olha o cuidado que a gente precisa ter com uma coisa boba que é namorar. (Joyce, Canal Paula Ferreira, 2023)

A partir dos enunciados, pode-se constatar que o sentimento de carência, advindo da ausência da presença do amor romântico, propicia nas mulheres trans um estado constante de vulnerabilidade, conforme aponta a convidada ao afirmar que “*E a gente está tão carente que acaba ficando com essas tralhas*”. Envolver-se afetivamente com homens, isto é, “*abrir o corpo para uma relação*”, exige das mulheres trans, sobretudo, coragem. Um homem que agride e, muitas vezes, assassina uma mulher trans a qual está se envolvendo amorosamente, sente-se, de alguma forma, ameaçado, atacado, lesado, diminuído. Como se a sua masculinidade estivesse sendo ferida pela relação em questão.

Figura 09: A carência muitas vezes nos mata.



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=l44foPkjNYY&t=3065s>. Acesso em: 24/01/2024.

O vídeo em questão se intitula “nossa carência nos leva ao nosso algoz”. Assim sendo, segundo o Dicionário Online de Português³⁸, o vocábulo “algoz” representa um indivíduo responsável pela execução de penas, castigos físicos ou morte. Diz respeito, também, a uma pessoa cruel, desumana, capaz de realizar atos abomináveis, um torturador, um carrasco. Figurativamente, representa, ainda, algo que atormenta ou causa aflição. Nessa lógica, compreende-se que a busca por suprir uma necessidade

³⁸ Disponível em: <https://www.dicio.com.br/algoz/>. 02 de janeiro de 2024.

humana básica pode conduzir os indivíduos trans a contextos de desconforto, sofrimento e, muitas vezes, de morte. A procura por um parceiro amoroso, algo trivial na realidade da maioria dos indivíduos, deve ser tratada com extrema prudência e cuidado por sujeitos trans, já que, quase sempre, guia-os ao encontro de um algoz, isto é, de alguém responsável por propiciar situações de desconforto, aflição, crueldade, tortura. Fato que se constata, também, no discurso acima externado pela convidada ao afirmar que *“a carência muitas vezes nos mata”*.

De forma complementar, de acordo com matéria disponibilizada no *site* G1³⁹, a polícia militar investiga um caso de homicídio de uma mulher trans, assassinada com perfurações de faca, em Campo Grande (MS), cujo principal suspeito representa o namorado da vítima. Novamente, conforme matéria disponibilizada no *site* R7⁴⁰, um homem foi preso, no Distrito Federal (DF), após confessar ter assassinado a facadas a namorada trans. Ambas violações ocorreram no ano de 2023. As duas notícias representam uma ínfima parcela perante o expressivo quantitativo de crimes realizados contra mulheres trans pelos seus próprios parceiros em função de questões passionais.

Nessa perspectiva, compreende-se que a necessidade dos homens cis em satisfazer e atingir os padrões de poder e de dominação culturalmente atrelados à figura masculina ocorre em função da obediência inconsciente aos modelos heteronormativos. Os homens matam as mulheres trans, pois são, de certa forma, repelidos por sua própria atração, por seus próprios desejos. Nesse tipo de relação, o desejo e o ódio se misturam intimamente. Matar representa um ato de poder, um modo de reafirmar o domínio, de reestabelecer a masculinidade “perdida”. Tal prática representa o apogeu do processo de esvaziamento da subjetividade, já que, para Milanez (2021, p. 07), o ápice da dessubjetivação ocorre no momento em que o sujeito se dissipa, “pulverizando em outros espaços ou realmente, de fato, desaparece porque, de fato, morre”.

Desse modo, verifica-se que, tanto na prostituição quanto no envolvimento afetivo convencional, as mulheres trans são tratadas como meros objetos descartáveis destituídos de vontade própria, destituídos de subjetividade. Em ambos

³⁹ Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2023/05/22/suspeito-e-preso-apos-matar-namorada-trans-a-facadas-em-colombo-diz-policia.ghtml>. Acessado em 20/01/2024.

⁴⁰ Disponível em: <https://noticias.r7.com/brasil/df-no-ar/videos/homem-e-preso-apos-confessar-ter-matado-namorada-trans-no-entorno-do-df-11102023>. Acessado em 20/01/2024.

arranjos amorosos, tais mulheres se encontram sujeitas, praticamente destinadas, a enfrentarem problemáticas relacionadas ao desrespeito e à agressão por simplesmente serem quem são. Faz-se necessário destacar que o fato dos sujeitos trans sofrerem processos de exclusões em todos os âmbitos da sociedade faz com que a possibilidade de estabelecer uma relação amorosa sólida e séria se distancie da realidade desses indivíduos.

Compreende-se, portanto, que as vontades de verdade buscam estabelecer um parâmetro de exclusão aos sujeitos trans, isto é, aos sujeitos que fogem às normatizações impostas por essa verdade. Tal imposição instala a precariedade em todas as instâncias da vida desses sujeitos, com ênfase na instância interpessoal e afetiva, neste caso. As vontades de verdade buscam encaixar os sujeitos desviantes em configurações excludentes e marginalizadas, invalidando sua identidade e anulando sua existência, contribuindo para o processo de dessubjetivação, haja vista os procedimentos contínuos de exclusão promovem a ocorrência de uma dispersão que “se fixa tão distante de seu ponto de origem que produz no ‘eu’ do sujeito o sentimento de perda de si” (Milanez, 2013, p. 385).

Nesse contexto, ao tratar sobre o processo de dessubjetivação e seus efeitos sobre os sujeitos, Milanez (2021) aponta a existência de um determinado momento em que os processos sociais e interativos do sujeito referentes às relações interpessoais falham, possibilitando a produção de um sentimento de decepção não somente com os outros, mas também consigo. Para Milanez (2021, p. 16)

Essa repulsa com o laço social que não contempla o sujeito, que o envia à margem ou que o expurga, ao final, das atividades sociais, produz o sentimento de uma pequena falência de si e emerge por meio de estados de ânimo e uma grande emoção: o desgosto.

O referido autor assevera que o mencionado sentimento, isto é, o desgosto limita a existência do sujeito ao medo de viver, mais especificamente, “ao medo de se desintegrar por não ter espaço pra si e ser obrigado a abdicar-se do sujeito que se tornou” (Milanez, 2021, p. 16). Considerando a discussão em questão, pode-se realizar uma analogia da mencionada falha dos processos interativos às experiências amorosas “fracassadas” as quais vivenciam diariamente os sujeitos trans, haja vista que também propiciam a produção de sentimentos negativos não somente com relação aos outros, mas também com relação a si próprio. Tal contexto promove, paulatinamente, a aversão às interações sociais e, conseqüentemente, a

intensificação do processo de dessubjetivação.

Vale apontar que a ausência da afetividade no que se refere aos sujeitos trans ocorre, também, nas relações de amizade, já que, em função de diferentes estigmas sociais, muitas pessoas, pelo receio de julgamentos, possuem vergonha de serem vistas em público acompanhadas de mulheres ou homens trans. A sociedade enxerga a relação cisgênera como único modelo para estabelecer um relacionamento, seja ele amigável, amoroso ou conjugal. O afeto, em todas as suas configurações, é negado a esses sujeitos. Como se tais sujeitos carregassem um marcador social determinando um atestado de não-afeto, motivando um estado de solidão permanente.

Nesse sentido, no decorrer do vídeo 07, a convidada Maria Clara afirma que *“Não somos somente excluídas do âmbito escolar, trabalhista e familiar, também somos excluídas da chance de ter uma vida afetiva”* (Maria Clara, Canal das Bee, 2016). A convidada reafirma a imposição da ocupação de um lugar social de rejeição e de exclusão dos sujeitos trans. Tal discurso nos possibilita visualizar de forma pontual a interferência da vontade de verdade e dos artifícios de poder-saber dela advindos na produção da subjetividade trans.

Figura 10: Somos excluídas da possibilidade de vivenciar o amor.



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=ZObjtJao5Fo>. Acesso em: 24/01/2024.

Para Milanez (2013, p. 369), o amor enquanto um elemento discursivo “se constrói com bases em materialidades que deslocam a aura romântica e sua rêverie estonteante para um feixe de relações sócio-historicamente situadas, que constituem as subjetividades de todo sujeito”. No caso dos sujeitos trans, em função da proliferação de vontades de verdade em torno da imposição da matriz heterossexual,

o amor e as relações amorosas marcam a subjetividade desses sujeitos de forma adversa, haja vista os contínuos processos de objetivação e exclusão amorosa.

Considerando a presente discussão, importa ratificar que, no pensamento foucaultiano, a vontade de verdade se manifesta por meio de uma vontade de exclusão, haja vista que marginaliza aqueles sujeitos que não são guiados pela vontade de verdade estabelecida como única forma de verdade possível, institucionalizada e absoluta. Os sujeitos que, de alguma forma, não se encaixam nesta vontade imperativa são prontamente reprimidos, com o intuito de fortalecer tal vontade de verdade, haja vista que, de acordo com Foucault (1999a, p. 20), a vontade de verdade representa uma “prodigiosa maquinaria destinada a excluir todos aqueles que, ponto por ponto, em nossa história, procuraram contornar essa vontade de verdade e recolocá-la em questão contra a verdade”.

Assim sendo, por meio do discurso acima, observa-se que os sujeitos trans, sobretudo os sujeitos transfemininos, possuem sua afetividade profundamente atravessada por procedimentos de exclusão e de hostilização propiciados pelas vontades de verdade dominantes, sendo tratados como sujeitos indignos de receber afeto. Logo, o atravessamento heteronormativo existente nas possibilidades de relacionamentos afetivos atuam diretamente sobre os processos de subjetivação desses sujeitos, interditando as relações interpessoais e propiciando diferentes formas de objetivação e, conseqüentemente, de dessubjetivação. Como salienta a convidada ao apontar que:

Nós vivemos em um limbo afetivo. Nós não somos vistas enquanto pessoas que possam ser levadas a um shopping para um encontro. O básico para pessoas em geral é muito para pessoas trans. Nós precisamos questionar essa questão da afetividade (Maria Clara, Canal das Bee, 2016).

De acordo, também, com o Dicionário Online de Português⁴¹, o termo “limbo” significa no exterior de algo, às margens, nas bordas. Em sentido figurado, representa um lugar onde são esquecidas ou deixadas coisas sem valor. Figurativamente, representa, também, uma condição de dúvida ou de incerteza. Compreende-se, portanto, que o termo “*limbo afetivo*” é utilizado pela convidada como uma condição social de esquecimento amoroso. A sociedade marginaliza tanto as necessidades afetivas dos sujeitos trans ao ponto de esquecê-las, tornando-as inválidas, “*o básico para pessoas em geral é muito para pessoas trans*”. Esses sujeitos são marcados pela

⁴¹ Disponível em: <https://www.dicio.com.br/limbo/>. Acessado em 14 de agosto de 2023.

marginalidade extrema, pela imposição da condição de não-afeto e, consequentemente, de solidão. Um tipo de solidão que, ainda que se manifeste no âmbito da subjetividade, só pode ser explicada por um viés sócio-histórico.

Tal condição possibilita a anulação da singularidade do sujeito, invisibilizando-o em todos os âmbitos sociais, com destaque ao âmbito afetivo. Para Milanez (2021, p.16-17), “o horror de não existir socialmente abala a unidade do sujeito, fratura-o, trincando o trato entre a vida do sujeito consigo e sua vida em sociedade”. Logo, em decorrência da circunstância de invisibilidade social, a qual promove a alienação da subjetividade trans, esses sujeitos enfrentam uma ruptura de si, que interfere de forma negativa e permanente em seus processos interativos. Assim, observa-se que, em virtude dos procedimentos contínuos de objetivação de seus corpos, os sujeitos trans ocupam um espaço de não-existência no que se refere às relações interpessoais e amorosas, contexto que propicia a perda de seu núcleo, fazendo com que desate “o nó que o liga à realidade do dia a dia, no uso da língua, no trabalho, *nos afetos*” (Milanez, 2021, p. 16-17, grifo nosso).

Nesse sentido, verifica-se a construção da subjetividade de um sujeito que, em função da ocupação histórica de um lugar de exclusão propiciado por vontades de verdade imperativas, é visto como anormal, como diferente, como abjeto. Tal constituição é promovida pelo outro por meio de discursos, proliferados sobretudo pela instância religiosa, fundamentados na norma heterossexual, que compreendem o corpo trans como abominável. Constatação que motiva a afirmação da convidada: “*Nós não somos vistas enquanto pessoas que possam ser levadas a um shopping para um encontro*”.

No entanto, por meio do discurso de Maria Clara, especificamente ao afirmar que “*nós precisamos questionar essa questão da afetividade*”, pode-se observar que a posição sujeito ocupada pela convidada pode ser aqui tratada como uma voz que contraria as vontades de verdade dominantes, indicando um processo de subjetivação que não mais parte do outro, mas sim do próprio sujeito. Isto é, para a convidada, os sujeitos trans são sim dignos de receber amor e afeto. Logo, verifica-se uma tentativa de escape às amarras impostas pelas vontades de verdade imperativas e, por conseguinte, a busca pela verdade genuína, a qual possibilita o processo de subjetivação em seu caráter autêntico e libertador.

Conforme vimos, o processo de dessubjetivação ocorrido em virtude da obliteração da subjetividade representa, portanto, um procedimento de desfazimento

do “eu” do sujeito trans, propiciando a perda progressiva de sua autonomia, a negação de sua individualidade, o apagamento físico e simbólico de sua identidade e a invisibilidade de sua existência, conduzindo-o a condições de marginalização social e afetiva. E, no mais complexo grau de dessubjetivação, a desumanização desse sujeito, pois como aponta Milanez (2021, p. 07), “a dessubjetivação propõe um caminho que leva, no processo de abandono do eu criado pelo processo de subjetivação do qual ninguém escapa, a uma dispersão total do sujeito”.

Por meio da análise dos dois vídeos, constata-se que os sujeitos trans ocupam, no âmbito afetivo, um lugar de rejeição que os fazem não se sentirem amados. As questões afetivas que rondam a vida desses sujeitos são constantemente marcadas por desdobramentos amorosos característicos de procedimentos de desumanização que contribuem para a concretização do processo de dessubjetivação, isto é, o esvaziamento de sua subjetividade. Em ambas materialidades, verificou-se a precariedade dos relacionamentos amorosos aos quais os sujeitos trans estão, em virtude de uma vontade de verdade cristalizada socialmente, destinados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A hodiernidade possui como principal característica a possibilidade de propiciar visibilidade a sujeitos que, historicamente, estiveram restritos à marginalidade e à clandestinidade, a exemplo do sujeito transexual. A emergência das mídias digitais e redes sociais propiciam a estes sujeitos inéditos regimes de visibilidades, atribuindo-lhes novos contextos de existência. A plataforma *YouTube*, especificamente por meio do *Canal das Bee*, do *Canal Fernanda Vasconcelos* e do *Canal Paula Ferreira*, permitiu-nos vislumbrar diferentes modos de subjetivação trans que produziram/produzem singular experiência transexual midiática.

Nessa perspectiva, a presente dissertação possui como objetivo geral analisar o processo de constituição dos sujeitos transexuais a partir de vídeos de canais contidos na plataforma *YouTube*. Tal objetivo foi desmembrado em mais três específicos: identificar as relações de poder-saber que atravessam a constituição da subjetividade trans e as estratégias de resistência adotadas por estes sujeitos; descrever o modo pelo qual o dispositivo da transexualidade atua sobre o processo de subjetivação e objetivação dos sujeitos trans; e relacionar as vontades de verdade produzidas sobre o sujeito trans aos processos de dessubjetivação impostos sobre ele. Para tanto, consideramos oito vídeos retirados dos referidos canais para realizarmos nossa análise. Com o intuito de responder a nossa questão central, a saber “de que modo o sujeito trans se constitui a partir de vídeos de canais do *YouTube*”, mobilizamos a ótica teórico-metodológica foucaultiana para um diagnóstico das práticas que atravessam o nosso objeto de estudo em questão.

Considerando que os anseios contidos no objetivo geral deste estudo foram atendidos com o desdobramento dos objetivos específicos, procederemos agora com a apresentação dos produtos resultantes de cada um deles. Importa ressaltar que a discussão de cada objetivo específico é tratada em capítulos individuais da presente dissertação. Nesse sentido, em nosso primeiro objetivo, identificar as relações de poder-saber que atravessam a constituição da subjetividade trans e as estratégias de resistência adotadas por estes sujeitos, partimos da análise de três materialidades audiovisuais que abordavam a relação dos sujeitos trans com o mercado de trabalho.

No primeiro vídeo, “Transfobia”, observamos que os sujeitos trans percorrem trajetórias de vida marcadas por processos de marginalização e de exclusão produzidos pelos mecanismos de poder-saber. Constatamos que a dificuldade da

inserção no mercado de trabalho formal advém de percalços históricos que acompanham esses sujeitos nos mais diferentes âmbitos de sua vivência, do âmbito familiar ao âmbito educacional. O contexto de contínua segregação favorece o distanciamento desses sujeitos da formação profissional e do mercado de trabalho, haja vista a ausência de suporte familiar e, também, a falta de preparo da instância educacional em lidar com a diversidade de gênero. Verificamos que tais circunstância impõem um destino dado aos sujeitos trans: o mercado da prostituição.

Já no segundo vídeo, “Por que trans recorre à prostituição mesmo tendo algum subemprego?”, assim como no primeiro vídeo, observamos que os sujeitos trans enfrentam históricos percursos característicos pela supressão de direitos fundamentais e, também, pela negligência do Estado. Verificamos que o mercado da prostituição impõe práticas que atuam diretamente sobre o corpo do sujeito transexual, com a finalidade de adequá-lo às exigências heteronormativas. Tais práticas, muitas vezes, apresentam malefícios à saúde desses sujeitos, como a aplicação inapropriada do Silicone Líquido Industrial, conforme foi discutido. Cabe destacar que os sujeitos trans adotam diferentes estratégias de resistência com o intuito de escapar às amarras do poder, dentre elas verificamos a reafirmação e empoderamento de sua própria existência e identidade de gênero.

No terceiro vídeo, “É fácil trabalhar sendo um homem trans?”, identificamos formas de governo propiciadas pelo próprio *Canal das Bee* que possuem o objetivo de conduzir os sujeitos trans a adotarem posturas conscientes e resistentes perante os modos de segregação e desrespeito infligidos por determinadas instâncias empregatícias. Verificamos, também, que, além de conduzir os sujeitos a boas práticas, o referido canal também fomenta o exercício de práticas de contracondutas frente às formas de condução coercitivas que buscam limitar os sujeitos trans a uma posição permanente de subserviência e subalternização profissional.

Em nosso segundo objetivo, analisar o modo pelo qual o dispositivo da transexualidade atua sobre o processo de subjetivação e objetivação dos sujeitos trans, analisamos mais três materialidades audiovisuais, desta vez, aquelas que tratavam sobre o corpo e a saúde transexual. No quarto vídeo, “Protocolo Transexualizador”, constatamos e discutimos a existência de atravessamentos advindos do dispositivo da transexualidade no processo transexualizador oferecido pelo Sistema Único de Saúde. E, também, a forma pela qual tais atravessamentos produzem processos de objetivação e de subjetivação do sujeito e do corpo

transexual.

No quinto vídeo, “Como funciona o SUS para pessoas trans – processo transexualizador”, observamos, assim como no vídeo anterior, que o processo, por meio de exigências normativas pré-estabelecidas, impõe uma visão única da experiência transexual, visão esta baseada em estruturas binárias de gênero. Como vimos, o processo exige um diagnóstico. Fato que contribui demasiadamente para a perpetuação de uma visão patológica em torno da transexualidade. O atravessamento do dispositivo da transexualidade no processo transexualizador limita a diversificação da vivência trans, interferindo na forma pela qual esses sujeitos constituem sua subjetividade.

Por meio da análise das materialidades, verificamos que o dispositivo busca normatizar as condutas dos sujeitos trans, com o intuito de aproximá-los esteticamente e, de certa forma, biologicamente das normas sociais, influenciando suas escolhas e procedimentos transicionais. Isto é, objetificando-o. O dispositivo, como forma de atuação do poder disciplinar, possui o intuito de tornar os corpos trans dóceis, ou seja, normatizados e “corrigidos” do ponto de vista heteronormativo. Logo, podemos considerar que a heteronormatividade atravessa o processo transexualizador, haja vista que o referido processo possui a finalidade de regular as manifestações do gênero.

Já no sexto vídeo, “Transexualidade e Saúde”, a partir de um diálogo com os dois vídeos anteriores, discutimos o direito à saúde dos sujeitos transexuais. Observamos que tais sujeitos sofreram/sofrem históricos e contínuos procedimentos de privação de direitos, sobretudo sobre o seu próprio corpo, como verificamos. O dispositivo da transexualidade fabrica verdades sobre o sujeito trans, com a finalidade de obter controle sobre o corpo, diminuindo sua autonomia. Verificamos, nesse contexto, o descaso estatal com relação a procedimentos de retificação e, também, com relação a direitos básicos, como o direito à saúde. Fato que se materializa por meio da inacessibilidade a serviços de saúde adequados à população trans juntamente às burocracias que inviabilizam a possibilidade da realização da cirurgia de transgenitalização para aqueles sujeitos que necessitam.

E, por fim, em nosso terceiro e último objetivo, relacionar as vontades de verdade produzidas sobre o sujeito trans aos processos de dessubjetivação impostos sobre ele, partimos da análise de duas materialidades audiovisuais, as quais discutiam questões em torno da relação entre transexualidade e afetividade. No sétimo vídeo,

“Quem namora a travesti?”, observamos que, em função de discursos produzidos por vontades de verdade dominantes e difundidos pelas mais diversificadas instâncias sociais, os sujeitos trans ocupam uma posição de rejeição no que se refere ao âmbito amoroso.

Já no oitavo e último vídeo, “Nossa carência nos leva ao nosso algoz”, constatamos, também, o lugar de não-afeto reservado aos sujeitos trans pela sociedade. A busca pelo atendimento a uma necessidade inerente ao ser humano – o amor – pode conduzir esses sujeitos a condições degradantes e a contextos perversos e desumanos. Tais contextos propiciam uma condição de não-existência, possibilitando a concretização do processo de dessubjetivação.

Verificamos, portanto, que os relacionamentos afetivos dos sujeitos trans são, em virtude da fabricação de vontades de verdade baseadas na norma heterossexual, constantemente marcados pela imposição de condições sigilosas e indignas, impossibilitando-os de experienciar suas reais necessidades afetivas. São marcados, também, por processos de objetificação e fetichização de seus corpos. Fato que se intensifica com o consumo exacerbado de pornografia transexual. Tais contextos interferem, de modo significável, na forma pela qual esses sujeitos produzem sua subjetividade, haja vista que, historicamente, são vistos como seres abomináveis e indignos de receber amor e afeto.

Por meio das análises, pudemos problematizar o papel desempenhado pela mídia no que se refere à difusão de discursos que contribuem para a perpetuação de uma visão negativa em torno da transexualidade. Verificamos que a instância midiática atua como um instrumento, advindo dos mecanismos de poder, que possui o intuito de fabricar e proliferar saberes referentes a padrões de gênero e sexualidade, estigmatizando tudo aquilo que foge à norma. De modo a interferir na forma pela qual os sujeitos transexuais são vistos pela sociedade. Observamos que tal contexto interfere, sobremaneira, na instância educacional, empregatícia e amorosa, afetando todos os âmbitos da vida dos sujeitos pertencentes à comunidade trans.

O estudo revelou que a produção e constituição da subjetividade trans ocorre no centro de um complexo conjunto de relações de poder que são mantidas e naturalizadas por meio da convergência de diferentes mecanismos de controle e de dominação. Cabe ressaltar que os referidos mecanismos são provenientes da atuação das mais diversificadas instâncias sociais, a exemplo da instância política, educacional, familiar, cultural, institucional, entre outras. Considerando que os

mencionados mecanismos pertencem ao domínio do poder, importa salientar que sua atuação recai, essencialmente, sobre os corpos dos sujeitos, estabelecendo procedimentos de normatização. Tais procedimentos agem interferindo sobremaneira nos processos subjetivos. Entretanto, há de se enfatizar que, conforme vimos, as formas de regulamentação representam instrumentos que não dispõem de espaço na heterogeneidade de corpos e de subjetividades que compõem a experiência trans.

Dado que as problemáticas discutidas nesta dissertação se encontram em evolução constante, faz-se necessário apontar a inesgotabilidade de questões que envolvam o objeto aqui tratado. Isto é, muito foi dito acerca da constituição da subjetividade trans, porém muito ainda se necessita dizer. No entanto, desejamos que o presente estudo tenha colaborado em favor de uma maior visibilidade social atribuída aos sujeitos trans, tanto dentro da instância midiática quanto fora dela. Almejamos, também, que as discussões teórico-analíticas aqui empreendidas forneçam mecanismos que possibilitem a produção reflexiva da criticidade no cerne das batalhas travadas pela comunidade LGBTQIAPN+ na busca por seus direitos essenciais.

Por fim, possuímos a convicção de que esta pesquisa tenha fornecido contribuições positivas para os debates sobre gênero e sexualidade realizados dentro do contexto dos Estudos Discursivos Foucaultianos. De forma mais específica, acreditamos que as questões aqui tratadas contribuam, especialmente, para as discussões que se relacionam aos processos de constituição discursivo-midiática da subjetividade de sujeitos “desviantes”, os quais são atravessados por diferentes mecanismos de poder-saber que, em nossa hodiernidade, manifestam-se por intermédio das plataformas digitais, a exemplo da plataforma *YouTube*.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, G. **O que é um dispositivo?** Outra travessia, Ilha de Santa Catarina, 5, 2005.

AZEVEDO, M. P. **Governo, corpo e hipervisibilidade no YouTube:** a constituição do sujeito gay no canal põe na roda. 2022. 153f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Programa de Pós-graduação em Letras, Pau dos Ferros/RN, 2022.

BAUER, W, M; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som:** um manual prático. Petrópolis: Editora Vozes, 2003.

BENEVIDES, B. **Dossiê de assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021.** Antra, 2022.

BENTO, B. **A reinvenção do corpo:** sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond Ltda, 2006.

BENTO, B. **O que é transexualidade.** São Paulo: Brasiliense, 2008.

BENTO, B. A diferença que faz a diferença: corpo e subjetividade na transexualidade. **Bagoas**, Natal, v. 5, n. 4, p. 95-112, jun./2009. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/1243>. Acesso em: 23 de jan. 2023.

BERLANT, L; WARNER, M. Sexo em Público. In: JIMÉNEZ, Rafael M. M. (editor) Sexualidades Transgressoras: uma antologia de estudos queer. Barcelona: Icaria, 2002. p.229-257.

BRAGA, N. N. **De “bicha” à “doutora”:** a constituição discursivo-midiática do sujeito trans feminino a partir de uma perspectiva genealógica. 2022. 67f. Monografia (Graduação em Letras – Língua Portuguesa) - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró/RN, 2022.

BUTLER, J. **Relatar a si mesmo:** crítica da violência ética. Tradução de Rogério Bettoni. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

BUTLER, J. **Problemas de gênero:** feminismo e subversão da identidade. Tradução de Nuno Quintas. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CANDIOTTO, C. Governo e direção de consciência em Foucault. **Natureza Humana: revista de filosofia e psicanálise**, São Paulo, v. 10, n. 2, 2008. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/nh/v10n2/v10n2a04.pdf>. Acesso em: 03 de jan. 2023.

CARVALHO, A. C. L. **A construção de um discurso identitário LGBT por meio de canais de humor gay do YouTube.** 2017. 105f. Tese (Doutorado em Estudos da

Linguagem) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem, Natal/RN, 2017.

DAS BEE, Canal. Protocolo transexualizador – Pergunte às Bee (49). YouTube, 2014a. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CisbekTnPw0&t=226s>.

DAS BEE, Canal. Transexualidade e saúde – Pergunte às Bee (51). YouTube, 2014b. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=9zACyYDp_fg&t=209s.

DAS BEE, Canal. Transfobia – Pergunte às Bee (58). YouTube, 2014c. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=rI_gylFhHy4&t=295s.

DAS BEE, Canal. Quem namora a travesti? – Pergunte às Bee (119). YouTube, 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZObjtJao5Fo&t=434s>.

DAS BEE, Canal. É fácil trabalhar sendo um homem trans? – Pergunte às Bee (148). YouTube, 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=n7dByCVTswg&t=371s>.

DELEUZE, G. **Empirismo e Subjetividade**: ensaio sobre a natureza humana segundo Hume. (L. B. L. Orlandi, trad.) São Paulo: Editora 34, 1953.

DELEUZE, G. O que é um dispositivo? *In*: DELEUZE, Gilles. **O mistério de Ariana**. Tradução e prefácio de Edmundo Cordeiro. Lisboa: Vega, 2015.

FERNANDES, C. A. **Análise do Discurso**: reflexões introdutórias. São Carlos: Claraluz, 2008.

FERREIRA, Paula. Por que trans recorre à prostituição mesmo tendo algum subemprego?. YouTube, 2023a. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=x-uptsw7rMc>.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999a.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**: Curso no Collège de France (1975-1976). Tradução de Maria Ermantina. São Paulo: Martins Fontes, 1999b.

FOUCAULT, M. Foucault. *In*: **Ditos e Escritos V**: ética, sexualidade, política. Organização e seleção de textos Manoel Barros da Motta. Tradução de Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

FOUCAULT, M. A governamentalidade. *In*: **Ditos e Escritos IV**: Estratégia, Poder-saber. Tradução de Vera Lucia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe

Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008a.

FOUCAULT, M. **O Nascimento da biopolítica**: curso dado no Collège de France (1978-1979). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

FOUCAULT, M. **Segurança, território, população**: curso dado no Collège de France (1977-1978). Edição estabelecida por Michel Senellart sob a direção de François Ewald e Alessandro Fontana. Tradução de Eduardo Brandão; revisão datradução Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2008c.

FOUCAULT, M. Conversa com Michel Foucault. *In: Ditos & Escritos VI*: repensar a política. Organização e coleção de textos Manoel Barros da Motta. Tradução de Ana Lúcia Paranhos Pessoa, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010a. p. 289-347.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. Tradução de Pedro Elói Duarte. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2010b.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. *In: Ditos e escritos IX*: genealogia da ética, subjetividade e sexualidade. Organização, seleção de textos e revisão técnica Manoel Barros da Motta; tradução Abner Chiquieri. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014a, p. 231-249.

FOUCAULT, M. As técnicas de si. *In: Ditos e escritos IX*: genealogia da ética, subjetividade e sexualidade. Organização, seleção de textos e revisão técnica Manoel Barros da Motta; tradução Abner Chiquieri. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014b.

FOUCAULT, M. **Subjetividade e Verdade**: curso dado no Collège de France (1980-1981). Tradução de Rosemary Costhek Abílio. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. 9. ed. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2019a.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade II**: o uso dos prazeres. 7. ed. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2019b.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade III**: o cuidado de si. 9. ed. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2019c.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 10. ed. Tradução de Maria Teresa de Oliveira e Roberto Machado. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2019d.

GREGOLIN, M. R. Formação discursiva, redes de memória e trajetos sociais de sentido: mídia e produção de identidades. *In: BARONAS, R. L. (Org.). Análise do discurso*: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva. São Carlos: Pedro&João Editores, 2007.

GROSZ, E. *Corpos reconfigurados*. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 14, p. 45-86, 2000.

GUILHAUMOU, J.; MALDIDIER, D. Efeitos do arquivo. A análise do discurso no lado da história. In: ORLANDI, E. P. (org.). **Gestos de leitura**: da história no discurso. Tradução de Betânia S. C. Mariani *et al.* 2. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica**: cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 1996.

KICH, F. D. **“Como fazer sexo com homens trans”**: arquivamento sobre práticas e materialidades narrativas de *youtubers*. 2020. 203f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Recife/PE, 2020.

KOCHE, J. C. **Fundamentos de metodologia científica**: Teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

LANZ, L. **O corpo da roupa**: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero. 2014. 342f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós-graduação em Sociologia, Curitiba/PR, 2014.

LIMA NETO, I. S. **Discurso, verdade e experiência de si**: (re)existências trans na hipervisibilidade do YouTube. 2020. 139f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Programa de Pós-graduação em Letras, Pau dos Ferros/RN, 2020.

LOURO, G. L. **Um corpo estranho**: ensaios sobre sexualidade e teoria *queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

TAVARES, L. H. M. C. **Mulher, trabalho e família**: jogos discursivos e redes de memória na mídia. 2012. 253 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

MACHADO, R. Introdução. In: FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2019.

MILANEZ, N. Corpo cheiroso, corpo gostoso: unidades corporais do sujeito no discurso. **Acta Scientiarum: language and Culture**, Maringá, v.31, n. 2, p. 215-222, 2009.

MILANEZ, N. A dessubjetivação de Dolores. Escritas de discurso e miséria do corpo-espaco. **Linguagem, Estudos e Pesquisas (UFG)**, v.17, 2013.

MILANEZ, N. **Audiovisualidades**: elaborar com Foucault. Londrina: Eduel; Guarapuava: Ed. Unicentro, 2019.

MILANEZ, N. A noção foucaultiana de dessubjetivação: alicerces, experiências e

modos de agir do sujeito. **Policromias – Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som**, v. 6, n. 3, p. 12-39, set.-dez. 2021.

MISKOLCI, R. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica danormalização. **Revista Sociologias**, UFRGS, v. 21, p. 150-182, 2009.

NASCIMENTO, M. E. F. **A pedagogia do sorriso na ordem do discurso da inclusão da Revista Sentidos: poder e subjetivação na genealogia do corpo com deficiência**. 2013. 288 f. Tese (Doutorado em Linguística) - UFPB/CCHLA, João Pessoa, 2013.

NAVARRO, P. Estudos discursivos foucaultianos: questões de método para análise de discursos. **Revista Moara/Estudos Linguísticos**, Edição 57, Vol. 1/agosto de 2020.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

REVEL, J. **Michel Foucault: conceitos essenciais**. Tradução de Carlos Piovezani Filho e Nilton Milanez. São Carlos: Claraluz, 2005.

SANTOS, Maria de Fátima Lima. **A construção do dispositivo da transexualidade: saberes tessituras e singularidades na experiência trans**. 2010.185 f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, Rio de Janeiro, 2010.

SOUZA, P. F.; FURLAN, R. A questão do sujeito em Foucault: **Psicologia USP**, São Paulo, v. 29, n. 3, p. 325-335, dez/2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pusp/a/4kkKdt5mwfDcGJXtjZZ4jRF/?format=pdf&lang=p>. Acesso em: 22 de dez. 2023.

VASCONCELOS, Fernanda. Como funciona o SUS para pessoas trans – processo transexualizador. YouTube, 2023b. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=NqskztVK_pQ.